



Análise Gerencial da Operação e Demonstrações Contábeis Completas

2º Trimestre de 2026

RESULTADOS
2T26

Índice

Análise gerencial da operação

03

Sumário Executivo	05
Análise do Resultado e Balanço Patrimonial	11
Margem Financeira Gerencial	12
Custo do Crédito	13
Qualidade do Crédito	14
Serviços e Seguros	17
Despesas Não Decorrentes de Juros	19
Balanço Patrimonial	20
Carteira de Crédito	21
Captações	22
Indicadores de Capital, Liquidez e Mercado	23
Demonstração de Resultados por Localidade	24
Resultados por Segmentos de Negócios	25
Atuação Internacional	27
Informações Adicionais	28
Comparativo entre BRGAAP e IFRS	29
Glossário	31
Relatório dos Auditores Independentes	33

Demonstrações contábeis

35

Análise Gerencial da Operação



2º Trimestre de 2026

Sumário do Resultado Gerencial

A partir do primeiro trimestre de 2026, a demonstração de resultado considera as reclassificações gerenciais anunciadas no fechamento do quarto trimestre de 2025, além da consolidação do resultado da Avenue em função da aquisição do controle da companhia.

Em R\$ milhões (exceto onde indicado)		2T26	1T26	2T25	1S26	1S25
DRE	Resultado Recorrente Gerencial	12.407	12.282	11.508	24.689	22.636
	Produto Bancário ⁽¹⁾	47.985	46.822	45.828	94.807	90.622
	Margem Financeira Gerencial ⁽²⁾	33.488	32.326	31.846	65.813	62.927
Desempenho	Retorno Recorrente Gerencial sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado - Consolidado ⁽³⁾	24,3%	24,8%	23,3%	24,5%	22,8%
	Retorno Recorrente Gerencial sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado- Brasil ⁽³⁾	25,7%	26,4%	24,4%	26,0%	23,9%
	Retorno Recorrente Gerencial sobre o Ativo Médio anualizado ⁽⁴⁾	1,5%	1,6%	1,6%	1,6%	1,5%
	Índice de Inadimplência (90 dias) - Total ⁽⁵⁾	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%
	Índice de Eficiência (IE) ⁽⁶⁾	37,4%	37,1%	38,0%	37,3%	37,5%
Ações	Resultado Recorrente Gerencial por Ação (R\$) ^{(7) (8)}	1,13	1,11	1,04		
	Lucro Líquido por Ação (R\$) ^{(7) (8)}	1,11	1,08	1,02		
	Número total de ações no final do período - em milhões ⁽⁸⁾	11.022	11.021	11.102		
	Valor Patrimonial por Ação (R\$) ⁽⁸⁾	18,92	18,16	18,09		
	Dividendos e JCP Líquidos ⁽⁹⁾	3.787	3.668	4.737		
	Valor de Mercado ⁽¹⁰⁾	476.854	475.741	376.891		
	Valor de Mercado ⁽¹⁰⁾ (US\$ milhões)	92.276	91.571	69.334		
Balanço	Ativos Totais	3.226.840	3.199.692	2.898.050		
	Total de Operações de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados	1.522.385	1.482.699	1.389.076		
	Depósitos + Letras + Obrigações por TVM + Empréstimos e Repasses ⁽¹¹⁾	1.718.223	1.667.318	1.531.410		
	Índice Operações de Crédito/Captações ⁽¹¹⁾	80,3%	81,0%	82,8%		
	Patrimônio Líquido	208.512	200.098	200.815		
	Índice de Basileia Consolidado Prudencial	15,4%	14,8%	16,5%		
	Índice de Capital Nível I - Basileia III ⁽¹²⁾	13,8%	13,4%	14,6%		
	Índice de Capital Principal (Common Equity Tier I) - Basileia III	12,3%	12,0%	13,1%		
	Índice de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	202,0%	195,1%	213,8%		
	Índice de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	122,1%	122,0%	121,1%		
Outros	Colaboradores do Conglomerado (indivíduos)	90.429	91.545	95.714		
	Brasil	80.657	81.659	85.775		
	Exterior	9.772	9.886	9.939		
	Agências e PABs	2.210	2.367	2.738		
	Caixas Eletrônicos ⁽¹³⁾	11.822	12.863	14.826		

Obs.: (1) O Produto Bancário é a soma da Margem Financeira Gerencial, das Receitas de Prestação de Serviços e das Receitas de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas de Sinistros; (2) Detalhada na seção Margem Financeira Gerencial; (3) O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Resultado Recorrente Gerencial pelo Patrimônio Líquido Médio. O quociente dessa divisão foi multiplicado pelo número de períodos no ano para se obter o índice anual; (4) O cálculo foi efetuado dividindo-se o Resultado Recorrente Gerencial pelo Ativo Médio; (5) Inclui títulos e valores mobiliários; (6) Mais detalhes da metodologia de cálculo do Índice de Eficiência vide seção Glossário; (7) Calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação no período; (8) Ações representativas do capital social líquidas das ações em tesouraria. O número de ações em circulação foi ajustado para refletir as bonificações de (i) 10% ocorrida em 20 de março de 2025; e (ii) 3% ocorrida em 30 de dezembro de 2025. Sendo assim, a série histórica dos indicadores por ação foi reclassificada a partir de jan/22 até dez/25; (9) JCP – Juros sobre Capital Próprio. Valores pagos/provisionados, declarados e destacados no patrimônio líquido; (10) Fonte: Bloomberg; (11) Conforme detalhado na seção Balanço Patrimonial; (12) Considerando Capital Complementar Nível 1 (AT1) limitado a 1,5%, conforme Res. CMN Nº 4.958. Não fosse esse limite, o índice de Capital Nível 1 seria 14,0% e 15,0%, em jun/26 e jun/25, respectivamente; (13) Inclui PAEs e pontos em estabelecimentos de terceiros. Não considera Banco24horas.

Resultado Gerencial

Conciliação entre o resultado contábil e gerencial | 2º trimestre de 2026

Em R\$ milhões	Contábil	Itens Extraordinários	Ajustes gerenciais		Gerencial
			Efeitos fiscais	Reclassificações	
Produto Bancário	46.800	(7)	1.938	(746)	47.985
Margem Financeira Gerencial	30.700	(4)	1.938	854	33.488
Margem Financeira com Clientes	-	-	-	32.557	32.557
Margem Financeira com o Mercado	-	-	-	931	931
Receitas de Prestação de Serviços	12.580	-	-	(1.551)	11.028
Receitas de Operações com Seg., Prev. e Cap. antes das despesas com Sinistros	2.318	-	-	1.151	3.469
Outras Receitas Operacionais	627	(3)	-	(623)	-
Resultado de Participações em Coligadas	433	-	-	(433)	-
Resultado não Operacional	143	-	-	(143)	-
Custo do Crédito	(9.122)	-	-	(1.017)	(10.139)
Despesa de Perda Esperada	(10.552)	-	-	73	(10.479)
Descontos Concedidos	-	-	-	(1.147)	(1.147)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.430	-	-	58	1.487
Despesas com Sinistros	(408)	-	-	-	(408)
Outras Despesas Operacionais	(22.072)	345	(75)	2.191	(19.610)
Despesas não Decorrentes de Juros	(19.345)	345	-	2.273	(16.728)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(2.727)	-	(75)	(82)	(2.883)
Resultado antes da Tributação e Participações	15.198	338	1.863	429	17.828
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.578)	(110)	(1.863)	(493)	(5.044)
Participações no Lucro	(90)	-	-	90	-
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(350)	(2)	-	(26)	(377)
Lucro Líquido	12.181	226	-	-	12.407

Itens Extraordinários Líquidos dos Efeitos Fiscais

Em R\$ milhões	2T26	1T26	2T25	1S26	1S25
Lucro Líquido	12.181	11.938	11.278	24.119	22.173
(-) Itens Extraordinários	(226)	(344)	(230)	(570)	(464)
Amortização de Ágio	(131)	(218)	(180)	(348)	(374)
Eventos tributários e cíveis	(49)	667	507	617	507
Provisão para reestruturação	-	(783)	(556)	(783)	(556)
Eventos societários	-	(5)	-	(5)	-
Outros	(46)	(5)	(0)	(51)	(40)
Resultado Recorrente Gerencial	12.407	12.282	11.508	24.689	22.636

Demonstração de Resultado do 2º trimestre de 2026

Em R\$ milhões	2T26	1T26	Δ	2T25	Δ	1S26	1S25	Δ
Produto Bancário	47.985	46.822	2,5%	45.828	4,7%	94.807	90.622	4,6%
Margem Financeira Gerencial	33.488	32.326	3,6%	31.846	5,2%	65.813	62.927	4,6%
Margem Financeira com Clientes	32.557	31.506	3,3%	30.988	5,1%	64.062	61.146	4,8%
Margem Financeira com o Mercado	931	820	13,6%	858	8,6%	1.751	1.781	-1,7%
Receitas de Prestação de Serviços	11.028	10.993	0,3%	10.781	2,3%	22.021	21.517	2,3%
Receitas de Operações de Seguros ¹	3.469	3.504	-1,0%	3.201	8,4%	6.973	6.178	12,9%
Custo do Crédito	(10.139)	(9.952)	1,9%	(9.443)	7,4%	(20.091)	(18.967)	5,9%
Despesa de Perda Esperada	(10.479)	(10.241)	2,3%	(9.664)	8,4%	(20.720)	(19.158)	8,1%
Descontos Concedidos	(1.147)	(949)	20,8%	(1.058)	8,3%	(2.096)	(2.321)	-9,7%
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.487	1.238	20,2%	1.280	16,2%	2.725	2.512	8,5%
Despesas com Sinistros	(408)	(470)	-13,2%	(386)	5,9%	(878)	(774)	13,4%
Outras Despesas Operacionais	(19.610)	(18.875)	3,9%	(19.019)	3,1%	(38.485)	(37.170)	3,5%
Despesas não Decorrentes de Juros	(16.728)	(16.188)	3,3%	(16.219)	3,1%	(32.915)	(31.670)	3,9%
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(2.883)	(2.687)	7,3%	(2.799)	3,0%	(5.570)	(5.501)	1,3%
Resultado antes da Tributação e Part. Minoritárias	17.828	17.525	1,7%	16.981	5,0%	35.353	33.710	4,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.044)	(4.939)	2,1%	(5.173)	-2,5%	(9.982)	(10.453)	-4,5%
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(377)	(305)	23,9%	(300)	25,7%	(682)	(621)	9,8%
Resultado Recorrente Gerencial	12.407	12.282	1,0%	11.508	7,8%	24.689	22.636	9,1%

(1) Receitas de Seguros incluem as Receitas de Seguros, Previdência e Capitalização, antes das Despesas com Sinistros.

Carteira de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados

Em R\$ bilhões	jun/26	mar/26	Δ	jun/25	Δ
Pessoas Físicas	487,1	479,5	1,6%	451,9	7,8%
Cartão de Crédito	150,4	150,2	0,1%	141,1	6,6%
Crédito Pessoal	68,1	68,6	-0,6%	67,4	1,1%
Crédito Consignado	81,3	78,6	3,5%	72,8	11,7%
Veículos	35,1	35,7	-1,7%	36,2	-3,3%
Crédito Imobiliário	152,2	146,4	3,9%	134,4	13,3%
Micro, Pequenas e Médias Empresas^{1 2}	307,4	302,8	1,5%	275,4	11,6%
Grandes Empresas²	474,9	454,8	4,4%	431,4	10,1%
Total Brasil	1.269,4	1.237,1	2,6%	1.158,7	9,6%
América Latina²	253,0	245,6	3,0%	230,4	9,8%
Total	1.522,4	1.482,7	2,7%	1.389,1	9,6%
Total (ex-variação cambial)³	1.522,4	1.483,9	2,6%	1.380,2	10,3%
Micro, pequenas e médias empresas	307,4	302,2	1,7%	271,6	13,2%
Grandes empresas	474,9	454,2	4,5%	427,1	11,2%
América Latina	253,0	248,0	2,0%	229,6	10,2%

(1) Inclui Crédito Rural Pessoas Físicas. (2) Inclui títulos privados: Debêntures, CRI, *Commercial Paper*, Cédula do Produtor Rural, Letras Financeiras, cotas de fundos de investimento, *Eurobonds*, Fundos de Direitos Creditórios, Exposição à instituições financeiras, operações de trading do Agronegócio. (3) Calculado com base na conversão da carteira em moeda estrangeira (dólar, euro e moedas dos países da América Latina). Obs.: as carteiras de crédito imobiliário e crédito rural do segmento pessoa jurídica encontram-se alocadas de acordo com o porte do cliente.

Comentários da Administração

No segundo trimestre de 2026, o resultado recorrente gerencial alcançou R\$ 12,4 bilhões, com aumento trimestral de 1,0%. O retorno recorrente gerencial sobre o patrimônio líquido foi de 24,3% no consolidado e de 25,7% nas operações no Brasil.

- A carteira de crédito aumentou 2,7% no consolidado e 2,6% no Brasil no trimestre. Em relação ao mesmo período do ano anterior os crescimentos foram de 9,6% tanto na carteira consolidada quanto no Brasil. Excluindo o efeito da variação cambial, ambas as carteiras teriam crescido 10,3%.

- A carteira de pessoas físicas do Brasil cresceu 1,6% no trimestre, com destaque para crédito imobiliário (+3,9%) e crédito consignado (+3,5%), nesta última, por conta, principalmente do consignado privado (+14,3%).

- No segundo trimestre, tivemos o impacto do programa Desenrola na carteira de pessoas físicas. Com base nesse programa, até o fechamento do segundo trimestre, aproximadamente R\$ 1,1 bilhão foi renegociado, entre carteira ativa e créditos que já haviam sido baixados para prejuízo. Após a renegociação e descontos concedidos, o saldo da carteira desse programa ficou em R\$ 275 milhões, sendo que mais de 300 mil clientes aderiram ao programa, com impacto imaterial tanto nos indicadores de qualidade de crédito quanto no custo do crédito.

- A margem financeira com clientes avançou 3,3% no trimestre principalmente impulsionada pelo maior saldo médio das operações de crédito, dias corridos e margem de passivos.

- O índice de inadimplência entre 15 e 90 dias, aumentou 0,1 p.p. e terminou o trimestre em 1,8%. Este aumento foi em função da carteira da América Latina (+0,1 p.p.) uma vez que a carteira no Brasil apresentou estabilidade no indicador.

- O índice de inadimplência acima de 90 dias consolidado permaneceu estável no trimestre em 1,9%. Houve aumento de 0,1 p.p. no indicador de pessoas físicas, principalmente pela migração natural de parte do crescimento do atraso curto que ocorre sazonalmente no primeiro trimestre, e aumento de 0,1 p.p. em micro pequenas e médias empresas, em função da normalização do indicador conforme previsto.

- O custo do crédito apresentou um aumento de 1,9% na comparação trimestral e ficou em R\$ 10,1 bilhões. O indicador de custo do crédito sobre a carteira média manteve-se no mesmo patamar do trimestre anterior, 2,7%.

- As receitas de serviços e seguros avançaram 0,4%. Houve aumento de 4,6% em administração de recursos e de 0,4% em emissão de cartões. Em pagamentos e recebimentos, houve redução de 0,4%, pois o melhor resultado de adquirência no trimestre, foi mais do que compensado por uma menor receita em pacotes de conta corrente de pessoas jurídicas.

- As despesas não decorrentes de juros, que são sazonalmente menores no primeiro trimestre, cresceram 3,3% na comparação trimestral. Com essa dinâmica de resultado, nosso índice de eficiência fechou o primeiro trimestre em 37,4% no consolidado. No Brasil, o indicador fechou em 35,5%.

Em relação ao primeiro semestre de 2025

O resultado recorrente gerencial apresentou crescimento de 9,1%. O retorno recorrente gerencial foi de 24,5%, evolução de 1,7 p.p. em relação ao primeiro semestre de 2025.

- A margem financeira com clientes cresceu 4,8% na comparação anual, por conta do crescimento da carteira, da maior margem com passivos, além do melhor mix de produtos.

- A margem com o mercado recuou 1,7% principalmente por conta do menor resultado da mesa trading, parcialmente compensado por maior resultado da mesa banking.

- O custo do crédito avançou 5,9% em função do crescimento da carteira de crédito, com estabilidade do indicador de custo do crédito sobre a carteira, que ficou em 2,7%.

- As receitas com prestação de serviços e seguros aumentaram 4,4%. Houve aumento de 11,0% das receitas com administração de recursos e de 25,3% com banco de investimento e corretagem. Também merece destaque o crescimento de 12,8% no resultado de seguros, previdência e capitalização, com destaque para o crescimento de prêmios ganhos e das receitas com comissões de serviços de terceiros.

- As despesas não decorrentes de juros cresceram 3,9%, enquanto o índice de eficiência do primeiro semestre ficou em 37,3% no consolidado, redução de 0,3 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Principais números

Resultado recorrente gerencial

R\$ **12,4 bi**

+1,0%

2T26

2T26 x 1T26

Retorno recorrente gerencial anualizado sobre o patrimônio líquido

24,3%

-0,5 p.p.

CET 1 @ 11,5% → ROE consolidado de 25,1%

2T26

2T26 x 1T26

Carteira de crédito

R\$ **1.522,4 bi**

+2,7%

2T26

2T26 x 1T26

Margem com clientes

R\$ **32,6 bi**

+3,3%

2T26

2T26 x 1T26

Margem com o mercado

R\$ **0,9 bi**

+13,6%

2T26

2T26 x 1T26

Custo do crédito

R\$ **10,1 bi**

+1,9%

2T26

2T26 x 1T26

Serviços e seguros

R\$ **14,1 bi**

+0,4%

2T26

2T26 x 1T26

Despesas não decorrentes de juros

R\$ **16,7 bi**

+3,3%

2T26

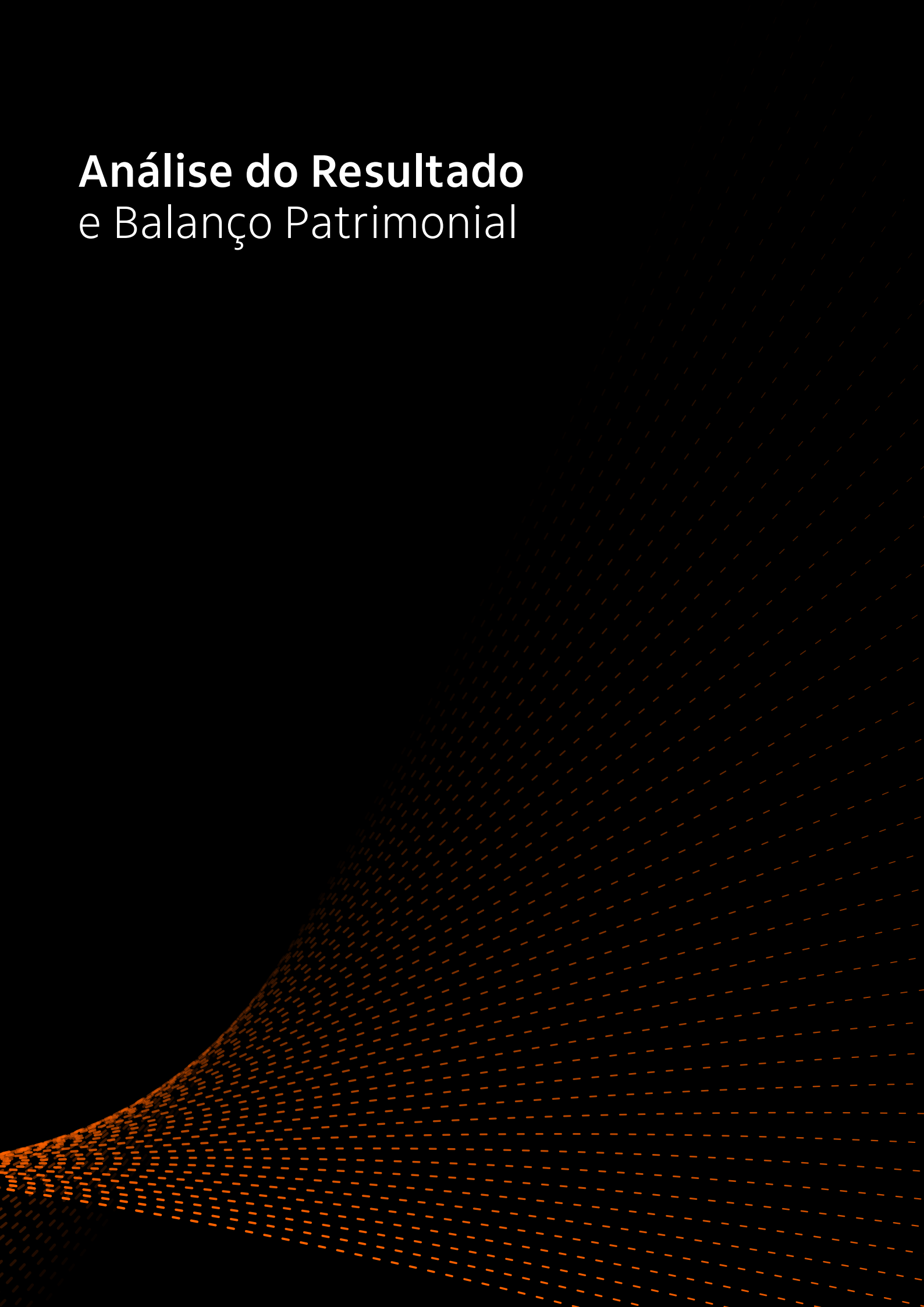
2T26 x 1T26

Projeção 2026

	Original	Atual
Carteira de crédito total¹ Carteira de crédito - Brasil	Crescimento entre 5,5% e 9,5% Crescimento entre 6,5% e 10,5%	Mantido Mantido
Margem financeira com clientes	Crescimento entre 5,0% e 9,0%	Mantido
Margem financeira com o mercado	Entre R\$ 2,5 bi e R\$ 5,5 bi	Mantido
Custo do crédito²	Entre R\$ 38,5 bi e R\$ 43,5 bi	Mantido
Receita de prestação de serviços e resultado de seguros³	Crescimento entre 5,0% e 9,0%	Crescimento entre 2,0% e 5,0%
Despesas não decorrentes de juros	Crescimento entre 1,5% e 5,5%	Mantido
Alíquota efetiva de IR/CS	Entre 29,5% e 32,5%	Mantido

⁽¹⁾ Inclui garantias financeiras prestadas e títulos privados; ⁽²⁾ Composto pela Despesa de Perda Esperada, Descontos Concedidos e Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo; ⁽³⁾ Receitas de Prestação de Serviços (+) Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização (+) Despesas com Sinistros

Análise do Resultado e Balanço Patrimonial



Análise Gerencial da Operação > Margem Financeira Gerencial

A margem financeira com clientes avançou 3,3% no trimestre. O aumento é explicado principalmente pelo crescimento de 2,9% na margem sensível a spreads, com destaque para: (i) maior volume médio de ativos, em função do aumento da carteira rentável média em todos os segmentos; (ii) efeito calendário, com maior número de dias corridos no trimestre; e (iii) maior receita com operações estruturadas do atacado. Além disso, houve resultado positivo do capital de giro próprio, relacionado ao aumento no saldo médio e taxa média de remuneração.

Na comparação com os primeiros seis meses do ano anterior, a margem financeira com clientes subiu 4,8%. Esse crescimento está principalmente relacionado ao aumento das operações sensíveis a spread, em função do maior volume médio de ativos, maior margem com passivos, e do melhor mix de produtos.

A margem financeira com o mercado aumentou 13,6% no trimestre, principalmente em função do maior resultado obtido pela mesa banking, parcialmente compensado pela redução no resultado da mesa trading. Na comparação com os primeiros seis meses do ano anterior, a redução de 1,7% ocorreu principalmente em função do menor resultado obtido pela mesa trading, compensado parcialmente pelo aumento no resultado da mesa banking.

Margem com Clientes

R\$ 32,6 bi

^ +3,3% 2T26 x 1T26

^ +5,1% 2T26 x 2T25

Margem com o Mercado

R\$ 0,9 bi

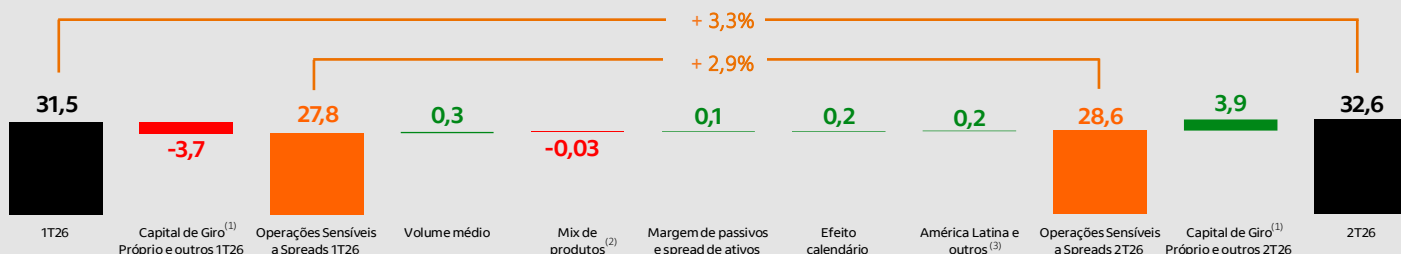
^ +13,6% 2T26 x 1T26

^ +8,6% 2T26 x 2T25

Em R\$ milhões	2T26	1T26	Δ	2T25	Δ	1S26	1S25	Δ
Margem Financeira com Clientes	32.557	31.506	3,3%	30.988	5,1%	64.062	61.146	4,8%
Margem Financeira com o Mercado	931	820	13,6%	858	8,6%	1.751	1.781	-1,7%
Total	33.488	32.326	3,6%	31.846	5,2%	65.813	62.927	4,6%

Principais Efeitos na Variação da Margem Financeira com Clientes

Em R\$ bilhões



(1) Inclui o capital alocado às áreas de negócio (exceto tesouraria), além do capital de giro da corporação; (2) Mudança na composição dos ativos com risco de crédito entre períodos no Brasil; (3) América Latina e outros, considera operações estruturadas do atacado.

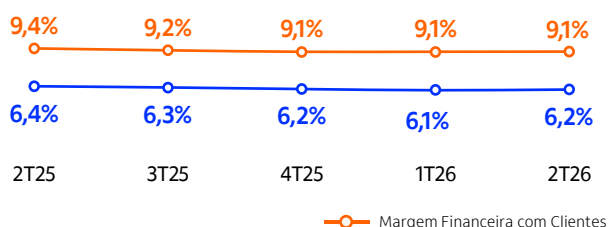
Taxas Médias anualizadas da Margem Financeira com Clientes

Em R\$ milhões, ao final do período

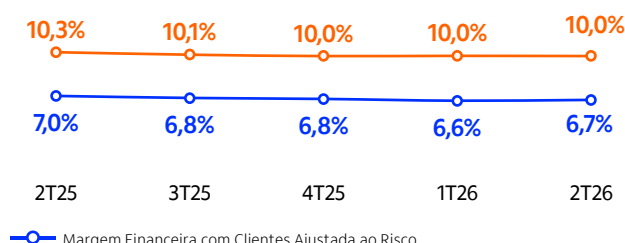
	2T26			1T26		
	Saldo Médio (1)	Margem Financeira	Taxa Média (a.a.)	Saldo Médio (1)	Margem Financeira	Taxa Média (a.a.)
Margem Financeira com Clientes	1.477.393	32.557	9,1%	1.447.412	31.506	9,1%
Operações Sensíveis a Spreads	1.340.036	28.625	8,8%	1.309.489	27.825	8,9%
Capital de Giro Próprio e Outros	137.357	3.931	12,0%	137.923	3.681	11,3%
Custo do Crédito		(10.139)			(9.952)	
Margem Financeira com Clientes ajustada ao Risco	1.477.393	22.418	6,2%	1.447.412	21.554	6,1%

(1) Média dos saldos diários.

Consolidado



Brasil





O custo do crédito fechou o segundo trimestre de 2026 em R\$ 10,1 bilhões, e cresceu 1,9% em relação ao trimestre anterior. Esse crescimento ocorreu principalmente em pessoas jurídicas nos Negócios de Varejo no Brasil, alinhado ao crescimento da carteira de crédito. Na América Latina o aumento aconteceu principalmente devido ao maior volume de despesas de perda esperada, de acordo com a dinâmica de atrasos da região.

Houve aumento dos descontos concedidos e da recuperação de prejuízo nos Negócios de Varejo no Brasil relacionados principalmente ao programa Desenrola. Contudo, o impacto do programa Desenrola foi imaterial no total do custo do crédito.

O custo do crédito do primeiro semestre de 2026 aumentou 5,9% em relação ao primeiro semestre do ano anterior. Essa variação ocorreu alinhada com o crescimento da carteira, enquanto o indicador de custo do crédito sobre a carteira permaneceu estável.

Recuperação de Crédito e Venda de Ativos Financeiros

No segundo trimestre de 2026, houve venda de carteiras que se encontravam em prejuízo, tanto nos Negócios de Varejo quanto de Atacadado no Brasil, no montante de R\$ 2,2 bilhões, com impacto positivo de R\$ 56,2 milhões na recuperação de crédito e de R\$ 30,9 milhões no resultado recorrente gerencial. Essas vendas não impactaram materialmente os indicadores de qualidade de crédito.

No trimestre, vendemos carteiras ativas sem retenção de riscos para empresas não ligadas no valor de R\$ 606,9 milhões no Brasil, dos quais R\$ 39,3 milhões estariam com atraso superior a 90 dias e da América Latina no valor de R\$ 23,8 milhões, sem atraso superior a 90 dias. Essas vendas de carteiras ativas tem impacto imaterial no indicador de atraso longo e geraram um impacto negativo de R\$ 22,6 milhões no produto bancário, positivo de R\$ 80,2 milhões no custo do crédito e positivo de R\$ 31,7 milhões no resultado recorrente gerencial.

Custo do crédito

R\$ 10,1 bi

^ + 1,9%

2T26 x 1T26

^ + 7,4%

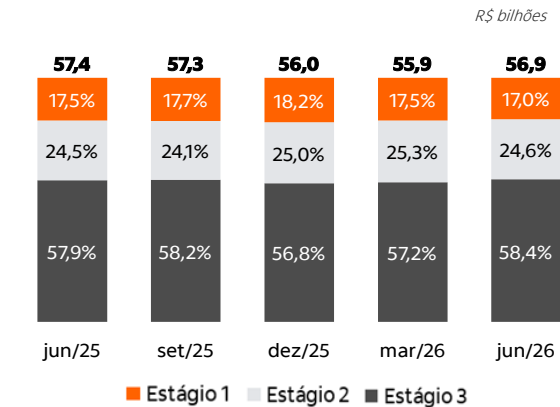
2T26 x 2T25

Em R\$ milhões	2T26	1T26	Δ	2T25	Δ	1S26	1S25	Δ
Despesa de Perda Esperada	(10.479)	(10.241)	2,3%	(9.664)	8,4%	(20.720)	(19.158)	8,1%
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.487	1.238	20,2%	1.280	16,2%	2.725	2.512	8,5%
Descontos Concedidos	(1.147)	(949)	20,8%	(1.058)	8,3%	(2.096)	(2.321)	-9,7%
Custo do Crédito	(10.139)	(9.952)	1,9%	(9.443)	7,4%	(20.091)	(18.967)	5,9%
Custo do Crédito / Carteira de Crédito (*) - Anualizado (%)	2,7	2,7	0,0 p.p.	2,7	0,0 p.p.	2,7	2,7	0,0 p.p.

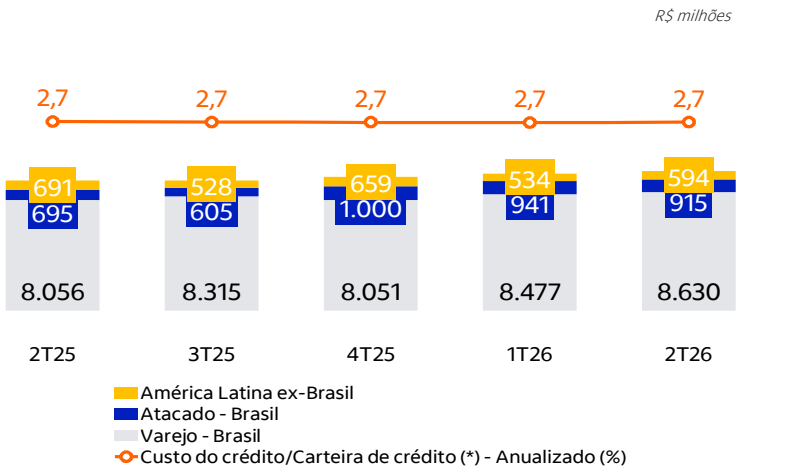
(*) Saldo médio da carteira de crédito (incluindo títulos e valores mobiliários) e garantias financeiras prestadas.

Nota: Com a adoção da Resolução CMN N° 4.966/21, a despesa com perda esperada passou a contemplar também a carteira de títulos e valores mobiliários com a característica de concessão de crédito.

Saldo da Provisão para Perda Esperada por estágio



Custo do crédito por segmento



(*) Saldo médio da carteira de crédito (incluindo títulos e valores mobiliários) e garantias financeiras prestadas.

Análise Gerencial da Operação > Qualidade do Crédito

O índice de inadimplência entre 15 e 90 dias (NPL 15-90) total aumentou 0,1 p.p. em relação ao trimestre anterior fechando o trimestre em 1,8%.

Esse aumento está relacionado com o crescimento de 0,1 p.p. no índice da carteira de micro, pequenas e médias empresas no Brasil, fechando o trimestre em 1,5%, que segue o ciclo de normalização do indicador em função do fim das carências dos programas governamentais, conforme esperado. Adicionalmente, houve aumento de 0,1 p.p. na América Latina. O indicador de pessoas físicas manteve-se estável tanto em relação ao trimestre anterior quanto ao mesmo período do ano passado.

O índice de inadimplência acima de 90 dias (NPL 90) manteve-se estável em relação ao primeiro trimestre de 2026.

No Brasil, o indicador de pessoas físicas apresentou aumento de 0,1 p.p. em relação ao trimestre anterior, principalmente pela migração natural de parte do crescimento do atraso curto, que ocorre sazonalmente no primeiro trimestre. Houve aumento também em micro, pequenas e médias empresas no Brasil, de 0,1 p.p., que, assim como no indicador de atraso curto, segue o ciclo de normalização do indicador em função do fim das carências dos programas governamentais. O programa Desenrola teve um impacto imaterial no indicador.

Índice de Inadimplência acima de 90 dias com TVM

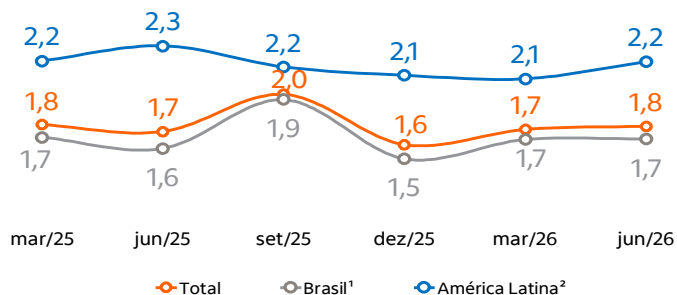
1,9%

estável	jun/26 x mar/26
---------	-----------------

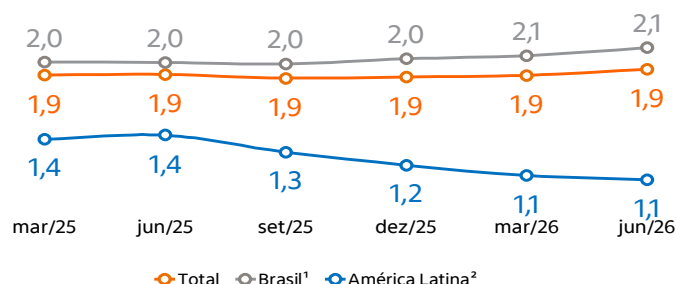
estável	jun/26 x jun/25
---------	-----------------

Indicadores de qualidade de Crédito | Inclui TVM

Índice de Inadimplência (%) | 15 a 90 dias

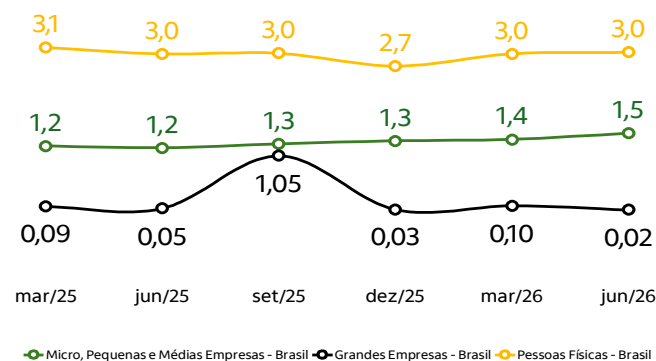


Índice de Inadimplência (%) | Acima de 90 dias

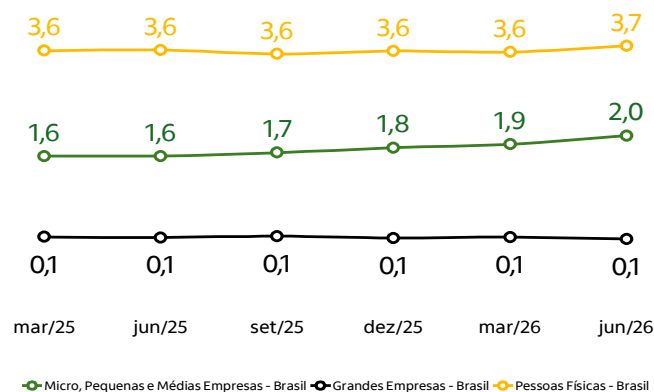


¹ Inclui unidades externas ex-América Latina. ² Exclui Brasil.

Brasil



Brasil



A partir do primeiro trimestre de 2025, passamos a divulgar a carteira de crédito reestruturada de acordo com os requerimentos da Resolução CMN N° 4.966/21. Esta carteira é composta por operações de crédito e títulos em que houve alteração significativa nas condições originais do contrato em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia, e apresentou um aumento de 5,4% comparado ao primeiro trimestre de 2026.

A carteira renegociada de crédito e TVM (que inclui a carteira reestruturada) apresentou um aumento de 4,6% em relação ao trimestre anterior e fechou o segundo trimestre de 2026 em R\$ 36,3 bilhões. Tanto na carteira reestruturada quanto na carteira renegociada, os crescimentos estão principalmente relacionados ao segmento de pessoas jurídicas, além do impacto do programa Desenrola. Contudo, a relação entre a carteira renegociada sobre a carteira total permanece em 2,6%. Em relação ao mesmo período do ano anterior, a carteira renegociada apresentou queda de 6,3%.

O indicador de NPL Creation sobre carteira de crédito aumentou 0,1 p.p. em relação ao trimestre anterior, fechando em 0,8%. Com isso, o NPL Creation cresceu na comparação trimestral e encerrou o segundo trimestre em R\$ 10.657 milhões, devido principalmente ao crescimento dos Negócios de Varejo, impactado pela normalização do fim das carências dos programas governamentais e pela migração natural de parte do crescimento do atraso curto, que ocorre sazonalmente no primeiro trimestre.

A baixa de carteiras de crédito para prejuízo (write-off) caiu 3,0% em relação ao trimestre anterior, devido aos Negócios de Varejo no Brasil que fechou o trimestre em R\$ 8,4 bilhões, apresentando queda de 5,9% em relação ao primeiro trimestre. A relação entre as operações baixadas para prejuízo do trimestre atual e o NPL Creation dos últimos três trimestres anteriores se mantém em linha.

O indicador das operações levadas a write-off sobre o saldo médio da carteira de crédito fechou o segundo trimestre em 0,7%, mantendo-se estável em relação ao trimestre anterior.

NPL Creation sobre a Carteira

0,8%

^ + 0,1 p.p.

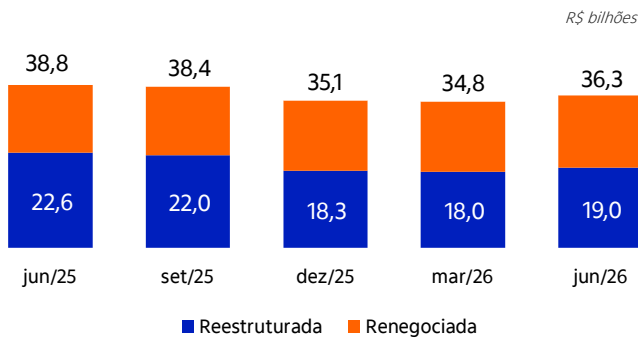
2T26 x 1T26

^ + 0,1 p.p.

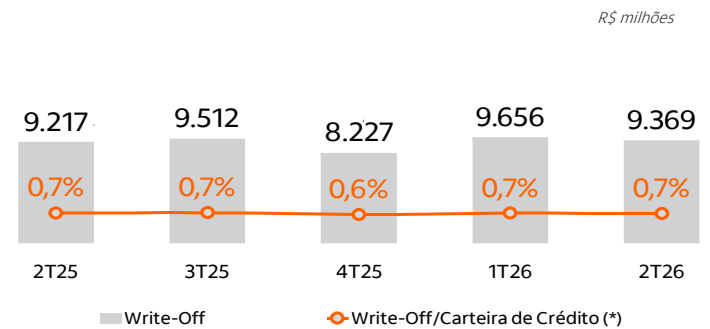
2T26 x 2T25

Indicadores de qualidade de Crédito | Inclui TVM

Crédito Renegociado

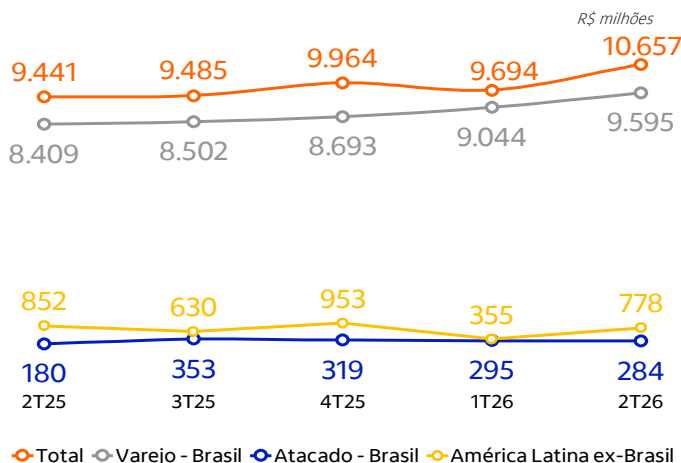


Write-Off



(*) Saldo médio da carteira de crédito considerando os dois últimos trimestres. A partir do 1T25, o write-off e a carteira de crédito incluem TVM.

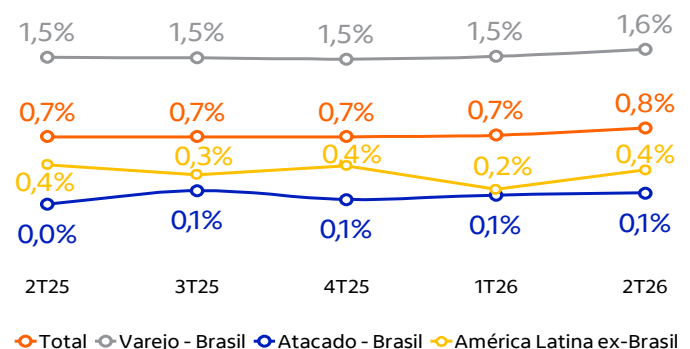
NPL Creation



○ Total ○ Varejo - Brasil ○ Atacado - Brasil ○ América Latina ex-Brasil

Nota: O NPL Creation do 2T26 foi calculado com a inclusão da carteira de crédito ativa de R\$ 48 milhões do Atacado e R\$ 27 milhões do Varejo vendida para empresas não ligadas, e o NPL Creation de TVM.

NPL Creation sobre a Carteira¹



¹ Carteira de crédito do trimestre anterior sem garantias financeiras prestadas. A partir do 1T25, o NPL Creation e a carteira de crédito incluem TVM.

Indicadores de Qualidade do Crédito Res. CMN N° 4.966/21

A seguir apresentamos os indicadores de qualidade de crédito introduzidos pela Resolução CMN N° 4.966/21, que classifica os instrumentos financeiros em três estágios:

Estágio 1: Aplicável aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito.

Estágio 2: Aplicável aos instrumentos financeiros com aumento significativo no risco de crédito desde sua origem.

- Não ser ativo problemático
- Atraso entre 30 e 90 dias

Estágio 3: Aplicável aos ativos com problemas de recuperação de crédito (ativos problemáticos), evidenciados pelo atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos ou pelo indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada. Nesse estágio, o reconhecimento de juros é por regime de caixa.

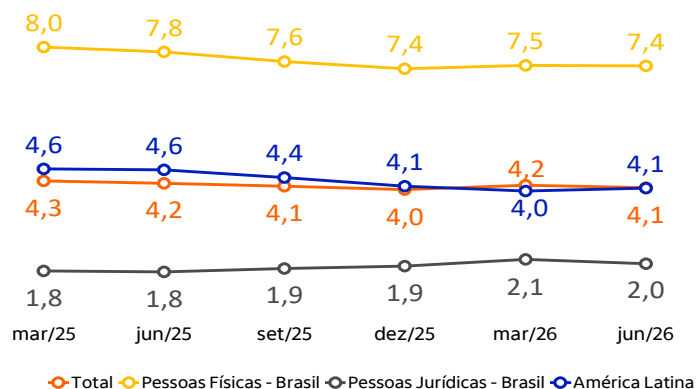
- Atraso acima de 90 dias
- Reestruturação: renegociação com alteração significativa com relação às condições originais em função de uma deterioração importante
- Indício de não cumprimento das obrigações

Para maiores detalhes vide nota explicativa 2 b) das Demonstrações Financeiras.

A carteira de crédito classificada como estágio 2 apresentou queda de 0,1 p.p. em relação ao trimestre anterior. A carteira classificada em estágio 3, apresentou aumento de 0,1 p.p. no total, principalmente pelo aumento de 0,2 p.p. no segmento de pessoas físicas em função do aumento sazonal do NPL 90 dias no segmento. O nível de cobertura do estágio 2 apresentou queda de 0,4 p.p., principalmente em pessoas jurídicas que reduziu 1,3 p.p. Já a cobertura do estágio 3 sofreu crescimento de 0,2 p.p. devido ao aumento de 0,7 p.p. em pessoas jurídicas, compensada pela queda de 0,3 p.p. em pessoas físicas, em ambos os casos, relacionados com movimentações naturais das carteiras.

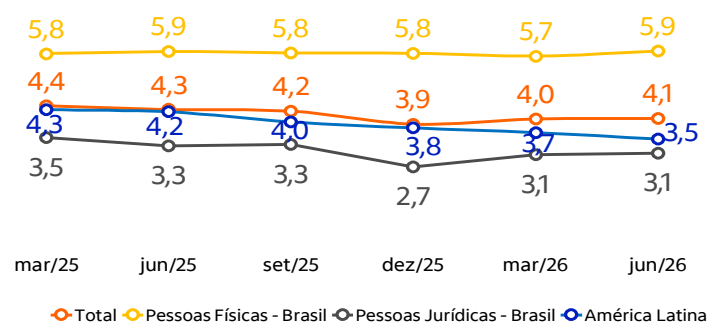
Carteira de Crédito Estágio 2

(% sobre a Carteira Total)



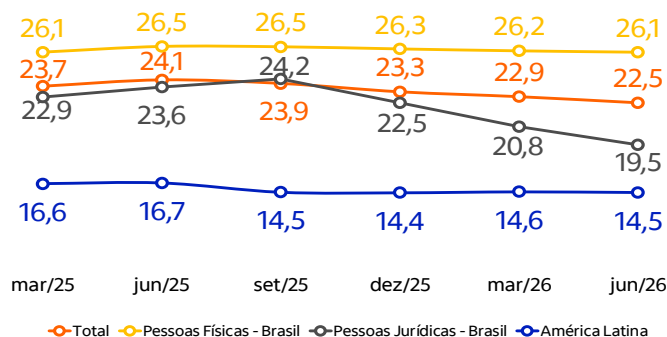
Carteira de Crédito Estágio 3

(% sobre a Carteira Total)



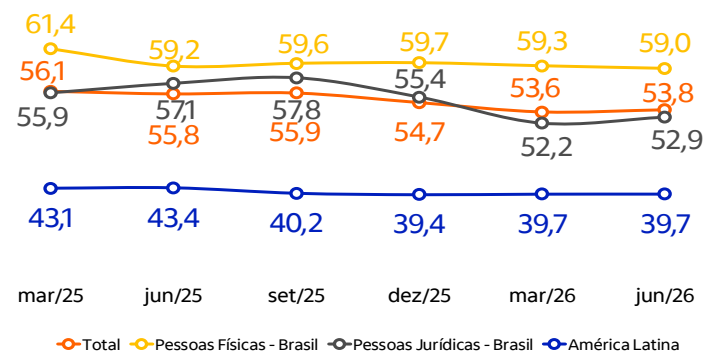
Cobertura do Estágio 2 (%)

(Provisão Estágio 2 sobre a Carteira Estágio 2)



Cobertura do Estágio 3 (%)

(Provisão Estágio 3 sobre a Carteira Estágio 3)





Análise Gerencial da Operação > Serviços e Seguros

As receitas de prestação de serviços e resultado de seguros cresceram 0,4% no trimestre. As maiores receitas com administração de fundos, que ocorreram devido ao reconhecimento de performance fee no trimestre, foram parcialmente compensadas pela redução das receitas com serviços de corretagem e pelos menores ganhos com pagamentos e recebimentos, em função da diminuição das receitas com pacotes de conta corrente de pessoa jurídica. O crescimento do resultado de seguros ocorreu especialmente em função do aumento dos prêmios ganhos.

Na comparação com os seis primeiros meses do ano anterior, as receitas de prestação de serviços e resultado de seguros cresceram 4,4%, principalmente em decorrência dos aumentos de: (i) administração de recursos, em função do maior saldo de fundos; (ii) assessoria econômico-financeira e corretagem, por maiores volumes, tanto em banco de investimento quanto em corretagem de pessoas físicas; e (iii) maior resultado de seguros, principalmente por aumento dos prêmios ganhos.

Serviços e Seguros

R\$ 14,1 bi

^+0,4% 2T26 x 1T26

^+3,6% 2T26 x 2T25

Em R\$ milhões	2T26	1T26	Δ	2T25	Δ	1S26	1S25	Δ
Cartões Emissor	3.279	3.267	0,4%	3.248	0,9%	6.546	6.468	1,2%
Conta Corrente Pessoa Física	501	541	-7,4%	636	-21,2%	1.042	1.325	-21,4%
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	644	646	-0,3%	598	7,8%	1.291	1.211	6,6%
Pagamentos e Recebimentos	1.956	1.964	-0,4%	2.116	-7,5%	3.920	4.228	-7,3%
Administração de Recursos	1.997	1.909	4,6%	1.861	7,3%	3.905	3.519	11,0%
Administração de Fundos	1.438	1.376	4,5%	1.409	2,1%	2.814	2.627	7,1%
Administração de Consórcios	559	533	4,9%	452	23,5%	1.091	893	22,3%
Assessoria Econ. Financeira e Corretagem	1.259	1.275	-1,3%	950	32,5%	2.533	2.021	25,3%
Outros Brasil	462	451	2,4%	461	0,3%	913	919	-0,8%
América Latina (ex-Brasil)	931	941	-1,0%	913	2,1%	1.873	1.825	2,6%
Receitas de Prestação de Serviços	11.028	10.993	0,3%	10.781	2,3%	22.021	21.517	2,3%
Resultado de Seguros ¹	3.061	3.034	0,9%	2.816	8,7%	6.095	5.403	12,8%
Serviços e Seguros	14.089	14.026	0,4%	13.597	3,6%	28.116	26.920	4,4%

Nota: a partir do primeiro trimestre de 2025, as receitas com adquirência, além das tarifas com pacotes de conta corrente de pessoas jurídicas, e receitas com PIX passaram a ser alocadas na linha de Pagamentos e Recebimentos (anteriormente Serviços de Recebimento). (1) Receitas de Seguros, Previdência e Capitalização líquidas das Despesas com Sinistros.

Cartões - Emissor

Valor transacionado

2T26

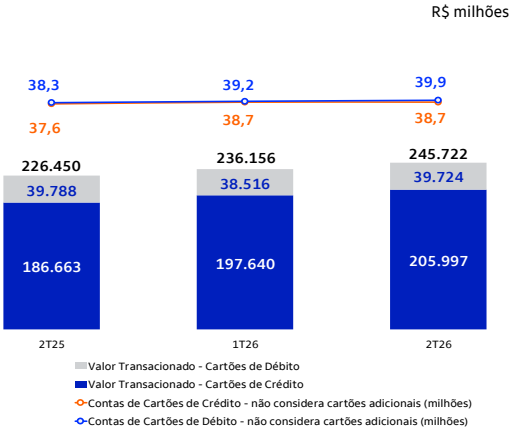
R\$ 245,7 bilhões

^+4,1% x 1T26 ^+8,5% x 2T25

Crédito ^+4,2% vs 1T26
 ^+10,4% vs 2T25

Débito ^+3,1% vs 1T26
 v-0,2% vs 2T25

Nota: a partir do 1T26, passamos a considerar novos produtos de crédito parcelado no valor transacionado de cartões emissor.



As receitas com emissão de cartões cresceram 0,4% no trimestre. O aumento das receitas, relacionado com o maior faturamento de crédito, foi parcialmente compensado pelo aumento das despesas com programas de recompensas, em linha com a estratégia de oferecer mais benefícios aos clientes conforme aumentam o relacionamento com o banco.

Na comparação com os primeiros seis meses de 2025, o aumento de 1,2% seguiu a mesma dinâmica observada na movimentação trimestral, com o aumento do faturamento de crédito sendo parcialmente compensado por maiores despesas com programas de recompensa.

Pagamentos e Recebimentos

Valor transacionado em adquirência

2T26

R\$ 298,7 bilhões

^+5,4% x 1T26 ^+23,5% x 2T25

Crédito ^+5,9% vs 1T26
 ^+29,0% vs 2T25

Débito ^+4,2% vs 1T26
 ^+10,3% vs 2T25

As receitas de pagamentos e recebimentos reduziram 0,4% no trimestre. Os maiores ganhos com serviços de adquirência foram compensados pela redução dos ganhos com pacotes de conta corrente para pessoa jurídica, em função do aumento da concessão de isenção de tarifas do programa Mais Vantagens, fornecido pelo Itaú Empresas, que oferece benefícios progressivos aos clientes conforme seu nível de engajamento com o banco.

A redução de 7,3%, na comparação com os primeiros seis meses de 2025, ocorreu principalmente devido ao maior custo de funding e à mudança do mix de faturamento nas operações de adquirência, além da redução dos ganhos com pacotes de conta corrente para pessoa jurídica, em função do aumento de isenção de tarifas, relacionado ao programa Mais Vantagens, do Itaú Empresas.

Conta Corrente Pessoa Física

As receitas de serviços de conta corrente pessoa física reduziram 7,4% na comparação com o primeiro trimestre de 2026, e recuaram 21,4% em relação ao acumulado dos seis primeiros meses de 2025.

Ambas as movimentações são reflexo da agenda proativa do banco de melhorar cada vez mais as condições de ofertas para os clientes, à medida em que aumentam seu relacionamento com o banco.

Administração de Fundos

As receitas de administração de fundos cresceram 4,5% na comparação com o trimestre anterior, devido ao reconhecimento de performance fee, que ocorre no segundo e no quarto trimestres, além de maiores volumes. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela mudança no mix de produtos.

Na comparação com o acumulado dos seis primeiros meses de 2025, as receitas de administração de fundos cresceram 7,1%, especialmente em função do aumento do saldo no período.

Assessoria Econômico-Financeira e Corretagem

As receitas com assessoria econômico-financeira e corretagem diminuíram 1,3% em relação ao trimestre anterior, decorrente das menores receitas de corretagem. Em contrapartida, houve aumento dos ganhos com banco de investimento, especialmente em emissão de títulos de renda fixa.

O aumento de 25,3%, em relação ao acumulado do ano anterior, ocorreu principalmente devido aos maiores volumes, tanto em banco de investimento, com destaque para emissão de títulos de renda fixa, quanto em corretagem, principalmente devido ao aumento das receitas da corretora de pessoas físicas.

Renda Fixa: No 2T26, em Renda Fixa Local, ficamos em 1º lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição, com R\$ 6,0 bilhões em volume distribuído e market share de 21,8%. Considerando o acumulado de 12 meses, também ficamos em 1º lugar no ranking, totalizando R\$ 63,2 bilhões em volume distribuído e market share de 24,6%.

Renda Variável: No acumulado de 2026, participamos de 11 operações, totalizando R\$ 2,6 bilhões de volume (Market Share de 11,9%), ocupando o 2º lugar por quantidade e o 4º lugar por volume no Ranking da Dealogic.

Fusões e Aquisições: No acumulado de 2026, participamos de 19 transações, totalizando R\$ 42,0 bilhões (Market Share de 27,9%), ocupando o 2º lugar por quantidade e por volume de transações no Ranking da Dealogic.

Resultado de Seguros, Previdência e Capitalização

O resultado de seguros, previdência e capitalização cresceu 0,9% no trimestre, principalmente devido ao (i) aumento dos prêmios ganhos, que ocorreu em função das maiores vendas nos ramos de vida individual, prestamista e ramo habitacional; (ii) redução dos sinistros retidos, principalmente nas carteiras de seguro habitacional, vida em grupo e seguro transações (cartão e pix). As altas foram parcialmente compensadas por menores receitas de serviços, que se mantém em patamar elevado, porém com redução em relação ao primeiro trimestre.

O aumento de 12,8% na comparação com os primeiros seis meses de 2025 ocorreu principalmente devido aos crescimentos: (i) dos prêmios ganhos, por conta das maiores vendas e ao aumento das carteiras nos ramos de vida individual, prestamista, habitacional e seguro transações; (ii) da receita decorrente das comissões de seguros de terceiros; e (iii) da maior margem financeira, em função do aumento do saldo e da maior remuneração dos nossos ativos.

Resultado de Seguros, Previdência e Capitalização

R\$ 3,1 bi

▲ +0,9% 2T26 x 1T26

▲ +8,7% 2T26 x 2T25



Análise Gerencial da Operação > Despesas Não Decorrentes de Juros

Na comparação com o trimestre anterior, as despesas não decorrentes de juros aumentaram 3,3% no total e 4,1% no Brasil. O crescimento era esperado por conta da sazonalidade do primeiro trimestre. Neste trimestre, além de maiores despesas com participação nos resultados, tivemos um efeito sazonal do aumento de provisão de férias, impactando as despesas de pessoal, que são alocadas em cada uma das linhas da tabela abaixo. Somado a isso, a alta em despesas transacionais está principalmente relacionada às maiores despesas com provisões cíveis, sazonalmente menores no primeiro trimestre, e com vendas comissionadas. Em tecnologia, houve maiores gastos em função do aumento do volume de processamento em nuvem. Com relação a outras despesas, o aumento está relacionado a maiores despesas com marketing, em função do incremento no volume de campanhas publicitárias, impulsionadas durante o período da Copa do Mundo, com eventos e serviços de terceiros. Na América Latina, a redução ocorreu em função da variação cambial, parcialmente compensada por maiores provisões para férias dos colaboradores.

Em relação ao primeiro semestre de 2025, as despesas não decorrentes de juros aumentaram 3,9% no total e 4,1% no Brasil. O aumento das despesas de pessoal, que são alocadas em cada uma das linhas da tabela abaixo, ocorreu devido aos efeitos da negociação do acordo coletivo de trabalho, com reajuste de 5,68% sobre salários a partir de setembro de 2025, e em função do aumento da despesa com participação nos resultados. O crescimento nas despesas com tecnologia ocorreu pelo aumento do volume de processamento em nuvem e por maiores gastos com desenvolvimento de sistemas. Em outras despesas, o aumento está relacionado principalmente a maiores gastos com marketing, em função da Copa do Mundo. Na América Latina, o aumento ocorreu principalmente devido à maiores despesas com reajuste salarial dos colaboradores e do impacto da variação cambial.

Despesas Não Decorrentes de Juros

R\$ 16,7 bi

^ +3,3%

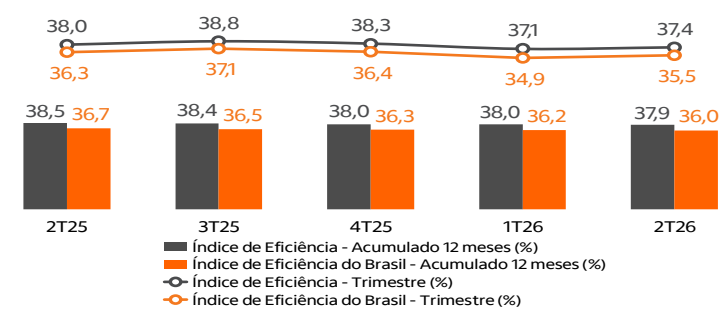
2T26 x 1T26

^ +3,1%

2T26 x 2T25

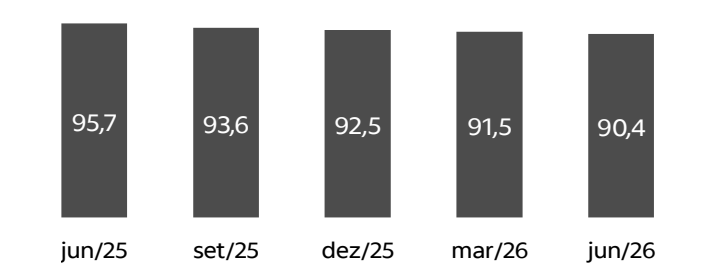
Em R\$ milhões	2T26	1T26	Δ	2T25	Δ	1S26	1S25	Δ
Comercial e Administrativa (pessoal)	(6.531)	(6.482)	0,7%	(6.564)	-0,5%	(13.013)	(12.612)	3,2%
Transacionais (pessoal, operações e atendimento)	(4.124)	(3.917)	5,3%	(3.985)	3,5%	(8.040)	(7.940)	1,3%
Tecnologia (pessoal e infraestrutura)	(3.109)	(3.087)	0,7%	(2.978)	4,4%	(6.196)	(5.812)	6,6%
Outras Despesas	(802)	(503)	59,3%	(599)	33,8%	(1.305)	(1.056)	23,5%
Total - Brasil	(14.566)	(13.988)	4,1%	(14.127)	3,1%	(28.555)	(27.419)	4,1%
América Latina (ex-Brasil)	(2.162)	(2.199)	-1,7%	(2.092)	3,3%	(4.361)	(4.250)	2,6%
Total	(16.728)	(16.188)	3,3%	(16.219)	3,1%	(32.915)	(31.670)	3,9%

Índice de Eficiência

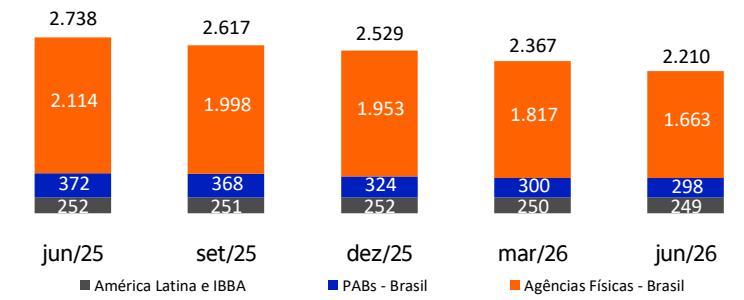


O índice de eficiência é obtido por meio da divisão das Despesas não decorrentes de juros pela soma da Margem Financeira Gerencial, das Receitas de Prestação de Serviços, do Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização e das Despesas Tributárias (ISS, PIS, COFINS e Outras).

Colaboradores - em milhares



Agências e Postos de Atendimento



Análise Gerencial da Operação > Balanço Patrimonial

Os ativos totais cresceram 0,8% no trimestre. A redução de R\$ 44,6 bilhões em aplicações interfinanceiras de liquidez, em função da redução das aplicações no mercado aberto, foi compensada pelos aumentos de: (i) R\$ 63,0 bilhões em títulos e valores mobiliários e derivativos, principalmente em títulos públicos; e (ii) crescimento de R\$ 15,5 bilhões do saldo de operações com característica de concessão de crédito, que ocorreu em função do aumento na carteira de pessoas físicas, principalmente em consignado privado e crédito imobiliário, e de pessoas jurídicas, tanto em micro, pequenas e médias quanto em grandes empresas. Também houve crescimento na carteira da América Latina. O aumento de 11,3% dos ativos totais em relação ao mesmo período do ano anterior ocorreu principalmente devido às elevações de: (i) R\$ 140,6 bilhões em títulos e valores mobiliários e derivativos, especialmente em títulos públicos; (ii) R\$ 87,4 bilhões em operações com característica de concessão de crédito, tanto nas carteiras de pessoa física e jurídica no Brasil, quanto na América Latina; e (iii) R\$ 41,9 bilhões em relações interfinanceiras e interdependências, decorrente do aumento do saldo de transações com pagamentos de cartões.

A elevação do passivo, na comparação com o trimestre anterior, ocorreu especialmente devido aos aumentos de (i) R\$ 34,5 bilhões no saldo de depósitos, principalmente em depósitos a prazo; e (ii) R\$ 12,2 bilhões em provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização, devido à maior remuneração das provisões, além do ganho líquido de recursos de previdência. Esses movimentos foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 45,6 bilhões em captações no mercado aberto. O aumento de 11,3% do passivo, na comparação com o mesmo período do ano anterior, ocorreu principalmente em função das elevações de: (i) R\$ 114,7 bilhões em depósitos, especialmente no saldo de depósitos a prazo; (ii) R\$ 58,0 bilhões em outros passivos; e (iii) R\$ 50,0 bilhões em captações no mercado aberto.

O patrimônio líquido cresceu R\$ 8,4 bilhões no trimestre, especialmente devido à integralização do lucro no período, parcialmente compensado pelo pagamento de dividendos e JCP. Na comparação com o mesmo período do ano anterior, houve aumento de R\$ 7,7 bilhões também por conta da incorporação do resultado do período, parcialmente compensado pelo pagamento de dividendos e JCP, além da aquisição de ações para a tesouraria.

Ativo (em R\$ milhões, ao final do período)

Circulante e Realizável a Longo Prazo

Disponibilidades
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos
Operações com Característica de Concessão de Crédito
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos
Títulos e Valores Mobiliários
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)
Relações Interfinanceiras e Interdependências
Ativos Fiscais - Correntes e Diferidos
Outros Ativos

Permanente

Total do Ativo

30/06/2026	31/03/2026	Δ	30/06/2025	Δ
3.189.122	3.162.262	0,8%	2.863.268	11,4%
35.351	39.723	-11,0%	32.177	9,9%
312.547	357.134	-12,5%	278.452	12,2%
1.124.698	1.061.659	5,9%	984.058	14,3%
1.234.786	1.219.313	1,3%	1.147.354	7,6%
1.082.375	1.071.165	1,0%	1.011.835	7,0%
204.329	199.198	2,6%	188.268	8,5%
(51.918)	(51.050)	1,7%	(52.749)	-1,6%
297.718	296.771	0,3%	255.829	16,4%
95.347	93.261	2,2%	87.955	8,4%
88.675	94.401	-6,1%	77.443	14,5%
37.718	37.430	0,8%	34.782	8,4%
3.226.840	3.199.692	0,8%	2.898.050	11,3%

Passivo (em R\$ milhões, ao final do período)

Circulante e Exigível a Longo Prazo

Depósitos
Captações no Mercado Aberto
Instrumentos de Dívida
Obrigações por Empréstimos e Repasses
Derivativos
Relações Interfinanceiras e Interdependências
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização
Demais Provisões
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas
Outros Passivos

Patrimônio Líquido

Participação de Acionistas Não Controladores

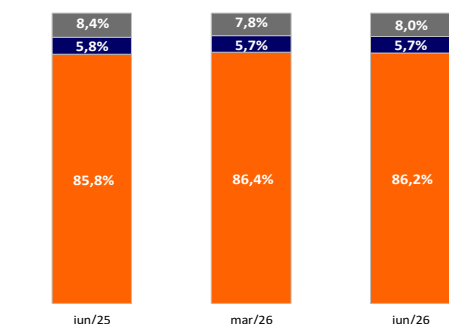
Total do Passivo

30/06/2026	31/03/2026	Δ	30/06/2025	Δ
3.009.115	2.990.324	0,6%	2.688.498	11,9%
1.134.485	1.099.998	3,1%	1.019.760	11,3%
482.856	528.406	-8,6%	432.862	11,5%
423.499	419.894	0,9%	402.470	5,2%
132.402	136.916	-3,3%	119.493	10,8%
92.228	88.588	4,1%	74.149	24,4%
113.822	109.359	4,1%	118.199	-3,7%
2.531	2.314	9,4%	1.514	67,2%
384.164	371.959	3,3%	336.372	14,2%
16.807	16.795	0,1%	16.059	4,7%
21.405	19.259	11,1%	20.720	3,3%
204.916	196.836	4,1%	146.900	39,5%
208.512	200.098	4,2%	200.815	3,8%
9.213	9.270	-0,6%	8.737	5,4%
3.226.840	3.199.692	0,8%	2.898.050	11,3%

Cartão de crédito

R\$ 150,4 bi Em 30/06/26

^ +0,1% vs mar/26 ^ +6,6% vs jun/25



■ Rotativo + créditos vencidos¹
■ Parcelado com juros
■ À vista²

(1) Inclui carteira em atraso acima de 1 dia;
(2) Inclui parcelado sem juros.

Imobiliário (PF)

R\$ 152,2 bi Em 30/06/26

^ +3,9% vs mar/26 ^ +13,3% vs jun/25

91,4% de pessoas físicas na carteira de crédito imobiliário

Contratações | 2º Trimestre de 2026

R\$ 13,5 bi ^ +63,6% vs jun/25

81,1% Das contratações feitas por mutuários

Market Share de Contratações
Entre bancos privados

55,1%

Loan-to-value (PF)

Relação entre o valor do financiamento e a garantia subjacente

Safra (média trimestral)

55,4%

Carteira

39,1%

Consignado

R\$ 81,3 bi Em 30/06/26

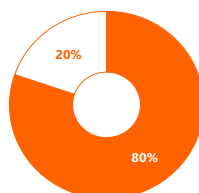
^ +3,5% vs mar/26 ^ +11,7% vs jun/25

A carteira de crédito consignado no setor privado cresceu 14,3% no trimestre, principalmente em função da maior originação do consignado CLT. Houve crescimento de 1,8% na carteira do setor público, devido à criação de uma estrutura dedicada ao servidor público, nos canais internos. Já a redução de 0,5% no setor de INSS, ocorreu devido ao encerramento da operação no canal externo, em linha com a estratégia de principalidade em canais próprios.

Carteira por originação (%)

2º Trimestre de 2026

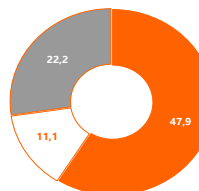
■ Rede de agências
■ Itaú Consignado S.A.



Carteira por setor (R\$ bilhões)

2º Trimestre de 2026

■ INSS
■ Setor privado
■ Setor público



Veículos (PF)

R\$ 35,1 bi Em 30/06/26

▼ -1,7% vs mar/26 ▼ -3,3% vs jun/25

Contratações | 2º Trimestre de 2026

R\$ 4,4 bi

^ +3,0% vs jun/25

Loan-to-value (PF)

Safra (média trimestral)

67,0%

Valor médio financiado

R\$ 53,2 mil

% de entrada

30%

Prazo médio

45 meses

Micro, peq. e médias empresas

R\$ 307,4 bi Em 30/06/26

^ +1,5% vs mar/26 ^ +11,6% vs jun/25

A carteira de micro, pequenas e médias empresas cresceu 1,5% no trimestre, e 11,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Ambos os movimentos ocorreram principalmente em função do crescimento da carteira de programas governamentais.

Grandes empresas

R\$ 474,9 bi Em 30/06/26

^ +4,4% vs mar/26 ^ +10,1% vs jun/25

A carteira de grandes empresas cresceu 4,4% no trimestre, principalmente em clientes dos setores de infraestrutura e energia. Além disso, houve aumento de 10,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Excluindo o efeito da variação cambial, o crescimento foi de 11,2% na comparação anual.

Carteira de crédito sem garantias financeiras prestadas e títulos privados por período de contratação

Em R\$ bilhões

Período	Trimestre atual (t)	t - 1	t - 2	t - 3	t - 4	t >= 5	Total
2T26	33,3%	8,7%	8,8%	6,6%	5,3%	37,3%	1.082
1T26	32,2%	11,7%	7,9%	6,7%	4,3%	37,2%	1.071
2T25	34,0%	9,2%	8,9%	6,9%	4,9%	36,1%	1.012

■ Trimestre atual (t)
 ■ t - 1
 ■ t - 2
 ■ t - 3
 ■ t - 4
 ■ t >= 5

Análise Gerencial da Operação > Captações

O funding de clientes cresceu 3,4% no trimestre, principalmente em decorrência do aumento de R\$ 34,0 bilhões em depósitos a prazo, especialmente no Brasil. O aumento de 13,0% em relação ao mesmo período do ano anterior ocorreu principalmente devido às elevações de: (i) R\$ 107,2 bilhões em depósitos à prazo, com destaque para o Brasil; e (ii) R\$ 62,0 bilhões em recursos de letras, certificado de operações estruturadas e compromissadas, principalmente em letras financeiras e imobiliárias.

Os ativos sob custódia cresceram 3,6% no trimestre, com destaque para produtos próprios, principalmente em tesouraria. Nos últimos 12 meses, o aumento de 21,5% ocorreu especialmente em função de produtos próprios, principalmente em tesouraria e em produtos offshore.

Em R\$ milhões, ao final do período

Funding de Clientes (A)

Depósitos à Vista
Depósitos de Poupança
Depósitos a Prazo
Recursos de Letras, Certificados de Operações Estruturadas e Compromissadas ¹

Demais Captações (B)

Obrigações por Repasses
Obrigações por Empréstimos
Obrigações por TVM no Exterior
Demais Obrigações ²

Total (A) + (B)

Produtos Próprios
Plataforma Aberta

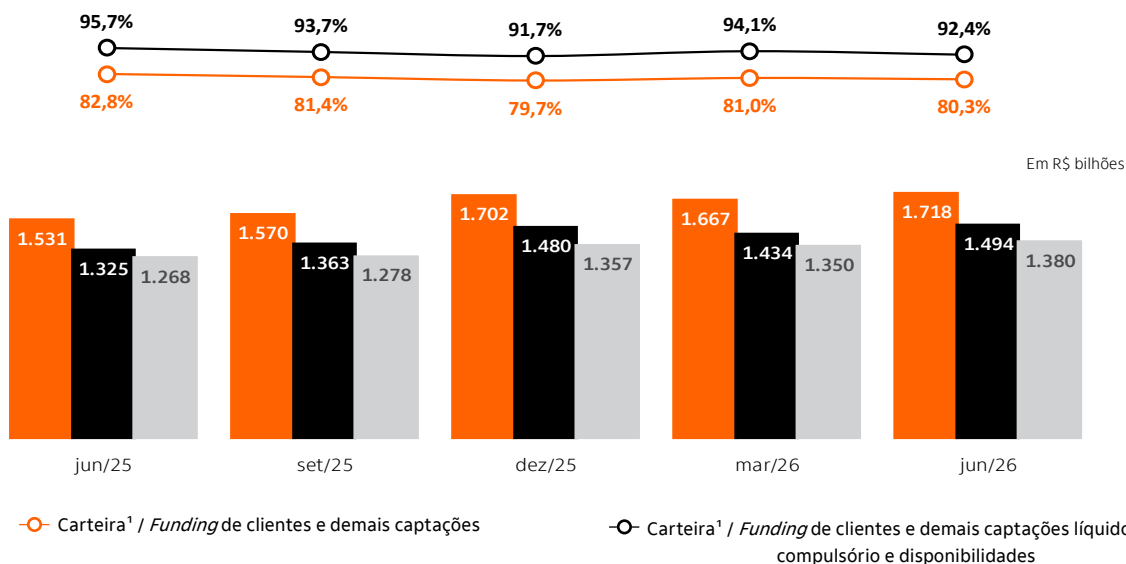
Ativos sob Gestão

Administração Fiduciária e Custódia ³
--

Ativos sob Custódia⁴

2T26	1T26	Δ	2T25	Δ
1.500.278	1.451.095	3,4%	1.327.787	13,0%
127.671	123.088	3,7%	123.475	3,4%
172.240	172.249	0,0%	173.230	-0,6%
822.952	788.966	4,3%	715.703	15,0%
377.415	366.792	2,9%	315.379	19,7%
217.946	216.224	0,8%	203.623	7,0%
30.624	31.112	-1,6%	18.705	63,7%
101.778	105.805	-3,8%	100.788	1,0%
78.490	72.449	8,3%	76.876	2,1%
7.054	6.859	2,9%	7.254	-2,8%
1.718.223	1.667.318	3,1%	1.531.410	12,2%
3.371.078	3.240.214	4,0%	2.815.766	19,7%
452.943	437.777	3,5%	395.253	14,6%
3.824.020	3.677.991	4,0%	3.211.019	19,1%
657.194	648.901	1,3%	478.555	37,3%
4.481.215	4.326.892	3,6%	3.689.574	21,5%

(1) Os recursos de letras incluem: Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Financeiras, de Crédito e Similares. As debêntures próprias são vinculadas a Operações Compromissadas. A partir do 4T25, foram incorporadas as operações compromissadas de títulos de terceiros. Para melhor comparabilidade, o histórico foi reclassificado. (2) Representadas por parcelas das dívidas subordinadas que não compõem o nível II do Patrimônio de Referência. (3) Saldo relativo a clientes institucionais e Corporate. (4) A partir do 4T25, considera a carteira e fundos da América Latina. Para melhor comparabilidade, o histórico foi reclassificado.

Carteira de crédito¹ e captações

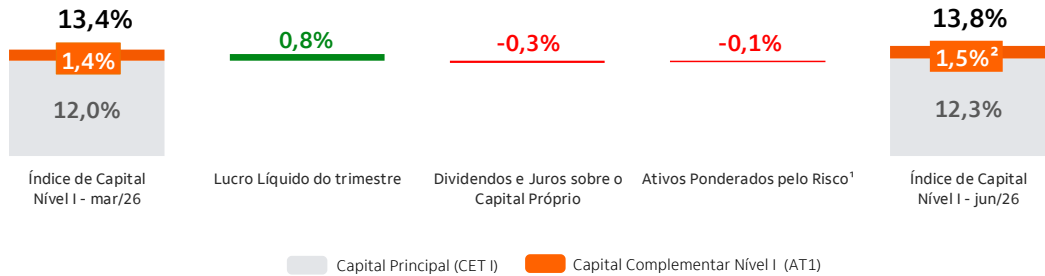
(1) Considera títulos privados e outros créditos.



Análise Gerencial da Operação > Capital e Riscos

O Itaú Unibanco avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos, seguindo o conjunto de normas divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os requerimentos de capital de Basileia III.

Índice de Capital Nível I



(1) Inclui ajustes prudenciais e patrimoniais. (2) Considerando Capital Complementar Nível 1 (AT1) limitado a 1,5%, conforme Res. CMN Nº 4.958. Não fosse esse limite, o AT1 seria 1,7%.

Índices de Capital

Em R\$ milhões, ao final do período	2T26	1T26
Capital Principal	194.742	186.771
Nível I (Capital Principal + Complementar)	220.973	209.183
Patrimônio de Referência (Nível I e Nível II)	242.885	230.527
Exposição Total Ponderada pelo Risco (RWA)	1.581.951	1.560.810
Risco de Crédito	1.343.634	1.310.658
Risco Operacional	181.754	181.754
Risco de Mercado	56.563	68.398
Índice de Capital Principal	12,3%	12,0%
Índice de Capital Nível I ¹	13,8%	13,4%
Índice de Basileia (PR/RWA)	15,4%	14,8%

Obs.: Indicadores apurados com base no Consolidado Prudencial, que abrange instituições financeiras, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios. (1) Considerando Capital Complementar Nível 1 (AT1) limitado a 1,5%, conforme Res. CMN Nº 4.958. Não fosse esse limite, o índice de Capital Nível 1 de jun/26 seria 14,0%.

Principais variações no trimestre

Patrimônio de Referência: crescimento de 5,4% decorrente do resultado do período e da emissão de dívidas subordinadas perpétuas, parcialmente compensados pelo pagamento de juros sobre o capital próprio. O capital principal cresceu 4,3%.

RWA: aumento de R\$ 21,1 bilhões, principalmente na parcela relativa ao capital requerido para risco de crédito, atenuado pela redução na parcela de risco de mercado.

Índice de Basileia: aumento de 0,6 p.p. em relação a março/26, refletindo principalmente o resultado do período e a emissão de dívidas subordinadas perpétuas, efeitos parcialmente compensados pelo pagamento de juros sobre o capital próprio e pelo crescimento do RWA. O índice de junho/26 está 3,8 p.p. acima do mínimo regulatório com os adicionais de capital principal.

Indicadores de Liquidez

Esses indicadores são calculados com base na metodologia definida pela regulamentação do BACEN, em linha com as diretrizes de Basileia III.

Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR - *Liquidity Coverage Ratio*)

O LCR na média do trimestre atingiu 202,0%, acima do limite de 100%, o que significa que possuímos recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar as perdas em cenários de estresse.

Em R\$ milhões	jun/26	mar/26	jun/25
Ativos de Alta Liquidez	380.866	371.058	346.084
Saídas Potenciais de Caixa	188.536	190.159	161.856
LCR (%)	202,0%	195,1%	213,8%

Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR - *Net Stable Funding Ratio*)

O NSFR foi de 122,1% no fechamento do trimestre, acima do limite de 100%, o que significa que temos recursos estáveis disponíveis para suportar os recursos estáveis requeridos no longo prazo.

Em R\$ milhões	jun/26	mar/26	jun/25
Recursos Estáveis Disponíveis	1.528.168	1.491.577	1.393.627
Recursos Estáveis Requeridos	1.251.850	1.222.668	1.150.712
NSFR (%)	122,1%	122,0%	121,1%

Para 2026, o índice mínimo dos indicadores de liquidez de curto e longo prazo exigidos pelo Banco Central é de 100%.

Valor em Risco - VaR (Value at Risk) ¹

É um dos principais indicadores de risco de mercado e uma medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado.

Em R\$ milhões, ao final do período	2T26	1T26
VaR por Grupo de Fatores de Risco		
Taxas de Juros	1.669	2.038
Moedas	72	52
Ações	47	45
Commodities	31	48
Efeito de Diversificação	(216)	(312)
VaR Total	1.603	1.871
VaR Total Máximo no Trimestre	1.997	1.871
VaR Total Médio no Trimestre	1.689	1.288
VaR Total Mínimo no Trimestre	1.454	1.076

(1) Valores reportados consideram 1 dia como horizonte de tempo e 99% de nível de confiança.

Mais informações sobre o gerenciamento de riscos e capital podem ser encontradas em nosso site de Relações com Investidores (www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores), na seção Resultados e Relatórios - Documentos Regulatórios - Pilar 3.

Análise Gerencial da Operação > Demonstração de Resultados por Localidade

Apresentamos a demonstração do resultado segregado entre nossas operações no Brasil, que incluem unidades externas com exceção da América Latina e, na América Latina, excluindo o Brasil.

- As operações no Brasil¹ representam 94,6% do resultado recorrente gerencial no trimestre.
- Nas operações da América Latina, o ROE aumentou 0,3 p.p. em relação ao trimestre anterior e fechou o segundo trimestre de 2026 em 12,3%.

Brasil¹ (em R\$ milhões, ao final do período)

	2T26	1T26	Δ	2T25	Δ	1S26	1S25	Δ
Produto Bancário	44.249	43.132	2,6%	42.041	5,3%	87.382	82.943	5,4%
Margem Financeira Gerencial	30.749	29.636	3,8%	29.005	6,0%	60.384	57.141	5,7%
Margem Financeira com Clientes	29.584	28.574	3,5%	27.998	5,7%	58.157	55.113	5,5%
Margem Financeira com o Mercado	1.165	1.062	9,7%	1.007	15,7%	2.227	2.028	9,8%
Receitas de Prestação de Serviços	10.097	10.052	0,5%	9.869	2,3%	20.148	19.692	2,3%
Receitas de Seguros ²	3.403	3.445	-1,2%	3.167	7,5%	6.849	6.109	12,1%
Custo do Crédito	(9.545)	(9.418)	1,3%	(8.751)	9,1%	(18.963)	(17.571)	7,9%
Despesas de Perda Esperada	(9.800)	(9.621)	1,9%	(8.857)	10,6%	(19.421)	(17.608)	10,3%
Descontos Concedidos	(1.111)	(907)	22,5%	(1.018)	9,1%	(2.018)	(2.222)	-9,2%
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.366	1.110	23,0%	1.123	21,6%	2.476	2.259	9,6%
Despesas com Sinistros	(420)	(458)	-8,1%	(383)	9,8%	(878)	(769)	14,1%
Outras Despesas Operacionais	(17.389)	(16.628)	4,6%	(16.886)	3,0%	(34.018)	(32.830)	3,6%
Despesas não Decorrentes de Juros	(14.566)	(13.988)	4,1%	(14.127)	3,1%	(28.554)	(27.420)	4,1%
Despesas Tributárias e Outras ³	(2.824)	(2.640)	7,0%	(2.759)	2,4%	(5.463)	(5.410)	1,0%
Resultado antes da Tributação e Part. Minoritárias	16.894	16.629	1,6%	16.021	5,5%	33.523	31.772	5,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.994)	(4.882)	2,3%	(5.101)	-2,1%	(9.877)	(10.269)	-3,8%
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(167)	(124)	34,9%	(144)	15,8%	(291)	(275)	5,8%
Resultado Recorrente Gerencial	11.733	11.623	0,9%	10.776	8,9%	23.355	21.228	10,0%
Representatividade	94,6%	94,6%	0,1 p.p.	93,6%	0,9 p.p.	94,6%	93,8%	0,8 p.p.
Retorno sobre o Capital Alocado⁴	25,7%	26,4%	-0,7 p.p.	24,4%	1,3 p.p.	26,0%	23,9%	2,1 p.p.

América Latina (em R\$ milhões, ao final do período)

	2T26	1T26	Δ	2T25	Δ	1S26	1S25	Δ
Produto Bancário	3.736	3.690	1,2%	3.787	-1,4%	7.426	7.679	-3,3%
Margem Financeira Gerencial	2.739	2.690	1,8%	2.841	-3,6%	5.429	5.786	-6,2%
Margem Financeira com Clientes	2.973	2.932	1,4%	2.990	-0,6%	5.905	6.033	-2,1%
Margem Financeira com o Mercado	(234)	(242)	-3,2%	(149)	56,7%	(476)	(247)	92,8%
Receitas de Prestação de Serviços	931	941	-1,0%	913	2,1%	1.873	1.825	2,6%
Receitas de Seguros ²	66	59	12,1%	34	93,2%	124	68	82,3%
Custo do Crédito	(594)	(534)	11,1%	(691)	-14,1%	(1.128)	(1.395)	-19,2%
Despesas de Perda Esperada	(679)	(619)	9,7%	(807)	-15,8%	(1.299)	(1.551)	-16,3%
Descontos Concedidos	(36)	(42)	-14,2%	(41)	-10,9%	(78)	(98)	-20,4%
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	122	127	-4,1%	157	-22,1%	249	254	-1,8%
Despesas com Sinistros	12	(12)	-198,0%	(3)	-551,3%	(0)	(5)	-94,9%
Outras Despesas Operacionais	(2.221)	(2.246)	-1,1%	(2.133)	4,1%	(4.467)	(4.341)	2,9%
Despesas não Decorrentes de Juros	(2.162)	(2.199)	-1,7%	(2.092)	3,3%	(4.361)	(4.250)	2,6%
Despesas Tributárias e Outras ³	(59)	(47)	25,8%	(41)	45,5%	(106)	(90)	17,5%
Resultado antes da Tributação e Part. Minoritárias	933	897	4,1%	960	-2,8%	1.830	1.938	-5,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(49)	(56)	-12,6%	(72)	-31,8%	(106)	(184)	-42,5%
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(210)	(181)	16,3%	(156)	34,9%	(391)	(346)	13,1%
Resultado Recorrente Gerencial	674	660	2,2%	732	-8,0%	1.333	1.408	-5,3%
Representatividade	5,4%	5,4%	0,1 p.p.	6,4%	-0,9 p.p.	5,4%	6,2%	-0,8 p.p.
Retorno sobre o Capital Alocado⁴	12,3%	12,0%	0,3 p.p.	14,2%	-1,9 p.p.	12,2%	13,6%	-1,5 p.p.

(1) Inclui unidades externas ex-América Latina. (2) Receitas de Seguros incluem as Receitas de Seguros, Previdência e Capitalização, antes das Despesas com Sinistros. (3) Inclui Despesas Tributárias (ISS, PIS, COFINS e outras). (4) O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Resultado Recorrente Gerencial pelo Patrimônio Líquido Médio. O quociente dessa divisão foi multiplicado pelo número de períodos no ano para se obter o índice anual. Nota: As informações de América Latina são apresentadas em moeda nominal.

Principais variações cambiais em relação ao real brasileiro - Jun/26

Real vs. dólar americano
R\$ 5,177

▼ - 0,8% vs. mar/26

▼ - 5,1% vs. jun/25

Peso colombiano vs. Real
662,69

▼ - 5,5% vs. mar/26

▼ - 11,2% vs. jun/25

Peso uruguaio vs. Real
7,76

▼ - 0,2% vs. mar/26

▲ + 6,1% vs. jun/25

Peso chileno vs. Real
178,22

▲ + 0,4% vs. mar/26

▲ + 4,4% vs. jun/25

Guarani paraguaio vs. Real
1.172

▼ - 5,3% vs. mar/26

▼ - 19,5% vs. jun/25



Análise Gerencial da Operação > Resultados por Segmentos de Negócios

Apresentamos a seguir as demonstrações financeiras *Pro Forma* dos negócios de Varejo, negócios de Atacado e das Atividades com Mercado + Corporação, valendo-nos de informações gerenciais geradas por modelos internos, no intuito de refletir mais precisamente a atuação das unidades de negócio.

Negócios de Varejo

Os negócios de varejo oferecem produtos e serviços a clientes correntistas e não correntistas que incluem: crédito pessoal, crédito imobiliário, empréstimos consignados, cartões de crédito, serviços de adquirência, financiamento de veículos, investimentos, seguros, previdência e capitalização, entre outros. Os clientes correntistas são segmentados em: (i) Varejo; (ii) Uniclass; (iii) Personnalité; e (iv) Micro e pequenas empresas.

O resultado recorrente gerencial permaneceu estável no trimestre. A margem financeira com clientes cresceu principalmente em função do maior volume médio de crédito, com destaque para as carteiras de crédito imobiliário, consignado privado e de programas governamentais para pequenas empresas, além do efeito positivo da maior quantidade de dias no segundo trimestre. Também houve aumento das receitas de serviços, decorrente do reconhecimento de performance fee no trimestre, além dos maiores ganhos com corretagem de pessoas físicas. Ambos os crescimentos foram parcialmente compensados pelos aumentos: (i) das despesas não decorrentes de juros, que são sazonalmente menores no primeiro trimestre; e (ii) do custo do crédito, devido à maior despesa de perda esperada, em linha com o crescimento da carteira.

O resultado recorrente gerencial aumentou 11,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido ao aumento da margem financeira com clientes, relacionado com o maior volume médio de crédito, além do crescimento das receitas de seguros, por aumento dos prêmios ganhos, principalmente nos ramos de prestamista, vida individual e habitacional. Esses movimentos foram parcialmente compensados pela elevação das despesas não decorrentes de juros, por aumento das despesas transacionais e de tecnologia, além do aumento do custo do crédito, acompanhando a expansão da carteira.

Varejo - Resultado Recorrente Gerencial

R\$ 5,5 bi

estável

2T26 x 1T26

^+11,1%

2T26 x 2T25

Em R\$ milhões	2T26	1T26	Δ	2T25	Δ
Produto Bancário	30.243	29.439	2,7%	28.361	6,6%
Margem Financeira Gerencial	20.251	19.567	3,5%	18.610	8,8%
Receitas de Prestação de Serviços	6.825	6.717	1,6%	6.814	0,2%
Receitas de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros	3.168	3.155	0,4%	2.937	7,9%
Custo do Crédito	(8.630)	(8.477)	1,8%	(8.056)	7,1%
Despesas com Sinistros	(415)	(455)	-8,8%	(380)	9,0%
Outras Despesas Operacionais	(13.466)	(12.854)	4,8%	(12.752)	5,6%
Resultado antes da Tributação e Participações Minoritárias	7.732	7.653	1,0%	7.173	7,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.096)	(2.069)	1,3%	(2.104)	-0,4%
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(146)	(92)	58,5%	(127)	14,2%
Resultado Recorrente Gerencial	5.491	5.493	0,0%	4.941	11,1%
Retorno sobre o Capital Alocado	27,4%	28,5%	-1,1 p.p.	28,0%	-0,6 p.p.
Índice de Eficiência (IE)	41,2%	40,5%	0,7 p.p.	41,8%	-0,6 p.p.

Carteira de Crédito

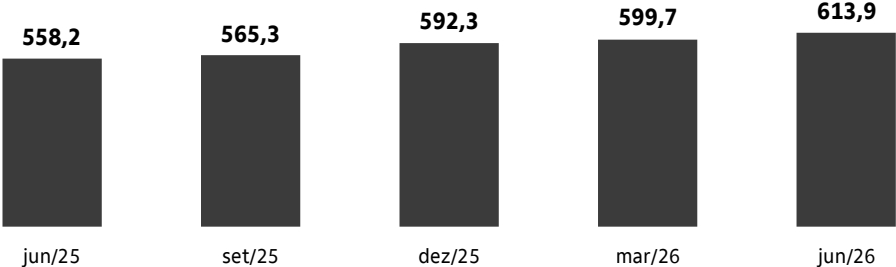
Em R\$ bilhões

Jun/26

R\$ 613,9 bilhões

^ +2,4% x mar/26

^ +10,0% x jun/25



Análise Gerencial da Operação > Resultados por Segmentos de Negócios

Negócios de Atacado

Os negócios de atacado abrangem: i) as atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como banco de investimento; ii) nossas atividades no exterior; iii) os produtos e serviços oferecidos aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Banking), além das médias empresas e clientes institucionais.

O resultado recorrente gerencial reduziu 0,6% no trimestre. O crescimento da margem financeira com clientes, devido ao maior resultado com operações estruturadas e ao aumento da margem de passivos, foi mais do que compensado por: (i) redução das receitas de serviços, em função dos menores ganhos com serviços de corretagem; e (ii) aumento das despesas não decorrentes de juros, que são sazonalmente menores no primeiro trimestre.

O resultado recorrente gerencial aumentou 4,1% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, especialmente em função do impacto positivo do benefício fiscal de juros sobre o capital próprio. Em contrapartida, houve redução da margem financeira com clientes devido ao menor resultado com operações estruturadas, além do aumento do custo do crédito, em função do crescimento das despesas de perda esperada no Brasil.

Atacado - Resultado Recorrente Gerencial

R\$ 5,6 bi

▼ -0,6% 2T26 x 1T26

▲ +4,1% 2T26 x 2T25

Em R\$ milhões	2T26	1T26	Δ	2T25	Δ
Produto Bancário	15.225	15.094	0,9%	15.138	0,6%
Margem Financeira Gerencial	10.969	10.782	1,7%	11.094	-1,1%
Receitas de Prestação de Serviços	4.037	4.116	-1,9%	3.860	4,6%
Receitas de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros	219	196	11,8%	183	19,4%
Custo do Crédito	(1.508)	(1.475)	2,3%	(1.387)	8,8%
Despesas com Sinistros	6	(15)	-	(5)	-
Outras Despesas Operacionais	(5.533)	(5.411)	2,2%	(5.548)	-0,3%
Resultado antes da Tributação e Participações Minoritárias	8.190	8.192	0,0%	8.197	-0,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.359)	(2.351)	0,3%	(2.642)	-10,7%
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(218)	(195)	11,4%	(163)	33,4%
Resultado Recorrente Gerencial	5.614	5.646	-0,6%	5.392	4,1%
Retorno sobre o Capital Alocado	27,4%	27,6%	-0,2 p.p.	26,7%	0,7 p.p.
Índice de Eficiência (IE)	33,3%	32,9%	0,4 p.p.	33,3%	0,0 p.p.

Carteira de Crédito

Em R\$ bilhões

Jun/26

R\$ 766,1 bilhões

▲ +2,1% x mar/26

▲ +7,9% x jun/25

Negócios de Atacado - Brasil

Abaixo apresentamos os números dos Negócios de Atacado no Brasil, que estão contidos na demonstração do resultado dos Negócios de Atacado, acima.

Em R\$ milhões	2T26	1T26	Δ	2T25	Δ
Produto Bancário	11.255	11.162	0,8%	11.201	0,5%
Custo do Crédito	(915)	(941)	-2,8%	(695)	31,6%
Resultado Recorrente Gerencial	4.811	4.853	-0,9%	4.578	5,1%
Retorno sobre o Capital Alocado	32,6%	32,6%	0,0 p.p.	31,2%	1,4 p.p.
Índice de Eficiência (IE)	25,2%	24,1%	1,1 p.p.	25,7%	-0,5 p.p.

Carteira de Crédito

Em R\$ bilhões

Jun/26

R\$ 538,9 bilhões

▲ +2,0% x mar/26

▲ +7,5% x jun/25

Atividades com Mercado + Corporação

Inclui: (i) resultados do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento dos créditos e passivos tributários; (ii) margem financeira com o mercado; (iii) custo da Tesouraria e (iv) resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão no Varejo ou Atacado.

Em R\$ milhões	2T26	1T26	Δ	2T25	Δ
Produto Bancário	2.517	2.289	9,9%	2.330	8,0%
Margem Financeira Gerencial	2.269	1.977	14,8%	2.142	5,9%
Receitas de Prestação de Serviços	166	159	4,2%	107	54,6%
Receitas de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros	82	153	-46,3%	81	2,0%
Outras Despesas Operacionais	(612)	(609)	0,4%	(719)	-14,9%
Resultado antes da Tributação e Participações Minoritárias	1.905	1.680	13,4%	1.611	18,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(589)	(519)	13,5%	(426)	38,2%
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(14)	(18)	-18,6%	(9)	50,3%
Resultado Recorrente Gerencial	1.302	1.143	13,9%	1.175	10,8%
Retorno sobre o Capital Alocado	12,4%	11,7%	0,7 p.p.	10,2%	2,2 p.p.
Índice de Eficiência (IE)	19,2%	21,8%	-2,6 p.p.	24,4%	-5,2 p.p.



Apresentamos os países, as atividades* e o total de colaboradores do Itaú Unibanco.

Nossas operações no exterior focam nas atividades:

1

Corporate & Investment Banking

2

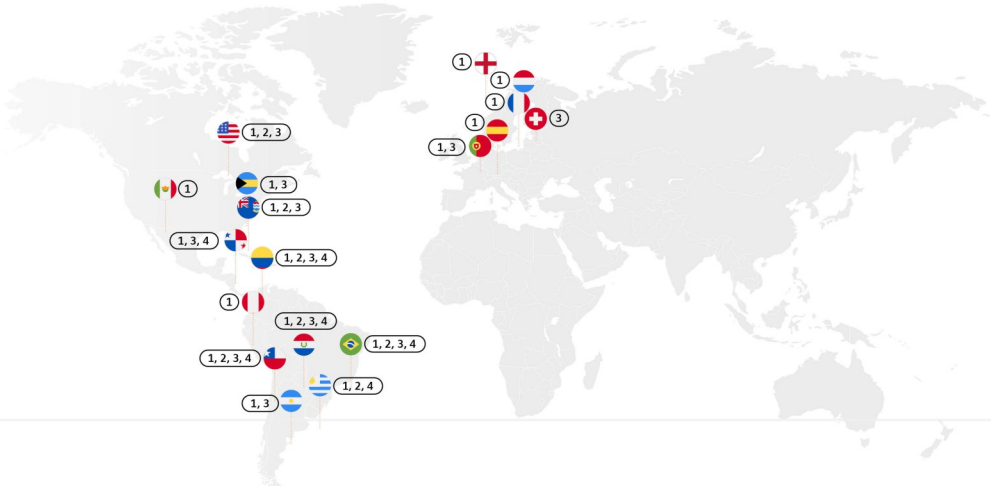
Asset Management

3

Private Banking

4

Varejo



LEGENDA:

Argentina¹ | Bahamas | Brasil | Chile | Colômbia² | Espanha | Estados Unidos da América | França | Cayman | Inglaterra | Luxemburgo | México | Panamá² | Paraguai | Peru | Portugal | Suíça | Uruguai

*Representa a totalidade de nossas operações no exterior. (1) Continuaremos atendendo (i) os clientes corporativos locais e regionais, por meio de nosso escritório de representação do Itaú Unibanco S.A. na Argentina e (ii) as pessoas físicas argentinas dos segmentos de Wealth e Private Banking exclusivamente através de nossas unidades internacionais fora da Argentina. (2) Em 22/12/25, anunciamos o acordo para a venda das operações de Varejo da Colômbia e Panamá para o Banco de Bogotá, concluído em 31/07/26.

Principais países	Uruguai ¹	Chile	Paraguai	Colômbia ²	América Latina ³	Outros países	Total
Colaboradores	1.343	4.638	1.382	1.758	9.121	651	90.429
Agências e PABs	21	127	29	60	237	-	2.210
Caixas eletrônicos ⁴	65	134	271	111	581	-	11.822

Observação: Não contemplamos no mapa de atuação internacional as localidades e regiões com operações em run-off ou em fase de encerramento; (1) Não considera os 29 pontos de atendimento da OCA e passou a incorporar os colaboradores da Handy a partir do 1T26; (2) Inclui os colaboradores no Panamá; (3) América Latina ex-Brasil e Argentina (Chile, Colômbia, Panamá, Paraguai e Uruguai); (4) Inclui PAEs e pontos em estabelecimentos de terceiros. Não considera Banco24horas.

Destaques da América Latina em moeda nominal, utilizando o conceito gerencial.

Em R\$ milhões (em moeda nominal)	Itaú Chile			Itaú Paraguai			Itaú Uruguai		
	2T26	1T26	Δ	2T26	1T26	Δ	2T26	1T26	Δ
Produto Bancário	2.033	1.954	4,0%	591	557	6,1%	1.054	1.116	-5,6%
Margem Financeira Gerencial	1.627	1.556	4,6%	409	382	7,0%	665	727	-8,5%
Margem Financeira com Clientes	1.915	1.869	2,4%	369	346	6,5%	648	682	-5,0%
Margem Financeira com o Mercado	(288)	(314)	-8,2%	40	36	11,8%	17	45	-62,0%
Receita de Prestação de Serviços	406	398	1,9%	116	116	0,3%	388	389	-0,2%
Resultado de Operações com Seg., Prev. e Cap.	-	-	-	66	58	12,1%	-	-	-
Custo do Crédito	(379)	(338)	11,9%	(124)	(94)	32,4%	(93)	(108)	-14,6%
Despesas de Perda Esperada	(481)	(448)	7,4%	(136)	(96)	41,6%	(64)	(81)	-21,7%
Descontos Concedidos	(1)	(11)	-91,5%	(3)	-	-	(33)	(31)	6,1%
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	104	121	-14,3%	14	2	542,2%	4	4	-0,4%
Despesas com Sinistros	-	-	-	12	(12)	-	-	-	-
Outras Despesas Operacionais	(1.392)	(1.394)	-0,2%	(275)	(287)	-4,1%	(540)	(534)	1,1%
Despesas não Decorrentes de Juros	(1.349)	(1.359)	-0,7%	(262)	(276)	-4,9%	(538)	(534)	0,8%
Despesas Tributárias de ISS, PIS, Cofins e Outras	(43)	(36)	21,1%	(13)	(11)	16,3%	(2)	0	-
Resultado antes da Tributação e Part. Minoritárias	262	221	18,6%	204	164	24,6%	421	474	-11,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	119	124	-3,7%	(43)	(29)	50,7%	(114)	(149)	-23,9%
Participações Minoritárias nas Subsidiárias ¹	(210)	(181)	16,3%	-	-	-	-	-	-
Resultado Recorrente Gerencial	171	164	4,3%	161	135	19,1%	307	324	-5,2%
Retorno Recorrente Gerencial sobre o Patrimônio Líquido Médio (% a.a.)	4,8%	4,5%	0,3 p.p.	21,5%	18,6%	2,9 p.p.	34,1%	38,9%	-4,8 p.p.
Índice de Eficiência	67,8%	70,8%	-3,0 p.p.	44,5%	51,8%	-7,3 p.p.	51,2%	47,8%	3,3 p.p.

Nota: A partir do 4T25, passamos a divulgar os resultados da América Latina por país utilizando moeda nominal. (1) As participações minoritárias são calculadas com base no resultado contábil da operação em BRGAAP.

Itaú Chile

- Maior margem com clientes devido ao maior volume de crédito;
- Melhor margem com mercado por conta da evolução positiva da margem da mesa trading;
- Maior custo de crédito em função da maior despesa de perda esperada com clientes Corporate.

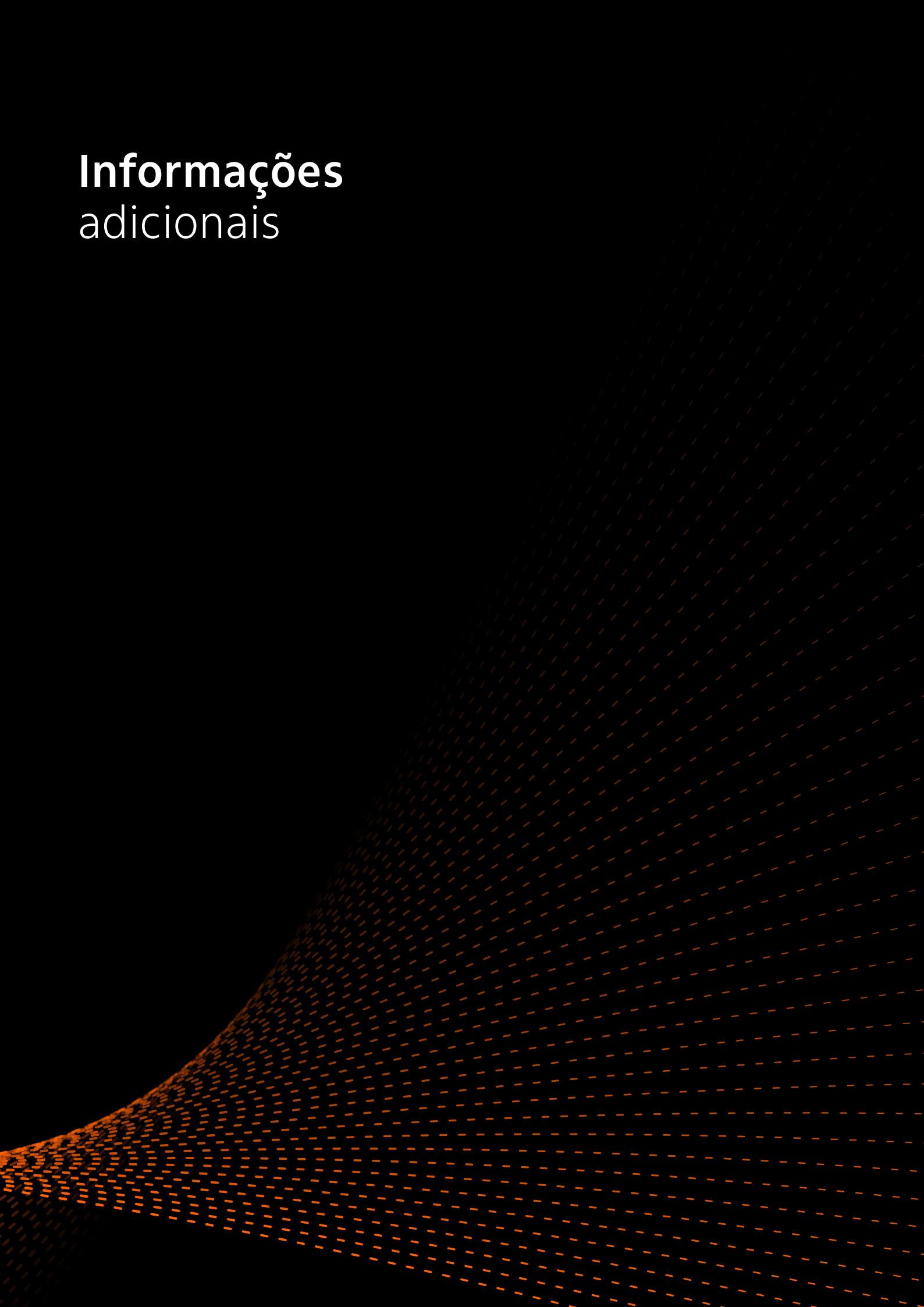
Itaú Paraguai

- Maior margem com clientes por conta do maior spread de crédito na comparação trimestral;
- Maior volume de despesas de perda esperada em função do aumento do atraso no segmento do Varejo;
- Menores despesas por menores provisões de participação nos resultados.

Itaú Uruguai

- Maior margem com clientes por conta do aumento na carteira de crédito e no saldo de depósitos, ambos crescimentos mais do que compensados pelo efeito negativo da variação cambial;
- Aumento das despesas na comparação trimestral, referente principalmente à operação de cartões.

Informações adicionais



Divulgação dos resultados do segundo trimestre de 2026, de acordo com o padrão contábil internacional – IFRS

Apresentamos abaixo as diferenças entre nossas demonstrações contábeis em BRGAAP e no padrão contábil internacional – IFRS.

As demonstrações contábeis completas em IFRS, referentes ao segundo trimestre de 2026, estão disponíveis em nossa página na internet: www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores.

R\$ milhões

Balanco Patrimonial	BRGAAP	Ajustes e Reclassificações ²	IFRS	BRGAAP	Ajustes e Reclassificações ²	IFRS
		30/jun/26			31/dez/25	
Ativos Totais	3.226.840	(24.715)	3.202.125	3.096.277	(30.108)	3.066.169
Disponibilidades, Compulsórios e Ativos Financeiros ao Custo Amortizado ³	2.162.219	32.662	2.194.881	2.133.423	(4.542)	2.128.881
(-) Perda Esperada ao Custo Amortizado	(52.001)	2.105	(49.896)	(51.660)	2.591	(49.069)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	180.115	(32.783)	147.332	160.421	(27.468)	132.953
(-) Perda Esperada ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(421)	-	(421)	(480)	-	(480)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ³	779.122	(24.445)	754.677	705.696	(326)	705.370
Contratos de Seguro	-	303	303	-	212	212
Ativos Fiscais ⁴	95.085	(11.302)	83.783	92.810	(13.707)	79.103
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, Ágio, Imobilizado, Ativos Intangíveis, Bens Destinados a Venda e Outros Ativos	62.721	8.745	71.466	56.067	13.132	69.199
Passivos Totais	3.009.115	(35.016)	2.974.099	2.890.647	(39.554)	2.851.093
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado ³	2.429.757	(20.122)	2.409.635	2.377.910	(25.380)	2.352.530
Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ³	93.489	(156)	93.333	69.970	(172)	69.798
Perda Esperada (Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras)	2.531	-	2.531	1.794	(1)	1.793
Contratos de Seguro e Previdência Privada	379.137	(3.631)	375.506	355.779	(2.526)	353.253
Provisões	18.663	(1)	18.662	17.791	-	17.791
Obrigações Fiscais ⁴	19.549	(7.530)	12.019	21.970	(10.388)	11.582
Outros Passivos	65.989	(3.576)	62.413	45.433	(1.087)	44.346
Total do Patrimônio Líquido	217.725	10.301	228.026	205.630	9.446	215.076
Participação dos Acionistas não Controladores	9.213	1.034	10.247	9.484	1.091	10.575
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores ⁵	208.512	9.267	217.779	196.146	8.355	204.501

(1) O BRGAAP representa as práticas contábeis vigentes no Brasil para as instituições financeiras, conforme regulamentação do BACEN;

(2) Decorrentes de reclassificações de ativos e passivos e demais efeitos das normas do IFRS, detalhadas na tabela de conciliação do Patrimônio Líquido;

(3) Decorrente da eliminação de operações entre a controladora e os fundos exclusivos (principalmente fundos PGBL e VGBL), que são consolidados com base nas normas do IFRS;

(4) Diferença na contabilização, principalmente dos impostos diferidos, que passaram a ser contabilizados pelo efeito líquido entre Ativos e Passivos em cada uma das empresas consolidadas;

(5) Conciliação do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores demonstrada na próxima tabela.



Seguem abaixo os quadros com a conciliação do Resultado e do Patrimônio Líquido, com a descrição conceitual dos principais ajustes.

R\$ milhões

	Patrimônio Líquido*	Resultado Líquido*				
	30/jun/26	2T26	1T26	2T25	1S26	1S25
BRGAAP - valores atribuíveis aos acionistas controladores	208.512	12.181	11.938	11.278	24.119	22.173
(a) Perda de Crédito Esperada - Operação de Crédito, Arrendamento e Demais Ativos Financeiros	1.354	(133)	(25)	227	(158)	380
(b) Classificação de Ativos Financeiros	148	(2)	(26)	410	(28)	1.178
(c) Baixa de Ativos Financeiros	-	-	-	(390)	-	(1.453)
(d) Reconhecimento de Ágios	6.144	117	51	165	168	349
(e) Derivativos utilizados como Instrumentos de Hedge Contábil	697	(261)	(255)	(546)	(516)	(922)
Outros	924	77	(47)	(8)	30	(61)
IFRS - valores atribuíveis aos acionistas controladores	217.779	11.979	11.636	11.137	23.615	21.644
IFRS - participação dos acionistas não controladores	10.247	345	239	261	584	461
IFRS - valores atribuíveis aos acionistas controladores e não controladores	228.026	12.324	11.875	11.398	24.199	22.105

* Eventos líquidos dos efeitos tributários

Diferenças entre as Demonstrações Contábeis em IFRS e BRGAAP

- (a) Diferenças normativas no BRGAAP para apuração da perda de crédito esperada, como pisos mínimos para operações inadimplentes há mais de 90 dias e para renegociações de créditos que estavam baixadas.⁶
- (b) Diferença na classificação de ativos financeiros entre BRGAAP e IFRS, que trazem impactos na mensuração destes instrumentos quando reconhecidos ao valor justo.
- (c) Em 2025, houve a equalização na estimativa de baixa de ativos financeiros, gerando efeito no resultado do IFRS.
- (d) Diferença normativa no BRGAAP, o qual requer a amortização do ágio pelo prazo estabelecido em laudo externo para o retorno da rentabilidade futura e, no IFRS não há amortização de ágio.
- (e) Diferenças normativas na designação de estruturas de hedge contábil entre o BRGAAP e IFRS.

(6) Mais detalhes nas Demonstrações Contábeis do primeiro semestre de 2026.

Sumário Executivo

Produto Bancário

É a soma da Margem Financeira Gerencial, das Receitas de Prestação de Serviços e das Receitas de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas de Sinistros.

Margem Financeira Gerencial

É a soma da Margem Financeira com Clientes e da Margem Financeira com o Mercado.

Retorno Recorrente Gerencial sobre o Patrimônio Líquido Médio anualizado

É obtido por meio da divisão do Resultado Recorrente Gerencial pelo Patrimônio Líquido Médio. O quociente dessa divisão é multiplicado pelo número de períodos no ano para se obter o índice anual. As bases de cálculo dos retornos foram ajustadas pelos valores dos dividendos propostos após as datas de fechamento dos balanços ainda não aprovados em assembleias gerais ordinárias ou em reuniões do conselho de administração.

Retorno Recorrente Gerencial sobre o Ativo Médio anualizado

É obtido por meio da divisão do Lucro Líquido Recorrente pelo Ativo Médio.

Cobertura por estágio

É obtido por meio da divisão do saldo de provisão de perda esperada do estágio pelo saldo das operações do respectivo estágio.

Índice de Eficiência

É obtido por meio da divisão das Despesas não decorrentes de juros pela soma da Margem Financeira Gerencial, das Receitas de Prestação de Serviços, do Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização e das Despesas Tributárias (ISS, PIS, COFINS e Outras).

Resultado Recorrente Gerencial por Ação

É calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação no período e considera os desdobramentos de ações, caso tenham ocorrido.

Dividendos e JCP Líquidos

Corresponde à distribuição de parte dos lucros aos acionistas, pagos ou provisionados, declarados e destacados no Patrimônio Líquido.

Valor de mercado

É obtido por meio da multiplicação do total de ações em circulação (ON e PN) pela cotação média da ação preferencial no último dia de negociação do período.

Índice de Capital Nível I

Composto pela somatória do Capital Principal e do Capital Complementar, dividida pelo montante de RWA Total (Ativos Ponderados pelo Risco).

Custo do Crédito

Composto por despesa de perda esperada, Descontos Concedidos e Recuperação de Créditos baixados como Prejuízo.

Margem Financeira Gerencial**Margem Financeira com Clientes**

Engloba as operações sensíveis a spreads, o capital de giro próprio e outros. As operações sensíveis a spreads são: (i) a margem com ativos que é a diferença entre o valor recebido nas operações de crédito e títulos corporativos e o custo do dinheiro cobrado pela tesouraria banking e (ii) a margem com passivos que é a diferença entre o custo da captação de recursos e o valor recebido da tesouraria banking. A margem de capital de giro próprio é a remuneração do capital de giro próprio por taxa pré-fixada de juros.

Margem Financeira com o Mercado

Inclui a tesouraria banking, que gerencia os descasamentos entre ativos e passivos (ALM - Asset and Liability Management) de prazos, taxas de juros, câmbio e outros e a tesouraria trading, a qual faz gestão de carteiras proprietárias e pode assumir posições direcionais, respeitando os limites estabelecidos pelo nosso apetite de risco.

Mix de Produtos de Crédito

Mudança da composição dos ativos com risco de crédito entre períodos.

Volume médio de ativos

Volume médio composto pela carteira de crédito e títulos corporativos líquido da carteira em atraso acima de 60 dias, o efeito da variação cambial média no período é desconsiderado nos saldos.

Spreads de ativos

Variação dos spreads de ativos com risco de crédito entre os períodos.

Taxas Médias anualizadas da Margem Financeira com Clientes

É obtido por meio da divisão da Margem Financeira com Clientes pela média dos saldos diários de Operações Sensíveis a Spreads, Capital de Giro e Outros. O quociente dessa divisão é dividido pelo número de dias corridos no trimestre e anualizado (elevando-se a 360) para se obter o índice anual.

Qualidade do Crédito**Índice de Inadimplência (90 dias)**

É calculado através do saldo da Carteira Vencida há mais de 90 dias dividido pelo total da Carteira de Crédito. A Carteira vencida há mais de 90 dias considera o saldo total das operações que tenham ao menos uma parcela com atraso superior a 90 dias.

NPL Creation

Consiste no saldo das operações de crédito que passaram a ser inadimplentes acima de 90 dias no trimestre.

Custo do Crédito sobre a Carteira de Crédito

É calculado por meio da divisão do Custo do Crédito pela média dos dois últimos trimestres da Carteira de Crédito.

Serviços e Seguros**Margem de Underwriting**

É a soma dos prêmios ganhos e sinistros retidos.

Combined Ratio

É a soma dos sinistros retidos, despesas administrativas, outras receitas e despesas operacionais e despesas tributárias de ISS, PIS e COFINS e outras dividida pelos prêmios ganhos.

Carteira de Crédito

Loan-to-Value

É a relação entre o valor do financiamento e a garantia subjacente.

Captações

Carteira de Crédito sobre Recursos Captados Brutos

É obtido por meio da divisão da Carteira de Crédito pelos Recursos Captados Brutos (Funding de clientes, Obrigações por TVM no exterior, Obrigações por empréstimos e outras obrigações) ao final do período.

Numerário

Inclui Caixa, Depósitos bancários de Instituições sem conta reserva, Depósitos em moeda estrangeira no País, Depósitos no exterior em moeda estrangeira e disponibilidades em moedas estrangeiras.

Indicadores de Capital, Liquidez e Mercado

Valor em Risco (VaR)

É uma medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado. O VaR Consolidado do Itaú Unibanco é calculado por Simulação Histórica da posição total do banco com risco de mercado, com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de 4 anos (1000 dias úteis) e um horizonte de manutenção (*holding period*) de um dia. Ainda em uma abordagem conservadora, o VaR é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o VaR final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

Capital Principal

É a soma do capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais.

Capital Complementar

Composto por instrumentos de caráter perpétuo, que atendam a requisitos de elegibilidade.

Capital Nível I

É a soma do Capital principal e Capital complementar

Capital Nível II

Composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade.

Capital Total

É a soma do Capital Nível I e Capital Nível II.

RWA Total

Ativos ponderados pelo risco, composto pela somatória das parcelas relativas às exposições ao risco de crédito (RWA CPAD), ao capital requerido para risco de mercado (RWA MINT) e ao capital requerido para o risco operacional (RWA OPAD).

Resultados por Segmentos de Negócios**Negócios de Varejo**

Abrange produtos e serviços bancários a clientes correntistas e não correntistas. Os produtos e serviços ofertados incluem: crédito pessoal, cartões de crédito, empréstimos consignados, financiamento de veículos, crédito imobiliário, produtos de seguros, previdência e capitalização, serviços de adquirência, entre outros.

Negócios de Atacado

Abrange as atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como banco de investimento; as nossas atividades no exterior; e os produtos e serviços oferecidos aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Banking), às médias empresas e clientes institucionais.

Atividades com Mercado e Corporação

Apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e a nossa participação na Porto Seguro.

Ações Itaú Unibanco

Valor patrimonial por ação

É calculado por meio da divisão do Patrimônio Líquido na última data do período pelo número de ações em circulação.



Relatório dos auditores independentes sobre as informações suplementares

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Introdução

Em conexão com nossa auditoria das demonstrações contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco") e do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 30 de junho de 2026, cujo relatório foi emitido, sem ressalvas, datado de 4 de agosto de 2026, procedemos à revisão das informações contábeis contidas nas informações suplementares incluídas no Relatório da Análise Gerencial da Operação do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para trabalhos desta natureza, que constitui, principalmente, em:
(a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional do Banco e suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações contábeis contidas nas informações suplementares; e
(b) revisão das informações relevantes e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações do Banco e suas controladas. As informações suplementares incluídas no Relatório da Análise Gerencial da Operação são apresentadas para possibilitar uma análise adicional, sem, contudo, fazerem parte das demonstrações contábeis.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser procedida nas informações contábeis contidas nas informações suplementares acima referidas, para que estejam apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2026, tomadas em conjunto, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 4 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6



Demonstrações Contábeis Completas Individuais e Consolidadas

30 de junho de 2026

RESULTADOS
2T26

Relatório da Administração 1S26

Destaques dos primeiros seis meses de 2026

Principais indicadores e índices da nossa performance de janeiro a junho de 2026 em relação ao mesmo período do ano anterior:



Resultado Recorrente Gerencial

R\$ 24,7 bilhões

1S25 9,1% ▲

Carteira de Crédito¹

R\$ 1,5 trilhão

1S25 9,6% ▲

ROE Recorrente Gerencial

24,5%

1S25 1,7 p.p. ▲

Performance 1S26 X 1S25

Margem Financeira com Clientes

R\$ 64,1 bilhões

4,8% ▲

Índice de Eficiência

37,3%

-0,3 p.p. ▼

Índice de Capital Nível 1²

13,8%

-0,8 p.p. ▼

O crescimento da carteira de crédito total e do Brasil foi de 9,6% em relação a junho de 2025. No Brasil, a carteira de pessoas físicas cresceu 7,8%, com destaque para os crescimentos de crédito imobiliário e crédito consignado. Em micro, pequenas e médias empresas o crescimento foi de 11,6%, e o crescimento da carteira dos programas governamentais foi o principal responsável por esse aumento. Além disso, houve crescimento de 10,1% na carteira de grandes empresas. A carteira na América Latina teve alta de 9,8%.

Excluindo a variação cambial do período, tanto a carteira consolidada quanto a carteira do Brasil teriam crescido 10,3% na comparação anual.

O efeito positivo do crescimento da carteira e da maior margem com passivos levou a um aumento de 4,8% na margem financeira com clientes.

As receitas de serviços e de seguros cresceram 4,4% principalmente pelo aumento dos ganhos com administração de recursos e com banco de investimento e corretagem. A evolução positiva de seguros ocorreu por conta do crescimento de prêmios ganhos e das receitas com comissões de serviços de terceiros.

As despesas não decorrentes de juros aumentaram 3,9%, enquanto o nosso índice de eficiência acumulado do semestre ficou em 37,3% no consolidado e em 35,2% no Brasil, reduções de 0,3 p.p. e de 0,5 p.p. em relação ao primeiro semestre de 2025, respectivamente.

¹ Carteira de Crédito com Garantias Financeiras Prestadas e Títulos Privados.

² Considerando Capital Complementar Nível 1 (AT1) limitado a 1,5%, conforme Res. CMN Nº 4.958. Não fosse esse limite, o índice de Capital Nível 1 seria 14,0% e 15,0% em jun/26 e jun/25, respectivamente.

Abaixo, apresentamos os principais indicadores que compõem o nosso resultado:

Em R\$ bilhões

Informações de Resultado	1S26	1S25	Variação
Produto Bancário¹	94,8	90,6	4,6%
Margem Financeira Gerencial	65,8	62,9	4,6%
Margem Financeira com Clientes	64,1	61,1	4,8%
Margem Financeira com Mercado	1,8	1,8	-1,7%
Receitas de Prestação de Serviços	22,0	21,5	2,3%
Receitas de Operações de Seg., Prev. e Cap.	7,0	6,2	12,9%
Custo do Crédito	(20,1)	(19,0)	5,9%
Despesas não Decorrentes de Juros	(32,9)	(31,7)	3,9%
Resultado Recorrente Gerencial	24,7	22,6	9,1%
Lucro Líquido Contábil	24,1	22,2	8,8%
Retorno Recorrente Gerencial sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado ²	24,5%	22,8%	1,7 p.p.
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado ³	23,9%	22,3%	1,6 p.p.

Ações	1S26	1S25⁴	Variação
Lucro Líquido por Ação - R\$	2,19	2,00	9,5%
Valor Patrimonial por Ação – R\$ (em circulação em 30/06)	18,92	18,09	4,6%
Dividendos e JCP líquidos por ação – R\$	0,68	0,66	2,6%
Volume Financeiro Médio Diário Negociado das Ações	2,5	1,8	40,5%
B3 (ON+PN)	1,4	0,8	67,5%
NYSE (ADR)	1,1	0,9	16,3%
Valor de Mercado ⁵	476,9	376,9	26,5%

¹ O Produto Bancário é a soma da Margem Financeira Gerencial, das Receitas de Prestação de Serviços e do Resultado de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas de Sinistros.

² O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Resultado Recorrente Gerencial pelo Patrimônio Líquido Médio. O quociente dessa divisão foi multiplicado pelo número de períodos no ano para se obter o índice anual.

³ O cálculo do retorno foi efetuado dividindo-se o Lucro Líquido Contábil pelo Patrimônio Líquido Médio. O quociente dessa divisão foi multiplicado pelo número de períodos no ano para se obter o índice anual.

⁴ O lucro por ação é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação no período. O número de ações em circulação foi ajustado para refletir as bonificações de (i) 10% ocorrida em 20 de março de 2025; e (ii) 3% ocorrida em 30 de dezembro de 2025.

⁵ Fonte: Bloomberg.

Criamos a laranjinha+: a primeira maquininha do mercado com inteligência artificial (IA)

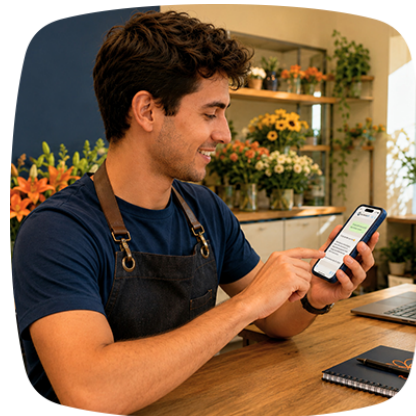
Anunciamos a incorporação de IA generativa à nova laranjinha+, se tornando a primeira maquininha do mercado com IA integrada diretamente ao terminal e ampliando seu papel na operação financeira dos empreendedores. A funcionalidade permite realizar cobranças por comando de voz, sem necessidade de conexão com celular ou outros dispositivos, proporcionando uma experiência mais simples, rápida e intuitiva. A funcionalidade está disponível por meio de atualização de software, sem necessidade de troca de equipamento.



Saiba mais

Lançamos a abertura de conta PJ com IA generativa

Lançamos uma nova jornada de abertura de conta para nossos clientes pessoas jurídicas, permitindo que todo o processo seja realizado de forma conversacional pelo WhatsApp. A novidade é mais uma evolução da nossa plataforma conversacional, a Inteligência Itaú, que atua como um assistente digital ao longo da jornada: responde dúvidas, reconhece áudios e reduz a necessidade de preenchimento de formulários. O cliente pode concluir todo o processo de forma digital e, caso precise de apoio adicional, conta com suporte especializado no próprio canal.



Saiba mais

Incorporamos a Solana Capital e integramos novos fundos ao modelo Multimesas

Anunciamos a incorporação da Solana Capital, gestora independente especializada em renda variável. A equipe de 10 profissionais e suas quatro estratégias de gestão passaram a operar integralmente na plataforma Multimesas da Itaú Asset, contribuindo tanto para a gestão dos produtos próprios quanto para o fundo Itaú Global Dinâmico. A ação é uma evolução do nosso modelo Multimesas, que reúne times de gestão independentes em uma única plataforma de infraestrutura, distribuição e gestão de risco.

Saiba mais



Executivo de Valor - Valor Econômico

Nosso CEO, Milton Maluhy Filho, foi reconhecido pelo quarto ano consecutivo com o prêmio Executivo de Valor, concedido pelo Valor Econômico, na categoria Serviços Financeiros. A premiação é feita por segmento de atuação e os reconhecimentos levam em conta competências em liderança e gestão.

LinkedIn Top Companies

Pelo oitavo ano consecutivo, recebemos o primeiro lugar no ranking LinkedIn Top Companies. A premiação considera critérios relacionados ao desenvolvimento profissional dos colaboradores das companhias.

Global Finance

Fomos reconhecidos como o Melhor Banco da América Latina na edição de 2026 do prêmio World's Best Banks, promovido pela revista Global Finance. O Banco Itaú Uruguay também foi reconhecido como o melhor banco do Uruguai.

Adicionalmente, fomos reconhecidos como o Melhor Banco de Câmbio no Brasil, no Paraguai e no Uruguai, o que nos motiva a continuar investindo na experiência dos clientes.

Sustainable Debt Awards 2026 - Environmental Finance

Recebemos o prêmio Sustainability Bond of the Year, na categoria de instituições financeiras.

Aviso aos Acionistas e Comunicados ao Mercado

Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

Comunicamos aos nossos acionistas que os pagamentos dos JCP anunciados em 26/02/2026 e 28/05/2026 serão realizados em 28/08/2026. Os pagamentos estarão sujeitos à retenção de 17,5% de imposto de renda¹ na fonte e serão realizados de forma igualitária para as ações ordinárias (ITUB3) e preferenciais (ITUB4).

Data do anúncio – Fato Relevante	26/02/2026	28/05/2026
Valor total	R\$ 3,85 bilhões	R\$ 3,99 bilhões
Valor bruto por ação	R\$ 0,34888	R\$ 0,36188
Valor líquido por ação	R\$ 0,287826	R\$ 0,298551
Posição acionária final registrada	19/03/2026	18/06/2026
Data “ex-direito”	20/03/2026	19/06/2026

[Acesse o Aviso aos Acionistas](#)

¹ Excetuados dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente imunes ou isentos.

Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas

Comunicamos ao mercado que realizamos emissões de Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas, no montante total de R\$ 3,0 bilhões, em negociações com investidores profissionais. As Letras Financeiras são perpétuas com opção de recompra a partir de 2031, sujeito à prévia autorização do Banco Central do Brasil. O impacto da emissão foi de 0,19 p.p. no nosso índice de capitalização Nível 1.

[Acesse o Comunicado ao Mercado](#)

Eventos Subsequentes

Recompra de Letras Financeiras

Comunicamos que exercemos, em 15 de julho de 2026, a opção de recompra da totalidade das Letras Financeiras Subordinadas Nível 1 perpétuas, emitidas entre 08 e 16 de janeiro de 2019, no montante de R\$ 1,4 bilhão. O impacto estimado da recompra é de 0,1 p.p.¹ no nosso índice de capitalização Nível 1.

[Acesse o Comunicado ao Mercado](#)

¹ Calculado sobre a base de capital de 31 de março de 2026.

Aviso aos Acionistas e Comunicados ao Mercado

Eventos Subsequentes

Folha de Pagamento do Governo de Minas Gerais

Informamos ao mercado que vencemos a nova licitação promovida pelo Governo do Estado de Minas Gerais para a prestação de serviços de gestão de folha de pagamento a aproximadamente 670 mil servidores estaduais e fornecedores pessoas jurídicas do Estado. O contrato tem vigência de 5 anos e o pagamento de R\$ 2,188 bilhões pela gestão da folha de pagamento será reconhecido de maneira diferida no nosso resultado.

[Acesse o Comunicado ao Mercado](#)

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores que, mesmo diante de intensas transformações, se adaptam, priorizam e se comprometem em entregar as melhores soluções para os nossos clientes, resultados sólidos e consistentes. Agradecemos também aos nossos clientes e acionistas pelo interesse e confiança em nosso trabalho, nos motivando a fazer sempre melhor.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 04 de agosto de 2026).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Copresidentes

Pedro Moreira Salles
Roberto Egydio Setubal

Vice-Presidente

Ricardo Villela Marino

Conselheiros

Alfredo Egydio Setubal
Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela
Candido Botelho Bracher
Cesar Nivaldo Gon
Fabricio Bloisi Rocha
João Moreira Salles
Marcos Marinho Lutz
Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana
Paulo Antunes Veras
Pedro Luiz Bodin de Moraes

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

Membros

Alexandre de Barros
Antonio Francisco de Lima Neto
Fernando Barçante Tostes Malta
Luciana Pires Dias
Maria Elena Cardoso Figueira

CONSELHO FISCAL

Presidente

Eduardo Hiroyuki Miyaki

Conselheiros

Cláudio José Coutinho Arromatte
Marcelo Maia Tavares de Araújo

DIRETORIA

Diretor Presidente e Integrante do Comitê Executivo

Milton Maluhy Filho

Diretores e Integrantes do Comitê Executivo

André Luís Teixeira Rodrigues
Carlos Fernando Rossi Constantini
Carlos Orestes Vanzo
Flávio Augusto Aguiar de Souza
Gabriel Amado de Moura
José Virgílio Vita Neto
Matias Granata
Pedro Paulo Giubbina Lorenzini
Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra
Sergio Guillinet Fajerman

Diretores

Adriano Cabral Volpini
Albano Manoel Almeida
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Andre Balestrin Cestare
André Maurício Gerales Martins
Carlos Eduardo de Almeida Mazzei
Cristiano Guimarães Duarte
Daniel Menezes Santana
Daniel Sposito Pastore
Daniela Pereira Bottai
Emerson Macedo Bortoloto
Eric André Altafim
Felipe Piccoli Aversa
Felipe Xavier Minhoto Tambelini
Flavio Ribeiro Iglesias
Guilherme Barros Leite de Albuquerque Maranhão
Gustavo Lopes Rodrigues ⁽¹⁾
José Geraldo Franco Ortiz Junior
Lineu Carlos Ferraz de Andrade
Luciana Nicola
Maira Blini de Carvalho
Marcia Kinsch de Lima
Mário Newton Nazareth Miguel
Mayara Arci Rezek
Nuno Filipe Bonito Monteiro
Paulo Sergio Miron
Pedro Henrique Moreira Ribeiro
Rafael Viatti da Fonseca
Renato Barbosa do Nascimento
Renato Giongo Vichi
Renato Lulia Jacob
Ricardo Nuno Delgado Gonçalves
Rita Rodrigues Ferreira de Carvalho
Rodrigo Andre Leiras Carneiro
Rubens Fogli Netto
Tatiana Grecco
Vinícius Santana

1) Diretor de Relações com Investidores.

Contadora

Fabiana Palazzo Barbosa
CRC 1SP251437/O-4

ITAÚ UNIBANCO S.A.**Diretor Presidente e Integrante do Comitê Executivo**

Milton Maluhy Filho

Diretores e Integrantes do Comitê Executivo

André Luís Teixeira Rodrigues
Carlos Fernando Rossi Constantini
Carlos Orestes Vanzo
Flávio Augusto Aguiar de Souza
Gabriel Amado de Moura
José Virgílio Vita Neto
Matias Granata
Ricardo Ribeiro Mandacaru Guerra
Sergio Guillinet Fajerman

Diretores

Adriana Maria dos Santos
Adriano Cabral Volpini
Adriano Tchen Cardoso Alves
Albano Manoel Almeida
Alessandro Anastasi
Alexandre Borin Ribeiro
Álvaro de Alvarenga Freire Pimentel
Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues
Ana Paula Nunes Cerchiari Almeida
Andre Balestrin Cestare
Andre Barreto Palma
André Fialho Tsutsui
André Mauricio Geraldês Martins
Andrea Carpes Blanco
Angelo Russomanno Fernandes
Atilio Luiz Magila Albiero Junior
Badi Maani Shaikhzadeh
Beatriz Couto Dellevedove Bernardi
Bruno Bianchi
Bruno Machado Ferreira
Caio Barbosa Lima Moreno
Carlos Augusto Salamonde
Carlos Eduardo de Almeida Mazzei
Carlos Eduardo Mori Peyser
Carlos Eduardo Revite Truffa ⁽¹⁾
Cassio Martini Martins Pereira
Cintia Carbonieri Fleury de Camargo
Cristiano Guimarães Duarte
Cristina Gouveia Aguiar
Daniel Menezes Santana
Daniel Moretto Bucheb
Daniel Nascimento Goretti
Daniel Sonder ⁽¹⁾
Daniel Sposito Pastore
Danillo Paulo Couto ⁽¹⁾
Davi Faleiros Franco da Rocha
Davi Ferreira Caixe ⁽¹⁾
Diogo Abry Guillen ⁽¹⁾
Eduardo Cardoso Armonia
Eduardo Corsetti
Eduardo Coutinho de Oliveira Amorim
Eduardo Nogueira Domeque
Eric André Altafim
Estevão Carcioffi Lazanha
Fabio Augusto Rodrigues Cintra Zagatti
Fabio Horta Motta Marques da Costa
Fábio Rodrigo Villa
Fabricio Dore de Magalhães
Felipe Piccoli Aversa
Felipe Sampaio Nabuco
Felipe Weil Wilberg
Felipe Xavier Minhoto Tambelini
Fernando Cesar Ferreira Campos
Fernando Kontopp de Oliveira
Fernando Mattar Beyruti
Fernando Silva Dias de Castro
Flávia Davoli
Flavio Ribeiro Iglesias
Francis Roberto Gallo
Gabriel Brabo de Bernardes

Diretores (continuação)

Gabriel Guedes Pinto Teixeira
Gabriela Figueiredo Denadai
Gabriela Rodrigues Ferreira
Guilherme Pessini Carvalho
Gustavo Andres
Gustavo Lopes Rodrigues
Gustavo Nobuaki Aoki
Haroldo Coutinho de Lucena Neto
João Carlos do Amaral dos Santos
João Filipe Fernandes da Costa Araújo
José de Castro Araújo Rudge Filho
José Geraldo Franco Ortiz Junior
Juliana Improta Cury Simon
Laila Regina de Oliveira Pena de Antonio
Leandro Alves
Leandro Roberto Dominiquini
Lineu Carlos Ferraz de Andrade
Luciana Nicola
Luciana Santos Ferreira Dahia ⁽¹⁾
Maira Blini de Carvalho
Marcelo Bevilacqua Gambarini
Marcia Kinsch de Lima
Marcio Luís Domingues da Silva
Marco Flavio Trajano Mattos
Marcos Paulo Coelho
Marcos Zani Della Manna
Maria Estela Castanheira Saab Caiuby Novaes
Mariana Mauriz Rodrigues
Mário Lúcio Gurgel Pires
Mário Newton Nazareth Miguel
Mayara Arci Rezeck
Michel Cury Chain
Michele Maria Vita
Milena de Castilho Lefon Martins
Nuno Filipe Bonito Monteiro
Pamela Vaiano
Paola Archibusacci Sarkis
Pedro Barros Barreto Fernandes
Pedro Campos Bias Fortes
Pedro Frade Rodrigues
Pedro Henrique Moreira Ribeiro
Pedro Prates Rodrigues
Rafael Bastos Heringer
Rafael Burini Ohde
Rafael Vietti da Fonseca
Renata Cristina de Oliveira
Renata Lorenz Rodrigues ⁽¹⁾
Renato Berezjak Cunha
Renato Cesar Mansur
Renato da Silva Carvalho
Renato Giongo Vichi
Renato Lulia Jacob
Ricardo Nuno Delgado Gonçalves
Rita Rodrigues Ferreira Carvalho
Roberta Anchieta da Silva
Rodrigo Andre Leiras Carneiro
Rodrigo Gualano Luiz ⁽¹⁾
Rodrigo Jorge Dantas de Oliveira
Rodrigo Rodrigues Baia
Rogerio Vasconcelos Costa
Rubens Fogli Netto
Sandra Cristina Mischiatti Lancellotti
Sérgio Mychkis Goldstein
Tatiana Grecco
Tatyana Montenegro Gil
Thales Ferreira Silva
Thiago Capucci Macruz
Thiago Luiz Charnet Ellero
Tiago Augusto Morelli
Ullisses Christian Silva Assis
Valéria Aparecida Marretto
Vinícius Santana

1) Eleitos na Assembleia Geral Extraordinária de 31/07/2026, aguardando homologação do BACEN.

Itaú Unibanco Holding S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante e Não Circulante		3.189.122	3.061.050
Disponibilidades		35.351	37.144
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2c IV, 4	312.547	340.388
Aplicações no Mercado Aberto		237.046	269.780
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		69.268	65.544
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	10b	6.255	5.093
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)		(22)	(29)
Títulos e Valores Mobiliários	2c IV, 5	1.024.844	925.416
Carteira Própria		300.279	355.614
Vinculados		348.779	215.242
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	10b	376.418	355.296
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)		(632)	(736)
Derivativos	2c IV, 6	99.854	73.311
Operações com Característica de Concessão de Crédito	8	1.234.786	1.229.943
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos	2c IV, 2c VII	1.082.375	1.084.014
Títulos e Valores Mobiliários	2c IV	204.329	197.424
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	2c IV	(51.918)	(51.495)
Relações Interfinanceiras e Interdependências		297.718	282.008
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		95.347	92.994
Ativos Fiscais Correntes		19.265	18.669
Ativos Fiscais Diferidos	20b I	76.082	74.325
Outros Ativos	9a	88.675	79.846
Permanente		37.718	35.227
Investimentos	2c VI	8.972	9.047
Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		8.835	8.949
Outros Investimentos		137	98
Imobilizado	2c VIII, 2c X, 14	9.999	9.595
Imóveis		9.965	9.941
Outras Imobilizações		17.034	16.299
(Depreciações Acumuladas)		(17.000)	(16.645)
Ágio e Intangível	2c IX, 2c X, 15	18.747	16.585
Ágio		636	718
Ativos Intangíveis		57.156	52.697
(Amortização Acumulada)		(39.045)	(36.830)
Total do Ativo		3.226.840	3.096.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco Holding S.A.
Balanço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante e Não Circulante		3.009.115	2.890.647
Depósitos	2c IV, 16b	1.134.485	1.114.482
Depósitos à Vista		127.671	135.383
Depósitos de Poupança		172.240	177.305
Depósitos Interfinanceiros		9.743	11.530
Depósitos a Prazo		822.952	789.643
Outros Depósitos		1.879	621
Captações no Mercado Aberto	2c IV, 16c	482.856	456.158
Carteira Própria		327.899	201.610
Carteira de Terceiros		75.097	176.043
Carteira Livre Movimentação		79.860	78.505
Instrumentos de Dívida	2c IV, 16d	423.499	415.630
Recursos de Emissões		264.029	265.486
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		78.490	76.420
Captação por Certificados de Operações Estruturadas		27.816	25.577
Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação	16d III	53.164	48.147
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2c IV, 16e	132.402	147.164
Empréstimos		101.778	116.496
Repasses		30.624	30.668
Derivativos	2c IV, 6	92.228	69.899
Relações Interfinanceiras e Interdependências		113.822	109.961
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	8a, 8c	2.531	1.794
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	2c XI, 10a	384.164	360.617
Demais Provisões	2c XII, 11b	16.807	15.849
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		21.405	23.941
Obrigações Fiscais Correntes	20c	14.305	15.327
Obrigações Fiscais Diferidas	20b II	7.100	8.614
Outros Passivos	9b	204.916	175.152
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	18	208.512	196.146
Capital Social		136.910	136.910
Reservas de Capital		2.008	2.873
Reservas de Lucros		72.750	57.531
Outros Resultados Abrangentes	2c IV	(2.916)	(1.155)
(Ações em Tesouraria)		(240)	(13)
Participação de Acionistas Não Controladores	18e	9.213	9.484
Total do Patrimônio Líquido		217.725	205.630
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.226.840	3.096.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco Holding S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
(Em milhões de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira	23	184.468	160.755
Resultado de Operações com Característica de Concessão de Crédito		90.590	84.859
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros		63.048	46.950
Receitas Financeiras de Recursos Garantidores de Provisões Técnicas		21.409	21.024
Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Outros		9.421	7.922
Despesas da Intermediação Financeira	23	(125.604)	(105.328)
Depósitos e Captações no Mercado Aberto		(104.102)	(88.403)
Instrumentos de Dívida		(51)	(2.663)
Empréstimos e Repasses		(774)	6.086
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização		(20.677)	(20.348)
Resultado da Intermediação Financeira Antes da Perda de Crédito Esperada		58.864	55.427
Resultado da Perda de Crédito Esperada	23	(18.074)	(15.554)
Despesa de Provisão para Perda de Crédito Esperada		(20.715)	(17.982)
Receita de Recuperação de Ativos Financeiros Baixados como Prejuízo		2.641	2.428
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		40.790	39.873
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(12.061)	(14.792)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	24	25.035	23.666
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização		3.679	3.407
Despesas de Pessoal	25	(17.243)	(16.486)
Outras Despesas Administrativas	25	(13.507)	(13.407)
Despesas de Demais Provisões	11b	(2.655)	(1.659)
Provisões Cíveis		(712)	(556)
Provisões Trabalhistas		(1.976)	(1.899)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		33	796
Despesas Tributárias	2c XIII, 20a II	(5.852)	(5.723)
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		2.048	694
Outras Receitas Operacionais		1.742	(427)
Outras Despesas Operacionais	25	(5.308)	(4.857)
Resultado Operacional		28.729	25.081
Resultado não Operacional		226	166
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		28.955	25.247
Imposto de Renda e Contribuição Social	2c XIII, 20a I	(4.042)	(2.324)
Devidos sobre Operações do Período		(6.781)	(6.825)
Referentes a Diferenças Temporárias		2.739	4.501
Participações no Lucro, líquido de impostos - Administradores - Estatutárias	19b	(232)	(266)
Participação de Acionistas Não Controladores	18e	(562)	(484)
Lucro Líquido		24.119	22.173
Lucro por Ação - Básico	21		
Ordinárias		2,19	2,00
Preferenciais		2,19	2,00
Lucro por Ação - Diluído	21		
Ordinárias		2,17	1,98
Preferenciais		2,17	1,98
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	21		
Ordinárias		5.617.742.977	5.617.742.977
Preferenciais		5.404.681.975	5.479.027.349
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	21		
Ordinárias		5.617.742.977	5.617.742.977
Preferenciais		5.504.786.141	5.579.857.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
(Em milhões de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Consolidado		24.681	22.657
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	5c	(810)	1.396
Variação de Valor Justo		(915)	(1.184)
Efeito Fiscal		427	1.365
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado		(586)	2.211
Efeito Fiscal		264	(996)
<i>Hedge</i>		1.219	1.151
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	7b	286	98
Variação de Valor Justo		530	178
Efeito Fiscal		(244)	(80)
<i>Hedge</i> de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	7c	933	1.053
Variação de Valor Justo		1.765	2.031
Efeito Fiscal		(832)	(978)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾		(15)	(9)
Remensurações	22	(24)	(16)
Efeito Fiscal		9	7
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		(2.156)	(4.954)
Outros		1	9
Outros Resultados Abrangentes dos Acionistas Não Controladores		(178)	(251)
Total de Outros Resultados Abrangentes Consolidado		(1.939)	(2.658)
Total dos Resultados Abrangentes Consolidado		22.742	19.999
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		22.358	19.766
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas Não Controladores		384	233

1) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhões de reais)

Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores														
Nota	Outros Resultados Abrangentes										Lucros Acumulados	Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajuste de Títulos Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ⁽¹⁾	Contratos de Seguro e Previdência Privada	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge ⁽²⁾	Outros				
Total - 01/01/2025	90.729	(909)	2.729	110.400	(835)	259	(1.959)	10.994	(8.703)	-	-	202.705	8.944	211.649
Transações com os Acionistas	33.334	891	(401)	(33.334)	-	-	-	-	-	-	-	490	-	490
Aquisição de Ações em Tesouraria	18	-	(83)	-	-	-	-	-	-	-	-	(83)	-	(83)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	18	-	974	(9)	-	-	-	-	-	-	-	965	-	965
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	-	(392)	-	-	-	-	-	-	-	-	(392)	-	(392)
Capitalização por Reservas	33.334	-	-	(33.334)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reorganização Societária	2c I, 3	-	-	-	57	-	-	-	-	-	-	57	-	57
Outros	-	-	-	(514)	-	-	-	-	-	-	-	(514)	-	(514)
Dividendos - Declarados após período anterior	-	-	-	(12.229)	-	-	-	-	-	-	-	(12.229)	-	(12.229)
Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior	-	-	-	(3.260)	-	-	-	-	-	-	-	(3.260)	-	(3.260)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18	-	18
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	1.396	-	(9)	(4.954)	1.151	9	22.173	19.766	233	19.999
Lucro Líquido Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.173	22.173	484	22.657
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	1.396	-	(9)	(4.954)	1.151	9	-	(2.407)	(251)	(2.658)
Destinações:														
Reserva Legal	-	-	-	1.113	-	-	-	-	-	-	(1.113)	-	-	-
Reservas Estatutárias	-	-	-	12.466	-	-	-	-	-	-	(12.466)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(440)	(440)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	2.394	-	-	-	-	-	-	(8.612)	(6.218)	-	(6.218)
Total - 30/06/2025	18	124.063	(18)	2.328	77.093	561	259	(1.968)	6.040	(7.552)	9	200.815	8.737	209.552
Mutações do Período		33.334	891	(401)	(33.307)	1.396	-	(9)	(4.954)	1.151	9	(1.890)	(207)	(2.097)
Total - 01/01/2026		136.910	(13)	2.873	57.531	200	259	(1.964)	8.048	(7.700)	2	196.146	9.484	205.630
Transações com os Acionistas	-	-	(227)	(865)	-	-	-	-	-	-	-	(1.092)	-	(1.092)
Aquisição de Ações em Tesouraria	18	-	(1.760)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.760)	-	(1.760)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	18	-	1.533	(89)	-	-	-	-	-	-	-	1.444	-	1.444
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações	-	-	(776)	-	-	-	-	-	-	-	-	(776)	-	(776)
Reorganização Societária	2c I, 3	-	-	-	57	-	-	-	-	-	-	57	-	57
Outros	-	-	-	52	-	-	-	-	-	-	-	52	-	52
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	27	-	27
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	(810)	-	(15)	(2.156)	1.219	1	24.119	22.358	384	22.742
Lucro Líquido Consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.119	24.119	562	24.681
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(810)	-	(15)	(2.156)	1.219	1	-	(1.761)	(178)	(1.939)
Destinações:														
Reserva Legal	-	-	-	1.160	-	-	-	-	-	-	(1.160)	-	-	-
Reservas Estatutárias	-	-	-	13.950	-	-	-	-	-	-	(13.950)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(655)	(655)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.036)	(9.036)	-	(9.036)
Total - 30/06/2026	18	136.910	(240)	2.008	72.750	(610)	259	(1.979)	5.892	(6.481)	3	208.512	9.213	217.725
Mutações do Período		-	(227)	(865)	15.219	(810)	-	(15)	(2.156)	1.219	1	12.366	(271)	12.095

1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco Holding S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em milhões de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Ajustado		52.887	63.309
Lucro Líquido		24.119	22.173
Ajustes ao Lucro Líquido:		28.768	41.136
Pagamento Baseado em Ações		(427)	(368)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		3.795	5.030
Perda de Crédito Esperada com Instrumentos Financeiros	23	20.715	17.982
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		2.617	884
Variação das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização		9.334	10.680
Depreciações e Amortizações		3.807	3.667
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	11b	500	1.143
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	11b	2.555	1.202
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(524)	(445)
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do <i>Hedge</i>)		493	(734)
Resultado de Participações em Coligadas, Entidades Controladas em Conjunto e Outros Investimentos		(2.049)	(694)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(5.836)	187
Resultado de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(6.357)	(464)
Resultado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(586)	2.211
Resultado na Alienação de Investimentos e Imobilizado		(159)	(98)
Resultado de Participação de Acionistas Não Controladores	18e	562	484
Outros		328	469
Variações de Ativos e Passivos		64.010	(33.351)
(Aumento) / Redução em Ativos			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		93.599	52.630
Títulos e Valores Mobiliários		(47.696)	(86.705)
Derivativos (Ativos / Passivos)		(4.214)	490
Operações com Característica de Concessão de Crédito		(25.558)	(8.089)
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(3.220)	(4.819)
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)		(8.629)	9.630
Ativos Fiscais		(2.846)	(1.751)
Outros Ativos		(7.279)	6.899
(Redução) / Aumento em Passivos			
Depósitos		20.003	(34.981)
Captações no Mercado Aberto		26.698	23.206
Instrumentos de Dívida		2.852	15.674
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(14.762)	(15.620)
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização		14.213	13.880
Obrigações Fiscais		4.154	3.558
Demais Provisões e Outros Passivos		23.385	(1.527)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(6.690)	(5.826)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		116.897	29.958
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Recebidos de Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto		460	315
(Aquisição) / Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(14.510)	(17.484)
(Aquisição) / Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(25.622)	32.479
(Aquisição) / Alienação de Investimentos		(42)	(22)
(Aquisição) / Alienação de Imobilizado		(672)	(495)
(Aquisição) / Alienação e Distrato de Contratos do Intangível		(5.251)	(3.020)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(45.637)	11.773
Captação de Obrigações por Dívida Subordinada		6.315	9.401
Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada		(3.915)	(833)
Variação da Participação de Acionistas Não Controladores		(178)	(251)
Aquisição de Ações em Tesouraria		(1.760)	(83)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		1.095	941
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores		(655)	(440)
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(4.402)	(20.864)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(3.500)	(12.129)
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		67.760	29.602
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		96.944	99.073
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(3.795)	(5.030)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	2c III	160.909	123.645
Disponibilidades		35.351	32.177
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		46.430	40.552
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada		79.128	50.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado
(Em milhões de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas		200.308	175.780
Intermediação Financeira		187.700	164.522
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	24	25.035	23.666
Resultado das Operações com Seguros, Previdência Privada e Capitalização		3.679	3.407
Perdas de Crédito Esperadas com Instrumentos Financeiros	8	(18.074)	(15.554)
Outras		1.968	(261)
Despesas		(131.591)	(109.945)
Intermediação Financeira		(125.604)	(105.328)
Outras		(5.987)	(4.617)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(10.095)	(9.963)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens	25	(4.063)	(4.150)
Outras		(6.032)	(5.813)
Processamento de Dados e Telecomunicações	25	(3.190)	(2.847)
Propaganda, Promoções e Publicações	25	(897)	(882)
Instalações e Materiais		(1.218)	(1.207)
Outras		(727)	(877)
Valor Adicionado Bruto		58.622	55.872
Depreciação e Amortização	25	(2.938)	(2.930)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		55.684	52.942
Valor Adicionado Recebido em Transferência - Resultado de Equivalência Patrimonial		2.048	694
Valor Adicionado Total a Distribuir		57.732	53.636
Distribuição do Valor Adicionado		57.732	53.636
Pessoal		17.126	16.490
Remuneração Direta		13.618	12.902
Benefícios		2.781	2.922
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		727	666
Impostos, Taxas e Contribuições		15.451	13.975
Federais		14.524	13.075
Municipais		927	900
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		474	514
Remuneração de Capitais Próprios		24.681	22.657
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		9.036	8.612
Lucros Retidos Atribuível aos Acionistas Controladores		15.083	13.561
Lucros Retidos Atribuível aos Acionistas Não Controladores		562	484

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanço Patrimonial
(Em milhões de reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Circulante e Não Circulante		300.172	278.360
Disponibilidades		731	1.340
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2c IV, 4	43.889	31.319
Aplicações no Mercado Aberto		38.185	22.486
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.704	8.833
Títulos e Valores Mobiliários	2c IV, 5	44.560	36.986
Carteira Própria		44.560	36.986
Derivativos	2c IV, 6	8	8
Operações com Característica de Concessão de Crédito	2c IV, 8	172.877	176.070
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos		186.376	189.740
(Provisão para Perda de Crédito Esperadas)		(13.499)	(13.670)
Relações Interfinanceiras e Interdependências		1	2
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		25.734	24.611
Ativos Fiscais Correntes		7.501	5.683
Ativos Fiscais Diferidos	20b I	18.233	18.928
Outros Ativos	2c V	12.372	8.024
Permanente		200.024	195.287
Investimentos	2c VI, 12	199.671	194.921
Controladas		199.671	194.921
Imobilizado	2c VIII, 2c X	5	5
Imóveis		5	5
Outras Imobilizações		93	93
(Depreciações Acumuladas)		(93)	(93)
Intangível	2c IX, 2c X	348	361
Ativos Intangíveis		3.099	3.098
(Amortização Acumulada)		(2.751)	(2.737)
Total do Ativo		500.196	473.647
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante e Não Circulante		292.548	277.667
Depósitos	2c IV, 16b	106.222	99.439
Depósitos à Vista		104	121
Depósitos Interfinanceiros		106.118	99.318
Instrumentos de Dívida	2c IV, 16d III	54.605	49.608
Recursos de Emissões		1.484	1.486
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		7.011	7.454
Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação		46.110	40.668
Derivativos	2c IV, 6	82	234
Relações Interfinanceiras e Interdependências		74.033	76.754
Provisões para Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	8a, 8c	320	142
Demais Provisões		1.187	1.275
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		3.381	1.917
Obrigações Fiscais Correntes	2c XII, 2c XIII, 20c	2.282	999
Obrigações Fiscais Diferidas	20b II	1.099	918
Outros Passivos	9b	52.718	48.298
Patrimônio Líquido	18	207.648	195.980
Capital Social		136.910	136.910
Reservas de Capital		2.008	2.873
Reservas de Lucros		71.411	57.107
Outros Resultados Abrangentes	2c IV	(2.441)	(897)
(Ações em Tesouraria)		(240)	(13)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		500.196	473.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração do Resultado
(Em milhões de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira		16.199	14.636
Resultado de Operações com Característica de Concessão de Crédito		11.458	10.702
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros		4.741	3.934
Despesas da Intermediação Financeira		(10.077)	(9.242)
Depósitos e Captações no Mercado Aberto		(10.065)	(6.823)
Instrumentos de Dívida		-	(2.341)
Empréstimos e Repasses		(12)	(78)
Resultado da Intermediação Financeira Antes da Perda de Crédito Esperada		6.122	5.394
Resultado de Perda de Crédito Esperada		(5.688)	(5.557)
Despesa de Provisão para Perda de Crédito Esperada		(6.572)	(6.369)
Receita de Recuperação de Ativos Financeiros Baixados como Prejuízo		884	812
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		434	(163)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		24.305	20.789
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	24	6.894	6.161
Despesas de Pessoal		(217)	(222)
Outras Despesas Administrativas		(2.796)	(3.018)
Despesas de Demais Provisões		(60)	6
Provisões Cíveis		(33)	(74)
Provisões Trabalhistas		(30)	(11)
Provisões Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		3	91
Despesas Tributárias	20a II	(1.055)	(1.168)
Resultado de Participações em Controladas	12	23.530	20.350
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(1.991)	(1.320)
Resultado Operacional		24.739	20.626
Resultado não Operacional		(1)	(2)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		24.738	20.624
Imposto de Renda e Contribuição Social	2c XIII	(1.514)	1.653
Devidos sobre Operações do Período		(722)	(592)
Referentes a Diferenças Temporárias		(792)	2.245
Participações no Lucro, líquido de impostos - Administradores - Estatutárias		(19)	(26)
Lucro Líquido		23.205	22.251
Lucro por Ação - Básico			
Ordinárias		2,11	2,01
Preferenciais		2,11	2,01
Lucro por Ação - Diluído			
Ordinárias		2,09	1,99
Preferenciais		2,09	1,99
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica			
Ordinárias		5.617.742.977	5.617.742.977
Preferenciais		5.404.681.975	5.479.027.349
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída			
Ordinárias		5.617.742.977	5.617.742.977
Preferenciais		5.504.786.141	5.579.857.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhões de reais)

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido	23.205	22.251
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(595)	1.313
Variação de Valor Justo	120	8
Efeito Fiscal	(57)	(6)
Coligadas / Controladas	(658)	1.311
<i>Hedge</i>	1.221	1.028
<i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa	288	(25)
Coligadas / Controladas	288	(25)
<i>Hedge</i> de Investimentos Líquidos em Operação no Exterior	933	1.053
Variação de Valor Justo	1.073	520
Efeito Fiscal	(504)	(277)
Coligadas / Controladas	364	810
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego ⁽¹⁾	(15)	(9)
Coligadas / Controladas	(15)	(9)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	(2.156)	(4.953)
Variação de Valor Justo	(1.072)	(776)
Coligadas / Controladas	(1.084)	(4.177)
Outros	1	9
Total de Outros Resultados Abrangentes	(1.544)	(2.612)
Total do Resultado Abrangente	21.661	19.639

1) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhões de reais)

	Nota	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes						Lucros Acumulados	Total
						Ajuste de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Contratos de Seguro e Previdência Privada	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge ⁽¹⁾	Outros		
Total - 01/01/2025		90.729	(909)	2.729	109.902	(1.961)	259	(1.959)	9.756	(6.024)	-	-	202.522
Transações com os Acionistas		33.334	891	(401)	(33.334)	-	-	-	-	-	-	-	490
Aquisição de Ações em Tesouraria	18	-	(83)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(83)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	18	-	974	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	965
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		-	-	(392)	-	-	-	-	-	-	-	-	(392)
Capitalização por Reservas		33.334	-	-	(33.334)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reorganização Societária	3, 2c I	-	-	-	57	-	-	-	-	-	-	-	57
Outros		-	-	-	(205)	-	-	-	-	-	-	-	(205)
Dividendos - Declarados após período anterior		-	-	-	(12.229)	-	-	-	-	-	-	-	(12.229)
Juros sobre o Capital Próprio - Declarados após período anterior		-	-	-	(3.260)	-	-	-	-	-	-	-	(3.260)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	1.313	-	(9)	(4.953)	1.028	9	22.251	19.639
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.251	22.251
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	2	-	-	(776)	243	-	-	(531)
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas		-	-	-	-	1.311	-	(9)	(4.177)	785	9	-	(2.081)
Destinações:													
Reserva Legal		-	-	-	1.113	-	-	-	-	-	-	(1.113)	-
Reservas Estatutárias		-	-	-	12.544	-	-	-	-	-	-	(12.544)	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	2.394	-	-	-	-	-	-	(8.612)	(6.218)
Total - 30/06/2025	18	124.063	(18)	2.328	76.982	(648)	259	(1.968)	4.803	(4.996)	9	-	200.814
Mutações do Período		33.334	891	(401)	(32.920)	1.313	-	(9)	(4.953)	1.028	9	-	(1.708)
Total - 01/01/2026		136.910	(13)	2.873	57.107	(868)	259	(1.964)	6.810	(5.136)	2	-	195.980
Transações com os Acionistas		-	(227)	(865)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.092)
Aquisição de Ações em Tesouraria	18	-	(1.760)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.760)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	18	-	1.533	(89)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.444
Reconhecimento de Planos de Pagamento Baseado em Ações		-	-	(776)	-	-	-	-	-	-	-	-	(776)
Reorganização Societária	3, 2c I	-	-	-	57	-	-	-	-	-	-	-	57
Outros		-	-	-	51	-	-	-	-	-	-	-	51
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	27
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	(595)	-	(15)	(2.156)	1.221	1	23.205	21.661
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.205	23.205
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	63	-	-	(1.072)	569	-	-	(440)
Parcela de Outros Resultados Abrangentes de Coligadas e Controladas		-	-	-	-	(658)	-	(15)	(1.084)	652	1	-	(1.104)
Destinações:													
Reserva Legal		-	-	-	1.160	-	-	-	-	-	-	(1.160)	-
Reservas Estatutárias		-	-	-	13.036	-	-	-	-	-	-	(13.036)	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.036)	(9.036)
Total - 30/06/2026	18	136.910	(240)	2.008	71.411	(1.463)	259	(1.979)	4.654	(3.915)	3	-	207.648
Mutações do Período		-	(227)	(865)	14.304	(595)	-	(15)	(2.156)	1.221	1	-	11.668

1) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Em milhões de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Ajustado		7.514	5.472
Lucro Líquido		23.205	22.251
Ajustes ao Lucro Líquido:		(15.691)	(16.779)
Pagamento Baseado em Ações		(427)	(368)
Perdas de Crédito Esperadas		6.572	6.369
Resultado de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		2.832	944
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		16	19
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		60	85
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(31)	(118)
Tributos Diferidos		792	(2.245)
Resultado de Participações em Controladas	12	(23.530)	(20.350)
Amortização de Ágio		11	23
Receita de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(1.930)	(928)
Receita de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Custo Amortizado		(29)	-
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(40)	(224)
Outros		13	14
Variação de Ativos e Passivos		4.606	(5.880)
(Aumento) / Redução em Ativos			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.129	7.920
Títulos e Valores Mobiliários		1.153	(12.235)
Derivativos (Ativos / Passivos)		(152)	(629)
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)		(2.720)	8.571
Operações com Característica de Concessão de Crédito		(3.379)	(14.864)
Ativos Fiscais		(1.123)	(1.489)
Outros Ativos		(39)	1.612
(Redução) / Aumento em Passivos			
Depósitos		6.783	5.873
Captações no Mercado Aberto		-	(7.409)
Instrumentos de Dívida		(445)	3.863
Obrigações Fiscais		1.464	1.048
Demais Provisões e Outros Passivos		(50)	1.859
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(15)	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		12.120	(408)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		12.537	21.095
(Aquisição) / Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(5.371)	(9.739)
(Aquisição) / Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(1.277)	-
(Aquisição) / Alienação de Investimentos		(502)	3.777
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		5.387	15.133
Captação em Obrigações por Dívida Subordinada		6.315	9.400
Resgate em Obrigações por Dívida Subordinada		(3.705)	(568)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		1.095	941
Aquisição de Ações para Tesouraria		(1.760)	(83)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(4.402)	(20.864)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(2.457)	(11.174)
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa		15.050	3.551
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		23.826	32.449
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		40	224
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	2c III	38.916	36.224
Disponibilidades		731	1.643
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada		38.185	34.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração do Valor Adicionado
(Em milhões de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas		16.302	17.345
Intermediação Financeira		16.199	14.636
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		6.894	6.161
Perda de Crédito Esperada com Instrumentos Financeiros		(5.688)	(5.557)
Outras		(1.103)	2.105
Despesas		(12.167)	(10.723)
Intermediação Financeira		(10.077)	(9.242)
Outras		(2.090)	(1.481)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(2.796)	(3.018)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens		(148)	(153)
Propaganda, Promoções e Publicações		(109)	(127)
Outras		(2.539)	(2.738)
Valor Adicionado Bruto		1.339	3.604
Depreciação e Amortização		(4)	(5)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		1.335	3.599
Valor Adicionado Recebido em Transferência - Resultado de Equivalência Patrimonial	12	23.530	20.350
Valor Adicionado Total a Distribuir		24.865	23.949
Distribuição do Valor Adicionado		24.865	23.949
Pessoal		154	180
Remuneração Direta		135	163
Benefícios		16	14
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		3	3
Impostos, Taxas e Contribuições		1.506	1.518
Federais		1.321	1.339
Municipais		185	179
Remuneração de Capitais Próprios		23.205	22.251
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		9.036	8.612
Lucros Retidos aos Acionistas		14.169	13.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30/06/2026 e 31/12/2025 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2026 e 2025 para Resultado

(Em milhões de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras, sua matriz está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está presente em 18 países e territórios e fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, controladas e afiliadas internacionais. Atua na atividade bancária em todas as modalidades, por meio de suas carteiras: comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento; de arrendamento e de operações de câmbio.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51,71% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa S.A. ("ITAÚSA"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. JOHNSTON"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 39,21% das ações ordinárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de agosto de 2026.

Nota 2 - Políticas Contábeis Materiais

a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas (ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO) foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). As informações nas Demonstrações Contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, incluindo notas explicativas selecionadas, conforme normativos vigentes.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

b) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Existentes

I - Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2026

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período atual.

II - Aplicáveis para Períodos Futuros

- **Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados** - Estabelece a designação e reconhecimento contábil de *hedge* e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão em avaliação e serão concluídos até o início de vigência normativa.

- **Resolução CMN nº 5.252/25 - Ativos e Passivos de Sustentabilidade** - Define critérios para mensuração, reconhecimento, baixa e evidenciação de ativos e passivos de sustentabilidade. As alterações serão aplicadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão em avaliação e serão concluídos até o início de vigência normativa.

- **Resolução CMN nº 5.281/26 - Ativos Virtuais** - Estabelece critérios de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos relacionados à prestação de serviços com ativos virtuais, aplicáveis prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2027, e eventuais efeitos deverão ser reconhecidos em contrapartida aos lucros e prejuízos acumulados, líquidos de efeitos tributários. Os possíveis impactos estão em avaliação e serão concluídos até o início de vigência normativa.

c) Políticas Contábeis, Estimativas Críticas e Julgamentos Materiais

Esta nota apresenta as principais estimativas críticas e julgamentos utilizados na elaboração e aplicação das políticas contábeis específicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Estas estimativas e julgamentos apresentam risco material e podem ter impacto relevante nos valores de ativos e passivos devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. Desta forma, os resultados reais podem ser diferentes daqueles obtidos pelas estimativas e julgamentos.

I - Consolidação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO contemplam as operações realizadas por suas agências e entidades controladas no país e no exterior, inclusive os fundos de investimentos, nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO detém controle direto ou indireto. O principal julgamento exercido na avaliação de controle é a análise dos fatos e circunstâncias que indicam se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis e tem a capacidade de afetar estes retornos através de seu poder sobre a entidade de forma contínua.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado relativos aos valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os ágios registrados em controladas são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura e em laudos de avaliação ou pela realização dos investimentos, conforme normas e orientações do CMN e do BACEN.

A diferença no Lucro Líquido e no Patrimônio Líquido entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO (nota 18d) resulta, substancialmente, da adoção de critérios distintos na amortização de ágios originados nas aquisições de investimentos, no registro de transações com acionistas não controladores onde não há alteração de controle, anterior a 1º de janeiro de 2022, e no registro da variação cambial, anterior a 1º de janeiro de 2017, sobre os investimentos no exterior e *hedge* desses investimentos, cuja moeda funcional é diferente da controladora, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

Os efeitos da variação cambial sobre os investimentos no exterior estão apresentados na rubrica Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros na Demonstração do Resultado para as controladas cuja moeda funcional é igual à da controladora e na rubrica Outros Resultados Abrangentes para as controladas cuja moeda funcional é diferente da controladora.

A tabela a seguir apresenta as principais entidades consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes:

	Moeda Funcional ⁽¹⁾	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante		Participação % no capital total	
				30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
No País							
Banco Itaú Consignado S.A. ⁽²⁾	Real	Brasil	Instituição Financeira	-	100,00%	-	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Real	Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Real	Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	53,88%	53,88%	53,88%	53,88%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Real	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Real	Brasil		Seguros	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Real	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Real	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Real	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	Real	Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
No Exterior							
Banco Itaú Chile	Peso Chileno	Chile	Instituição Financeira	67,42%	67,42%	67,42%	67,42%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú (Suisse) SA	Franco Suíço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Peso Uruguaio	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Real	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA International plc	Dólar	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA USA Securities Inc.	Dólar	Estados Unidos	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Colombia S.A.	Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	67,06%	67,06%	67,06%	67,06%

1) Todas as dependências no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possuem moeda funcional igual a da controladora, com exceção do Itaú Chile New York Branch e Itaú Unibanco S.A. Miami Branch cuja moeda funcional é o Dólar.

2) Empresa incorporada pelo Itaú Unibanco S.A. em 31/05/2026.

I.I - Combinações de Negócios

Na contabilização das combinações de negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce julgamentos na identificação, reconhecimento e mensuração de: ajustes de preço; contraprestações contingentes; e opções ou obrigações de comprar ou vender participações societárias da entidade adquirida.

A participação de acionistas não controladores é mensurada na data de aquisição pela participação proporcional no patrimônio líquido da entidade adquirida.

I.II - Transações de Capital Com Acionistas Não Controladores

Alterações de participação em uma controlada, que não resultam em perda de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido.

II - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada entidade controlada, coligada e controlada em conjunto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerceu julgamento na definição da sua moeda funcional, considerando a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

Para conversão das demonstrações contábeis das entidades no exterior com moeda funcional diferente de Reais, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza a taxa de câmbio na data de fechamento para converter os ativos e passivos e a taxa de câmbio média mensal para converter as receitas e despesas, exceto para as entidades no exterior localizadas em economias hiperinflacionárias. As diferenças de câmbio geradas por esta conversão são reconhecidas nos Outros Resultados Abrangentes, líquidas de efeitos fiscais, e reclassificadas, total ou parcial, para o resultado quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO perde o controle da entidade no exterior. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza *hedge* parcial de investimento líquido da operação no exterior, cuja parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido.

III - Caixa e Equivalentes de Caixa

São definidas como caixa e equivalentes de caixa, as contas correntes em bancos e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa, ou seja, possuem prazo original igual ou inferior a 90 dias, e estão sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, consideradas no Balanço Patrimonial nas rubricas Disponibilidades, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada).

IV - Ativos e Passivos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da negociação.

Os ativos financeiros são baixados, na data de negociação, se:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem.
- não houver expectativas razoáveis de sua recuperação. Neste caso, a baixa é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada e os procedimentos de cobrança são mantidos. As recuperações subsequentes são contabilizadas como receita em contrapartida do ativo, com a constituição da sua respectiva provisão de perda de crédito esperada.
- o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO transferir substancialmente os riscos e benefícios do ativo financeiro.

Os principais julgamentos exercidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO na baixa de ativos financeiros são: avaliação do momento em que os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; expectativa razoável de recuperação do ativo financeiro e da transferência substancial dos riscos e benefícios ou controle.

Quando o fluxo de caixa contratual de um ativo financeiro é renegociado ou de outro modo modificado, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO avalia se o evento de renegociação se caracteriza como uma reestruturação, ou seja, se houve uma concessão significativa à contraparte, em razão da deterioração da qualidade creditícia do cliente. O valor contábil bruto dos ativos financeiros renegociados é recalculado com as novas condições pactuadas.

Os passivos financeiros são baixados quando extintos, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada, vencida ou expirada.

IV.1 - Classificação de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (CA):** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo por meio do Resultado (VJR):** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima e aos ativos financeiros designados no reconhecimento inicial, de forma irrevogável, ao valor justo por meio do resultado.

A categoria depende do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado para reduzir assimetrias contábeis.

Modelos de negócios: são definidos conforme objetivos das áreas de negócios, considerando os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como é avaliado e reportado à Administração e como os gestores do negócio são remunerados.

Características do fluxo de caixa contratual: testadas individualmente para validar se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros (contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, risco de crédito e margem de lucro). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO avalia, principalmente, as seguintes situações: alterações de taxa por mudança no risco de crédito; taxas de juros determinadas por órgãos reguladores; alavancagem; derivativos embutidos; e cláusulas de extensão de prazos e variação cambial. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o ativo financeiro não constitui apenas pagamento de principal e juros e é classificado na categoria ao Valor Justo por meio do Resultado.

Contratos Híbridos: para identificar se um contrato contém derivativos embutidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera, principalmente se há indexação à componentes diferentes de juros e incerteza quanto ao vínculo com a indexação final.

Os contratos híbridos em que o componente principal é um ativo financeiro são contabilizados de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento (componente principal e derivativo) é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Nos demais casos, os derivativos embutidos são tratados como instrumentos separados se: suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do componente principal; o instrumento separado satisfaz a definição de derivativo; e o instrumento subjacente não é contabilizado ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos Patrimoniais: as ações e cotas são classificadas ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o instrumento financeiro é mantido com outro propósito que não a sua negociação, situação na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, designa, de forma irrevogável ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

IV.II - Classificação de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado: classificação aplicada aos derivativos e aos passivos financeiros gerados em empréstimo ou aluguel de ativos financeiros.
- Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar.
- Garantias Financeiras: mensurados pelo maior valor entre (i) a provisão para perdas de crédito esperada; e (ii) o saldo da tarifa sobre o serviço a ser diferido no resultado, conforme prazo do contrato.

IV.III - Mensuração subsequente de Instrumentos Financeiros

Valor Justo dos Instrumentos Financeiros: para mensuração do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação aplicando informações classificadas em três níveis de hierarquia, priorizando preços cotados em mercados ativos dos instrumentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO classifica estas informações conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração do valor justo:

Nível 1: Informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: Informações que não são observáveis para o ativo ou passivo permitindo a utilização de modelos e técnicas internas.

A parcela da variação do valor justo decorrente de alterações no risco de crédito próprio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é reconhecida em outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo, é utilizado o custo médio, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente, incluindo Derivativos, que não são negociados em mercados ativos, o valor justo é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

As principais premissas consideradas na estimativa do valor justo são: base de dados históricos, informações de transações similares, taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros.

Os principais julgamentos aplicados no cálculo do valor justo de instrumentos financeiros mais complexos, ou que não são negociados em mercados ativos ou não possuam liquidez, são: determinação do modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, aplicação de ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

A aplicação destes julgamentos pode resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado.

O valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 17.

Custo Amortizado: é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, acrescido dos ajustes efetuados pelo método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, e qualquer provisão para perda de crédito esperada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza o método de juros efetivos no cálculo da receita ou despesa de juros para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o qual considera custos e taxas diretamente atribuíveis na originação do contrato, como comissões pagas ou recebidas pelas partes do contrato, custos de transação e outros prêmios e descontos quando superiores a 1% das receitas ou encargos totais do instrumento. Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adotou a metodologia diferenciada para ativos financeiros com característica de concessão de crédito classificados na categoria Custo Amortizado. Para passivos classificados na categoria Custo Amortizado, os custos e receitas incrementais são diferidos pela curva da taxa de juros efetiva.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO classifica os instrumentos financeiros como ativo problemático se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso superior a 90 dias ou indicativos de que a obrigação não será honrada nas condições pactuadas. Neste caso, a apropriação de juros passa a ser reconhecida pelo regime de caixa.

Perda de Crédito Esperada: os principais julgamentos exercidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no cálculo da perda de crédito esperada são: seleção dos modelos quantitativos para avaliação da perda de crédito esperada; determinação dos *triggers* para o aumento ou redução significativa no risco de crédito; identificação e agrupamento das carteiras com características de risco de crédito semelhante; definição do período contratual máximo dos ativos sem vencimento determinado; determinação das informações prospectivas, dos cenários macroeconômicos e dos cenários ponderados pela probabilidade.

Para a avaliação da perda de crédito esperada associada aos instrumentos financeiros (exceto instrumentos patrimoniais, derivativos, títulos públicos mensurados ao valor justo por meio do resultado no nível 1 da hierarquia de valor justo) e aos compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis, aplica-se a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito.

- Estágio 1 - considera os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito ou cujo risco de crédito diminuiu significativamente.

- Estágio 2 - considera todos os eventos de inadimplência possíveis ao longo da vida do instrumento financeiro. Aplicável aos instrumentos financeiros cujo risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial ou que deixou de ter problemas de recuperação de crédito, mas seu risco de crédito não diminuiu significativamente.

- Estágio 3 - aplicável aos ativos problemáticos, para os quais é considerado uma probabilidade de *default* (PD) de 100%.

A avaliação da perda de crédito esperada está detalhada na Nota 2b I.

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos. A Administração exerce seu julgamento na avaliação do adequado montante de perda de crédito esperada resultante dos modelos e, conforme sua experiência, realiza ajustes que podem ser decorrentes da condição de crédito de determinados clientes ou de ajustes temporários decorrentes de situações ou novas circunstâncias que ainda não foram refletidas na modelagem.

As principais premissas consideradas na estimativa da perda de crédito esperada são:

- **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO determina *triggers* (indicadores) de aumento significativo no risco de crédito de um ativo financeiro desde o seu reconhecimento inicial de forma individual e, no caso das carteiras de varejo, de forma coletiva. Para fins de avaliação coletiva das carteiras do varejo, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito semelhante, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, garantias, dentre outros fatores relevantes. Para as carteiras de negócios do atacado a avaliação é realizada de forma individual.

A migração do ativo financeiro para um estágio anterior ocorre com a redução consistente e sustentável do risco de crédito, caracterizada, principalmente, pela comprovação de pagamentos recorrentes e pelo não acionamento dos *triggers* de deterioração de crédito.

- **Período Contratual Máximo:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estima a vida esperada de ativos que não tenham vencimento determinado com base no período de exposição ao risco de crédito e termos contratuais, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.

- **Informações prospectivas:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. A principal informação prospectiva utilizada na determinação da perda de crédito esperada é a inadimplência projetada, a qual está relacionada com projeções da Taxa Selic, *Credit Default Swap* (CDS), taxa de desemprego, Produto Interno Bruto (PIB), massa salarial, produção industrial e venda no varejo ampliado. A definição de cenários macroeconômicos envolve riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequado à classificação em estágios, os quais são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza a faculdade de mensurar a perda de crédito esperada com base no atraso no pagamento de principal ou juros, no histórico de perdas e outras informações relevantes para os instrumentos financeiros reconhecidos na rubrica Outros Ativos.

IV.IV - Derivativos e uso de *Hedge* Contábil

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor justo em relação ao valor justo do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de Fluxo de Caixa:** a parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido. A parcela inefetiva é reconhecida diretamente na Demonstração do Resultado.

- **Hedge de Valor Justo:** os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor justo com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na Demonstração do Resultado.

- **Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior:** é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa: a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do instrumento de *hedge* é registrada diretamente no Patrimônio Líquido, reclassificado para o resultado do período em caso de alienação da operação no exterior. A parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

V - Outros Ativos Não Financeiros

Os Outros Ativos Não Financeiros são compostos por Despesas Antecipadas, Ativos Digitais Criptografados, Bens Destinados à Venda, entre outros.

Os Ativos Digitais Criptografados podem ser usados como meio de troca ou reserva de valor e são adquiridos para negociação. O reconhecimento e a mensuração são realizados pelo valor justo e são classificados no nível 1 da hierarquia do valor justo, uma vez que seus valores refletem os preços cotados (não ajustados) disponíveis em mercados ativos. As valorizações e desvalorizações apuradas subsequentemente são reconhecidas no resultado do período.

Os Bens Destinados à Venda são registrados quando ocorre seu recebimento na liquidação de ativos financeiros ou pela decisão de venda de bens próprios. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o seu valor contábil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce julgamento na avaliação do valor justo do ativo, seja no reconhecimento inicial ou na mensuração subsequente, considerando, quando aplicável, laudos de avaliação e a probabilidade de impedimento definitivo de venda.

VI - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto

Coligadas são as empresas nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui influência significativa, representada, principalmente, pela participação no conselho de administração ou diretoria e nos processos de elaboração de políticas operacionais e financeiras, inclusive sobre distribuição de dividendos, desde que não sejam consideradas direitos de proteção à participação minoritária.

Entidades controladas em conjunto (*joint ventures*) são empreendimentos nos quais as partes têm direito sobre os ativos líquidos do negócio, o qual é controlado em conjunto, ou seja, as decisões sobre o negócio são tomadas de forma unânime entre as partes, independente do percentual de participação.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada. São reconhecidos ao custo de aquisição e avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

VII - Operações de Arrendamento (Arrendatário)

Para realização de suas atividades comerciais, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é arrendatário, principalmente, de imóveis (ativos subjacentes). Na assinatura do contrato, os pagamentos futuros dos aluguéis são reconhecidos a valor presente descontados por uma taxa média de captação (taxa incremental) na rubrica Outros Passivos e a despesa financeira é reconhecida no resultado. Em contrapartida deste passivo financeiro é reconhecido um direito de uso nas rubricas de Imobilizado e/ou Intangível, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento e testado semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Nos casos que o ativo subjacente é de baixo valor (exceto imóveis), os pagamentos são reconhecidos no passivo em contrapartida de despesa.

Na definição do prazo do arrendamento, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera o período não cancelável do contrato, a expectativa de renovação, rescisão contratual e o prazo previsto de desocupação, conforme o caso.

Os principais julgamentos exercidos nas operações de arrendamento são: determinação da taxa de desconto que reflete o custo que seria incorrido para comprar o ativo; definição dos ativos de baixo valor; e avaliação de expectativa de renovação contratual.

VIII - Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO reconhece no imobilizado os gastos que aumentam a (i) produtividade, (ii) eficiência ou (iii) vida útil do ativo por mais de um exercício social.

Os principais julgamentos são sobre a definição dos valores residuais e a vida útil dos ativos.

IX - Ágio e Ativos Intangíveis

O ágio é gerado nas combinações de negócios e aquisições de participações societárias em coligadas e entidades controladas em conjunto. Representa os benefícios econômicos futuros esperados com a operação que não são individualmente identificados nem separadamente reconhecidos, sendo amortizado com base na expectativa de rentabilidade futura.

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos adquiridos ou desenvolvidos internamente, incluem a Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros, *Softwares* e Direitos de Aquisição de Folha de Pagamentos.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no reconhecimento inicial e amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada.

X - Redução ao valor recuperável (*Impairment*) de ativos não financeiros

O valor recuperável dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto, ativos de direito de uso, imobilizados, ágios e ativos intangíveis é avaliado semestralmente ou quando existe indicativo de perda. A avaliação é realizada individualmente por classe de ativo sempre que possível ou por unidade geradora de caixa (UGC).

Para avaliação do valor recuperável, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera a materialidade dos ativos, exceto pelo ágio, que é testado, independentemente do seu montante. Os principais indicativos, internos e externos, que podem impactar o valor recuperável são: as estratégias de negócio definidas pela gestão; a obsolescência e/ou desuso de *softwares/hardwares*; e o panorama macroeconômico, de mercado e regulatório.

A depender da classe do ativo, o valor recuperável é estimado utilizando, principalmente as metodologias de Fluxo de Caixa Descontado, Múltiplos e Fluxo de Dividendos, utilizando uma taxa de desconto que geralmente reflete variáveis financeiras e econômicas, como a taxa de juros livre de risco e um prêmio de risco.

A avaliação do valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre a expectativa dos fluxos de caixa futuros dos ativos individuais ou das UGC, conforme o caso.

Os principais julgamentos exercidos na avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros são: a escolha da metodologia mais adequada, da taxa de desconto e das premissas de entradas e saídas de caixa.

XI - Operações de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

Contratos de seguros estabelecem para uma das partes, mediante pagamento (prêmio) pela outra parte, a obrigação de pagar, a esta, determinada importância, no caso de ocorrência de um sinistro. O risco de seguro é definido quando um evento futuro é incerto, de natureza súbita e imprevista, independente da vontade do segurado, cuja ocorrência pode provocar prejuízos de natureza econômica.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Os planos de Previdência Privada referem-se a contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) que garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos

especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Os prêmios de Seguros são contabilizados pela vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos. As receitas de contribuições previdenciárias e as correspondentes constituições das provisões técnicas são reconhecidas por ocasião do recebimento. A receita decorrente das quotas de capitalização e de sorteios é reconhecida no recebimento e a quota de carregamento após atendimento da contraprestação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO constitui, caso haja evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas.

Resseguros: no curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce seu julgamento na avaliação ao valor recuperável dos recebíveis de resseguros, com base na sua experiência e *rating* dos resseguradores.

Provisões Técnicas: são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em avaliações comparativas e na experiência atuarial, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial.

Teste de Adequação do Passivo: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza, semestralmente, o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro e planos de previdência privada vigentes na data base do teste.

Caso a análise demonstre insuficiência, esta será contabilizada no resultado do período, quando proveniente de alterações no risco não financeiro de seguros e em Outros Resultados Abrangentes, quando decorrente de mudanças na taxa de juros (ETTJ).

XII - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

As provisões e passivos contingentes são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais. O tratamento contábil das provisões e passivos contingentes depende da probabilidade do desembolso de recursos financeiros para liquidar as obrigações. De acordo com a probabilidade de perda são classificados como: (i) provável e são provisionados nas Demonstrações Contábeis; (ii) possível, não são provisionados e são informados nas Notas Explicativas; e (iii) remota, nenhuma provisão é reconhecida e os passivos contingentes não são divulgados nas Demonstrações Contábeis.

As provisões e passivos contingentes são estimados de forma massificada ou individualizada:

- **Processos Massificados:** ações cíveis e trabalhistas com características semelhantes, cujos valores individuais não são relevantes. O valor esperado da perda é estimado mensalmente, conforme modelo estatístico. As provisões e contingências cíveis e trabalhistas são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado. Para as ações cíveis, observa-se a natureza das ações e as características do juízo em

que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). Para as ações trabalhistas, o montante estimado é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas.

- **Processos Individualizados:** ações cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias com características peculiares ou de valor relevante. Para as ações cíveis e trabalhistas, o valor esperado da perda é estimado periodicamente, conforme o caso, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é avaliada de acordo com as características de fato e de direito relativas àquela ação. As ações fiscais e previdenciárias são avaliadas de forma individualizada e são contabilizadas pelo montante devido.

Os ativos dados em garantia de processos cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciários devem ser feitos em juízo e são retidos até que seja tomada uma decisão judicial definitiva. São oferecidos em garantia Depósitos em dinheiro, Seguro Garantia, Fiança e Títulos Públicos, e em caso de decisão desfavorável o montante é pago à contraparte. O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

As provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros, em que há liquidez, são reconhecidas quando da notificação judicial, simultaneamente com os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

Os principais julgamentos exercidos na mensuração das provisões e contingências são: avaliação da probabilidade de perda; agregação dos processos massificados; seleção do modelo estatístico para avaliação da perda; e estimativa do valor das provisões.

Informações sobre as provisões e contingências dos processos judiciais estão detalhadas na Nota 11.

XIII - Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é composta por tributos correntes, os quais são recuperados ou pagos no período aplicável, e diferidos, representado pelos ativos e os passivos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada período.

Os ativos fiscais diferidos podem surgir de: diferenças temporárias, que poderão ser dedutíveis em períodos futuros; e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, que poderão ser compensados no futuro.

A realização esperada do ativo fiscal diferido é estimada com base na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, observando o histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto.

As principais premissas consideradas nas projeções de lucros tributáveis futuros são: variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras, tarifas de serviços, informações internas dos negócios, entre outras, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Os principais julgamentos que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce no reconhecimento do ativo e passivo fiscal diferidos são: identificação das diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis em períodos futuros; e avaliação da probabilidade da existência de lucro tributável futuro contra a qual o ativo fiscal diferido poderá ser utilizado, considerando o histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota 20.

XIV - Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO patrocina Planos de benefícios pós-emprego aos colaboradores nas modalidades Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável.

É reconhecido no passivo, o valor presente das obrigações, líquido do valor justo dos ativos, conforme as características do plano e as estimativas atuariais. Quando o valor justo dos ativos do plano exceder o valor presente das obrigações, um ativo é reconhecido, limitado aos direitos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

As estimativas atuariais são baseadas em premissas de natureza (i) demográfica: principalmente a tábua de mortalidade; e (ii) financeira: sendo a mais relevante a taxa de desconto nominal utilizada para determinar o valor presente das obrigações que considera os rendimentos de títulos públicos e o vencimento das respectivas obrigações.

As remensurações anuais dos planos são reconhecidas no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes.

Os principais julgamentos exercidos no cálculo da obrigação dos planos de benefícios pós-emprego são: seleção da tábua de mortalidade e da taxa de desconto.

XV - Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias são reconhecidas quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO espera receber em troca desses serviços. Os custos incrementais, quando materiais, são reconhecidos no ativo e apropriados no resultado conforme o prazo esperado do contrato.

As receitas dos serviços relacionados aos cartões de crédito, débito, conta corrente, pagamentos e recebimentos e assessoria econômica, financeira e corretagem são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de recursos, cobrança e custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos, à medida que os serviços são prestados.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerce julgamento para identificar se a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo da vida do contrato ou no momento em que o serviço é prestado.

Nota 3 - Desenvolvimento de Negócios

Avenue Holding Cayman Ltd

Em 08 de julho de 2022, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou contrato de compra e venda de ações com a Avenue Controle Cayman Ltd e outros acionistas vendedores para aquisição do controle da Avenue Holding Cayman Ltd (AVENUE). A compra será realizada em três etapas ao longo de 5 anos. Na primeira etapa, ocorrida em 31 de outubro de 2023, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada ITB Holding Brasil Participações Ltda. (ITB HOLDING), adquiriu 35% do capital da AVENUE. Na segunda etapa, realizada em 30 de janeiro de 2026, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de sua controlada ITB HOLDING, adquiriu 17,2% de participação adicional na AVENUE, pelo valor aproximado de R\$ 730 e passou a deter o controle com 50,1% do capital da AVENUE. E após 5 anos da primeira etapa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING poderá exercer uma opção de compra da participação remanescente.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram após as aprovações regulatórias necessárias.

Nota 4 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

A política contábil sobre Aplicações Interfinanceiras de Liquidez está apresentada na Nota 2c IV.

	30/06/2026	31/12/2025
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Aplicações no Mercado Aberto	237.046	269.780
Posição Bancada	81.241	17.152
Posição Financiada	75.030	174.390
Com Livre Movimentação	27.839	58.545
Sem Livre Movimentação	47.191	115.845
Posição Vendida	80.775	78.238
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	69.268	65.544
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	6.255	5.093
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(22)	(29)
Total	312.547	340.388
Circulante	303.206	333.330
Não Circulante	9.341	7.058

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estão classificadas no estágio 1.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é classificada como custo amortizado e composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada no montante de R\$ 38.185 (R\$ 22.486 em 31/12/2025), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 5.704 (R\$ 8.833 em 31/12/2025) sendo o valor justo dessas aplicações o total de R\$ 43.889 (R\$ 31.319 em 31/12/2025).

Nota 5 - Títulos e Valores Mobiliários

A política contábil sobre Títulos e Valores Mobiliários está apresentada na Nota 2c IV.

a) Resumo

	Nota	30/06/2026			31/12/2025	
		Valor Contábil Bruto	Perda de Crédito Esperada	Ajuste ao Valor Justo	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Ao Custo Amortizado (CA)	5b	168.519	(79)	-	168.440	136.461
Ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	5c	182.231	(421)	(2.964)	178.846	159.161
Designados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Designado VJORA)	5c	1.867	-	(1.019)	848	780
Ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	5d	653.358	(99)	(3.217)	650.042	607.526
Designados ao Valor Justo por Meio do Resultado (Designado VJR)	5d	26.635	(33)	66	26.668	21.488
Total		1.032.610	(632)	(7.134)	1.024.844	925.416
Total 31/12/2025		928.556	(736)	(2.404)	925.416	
Circulante					600.145	504.665
Não Circulante					424.699	420.751

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO avalia 27,3% (24,9% em 31/12/2025) da carteira como de baixo risco de crédito, principalmente Títulos Públicos - Brasil, e por essa razão não mantém provisão de perda de crédito esperada.

Os Títulos e Valores Mobiliários estão classificados: R\$ 389.943 no estágio 1, R\$ 445 no estágio 2 e R\$ 1.246 no estágio 3 (R\$ 325.585, R\$ 209 e R\$ 1.161 em 31/12/2025). As provisões para perda de crédito esperada dos Títulos e Valores Mobiliários estão classificadas: R\$ (107) no estágio 1, R\$ (76) no estágio 2 e R\$ (449) no estágio 3 (R\$ (105), R\$ (30) e R\$ (601) em 31/12/2025).

Do saldo total dos 3 estágios, R\$ 702 (R\$ 713 em 31/12/2025) são de operações renegociadas, das quais 100% (100% em 31/12/2025) referem-se a operações reestruturadas.

No período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO reconheceu R\$ 842 (R\$ 1.157 em 01/01 a 30/06/2025) de variação cambial no resultado, sem considerar os efeitos de proteção cambial.

		30/06/2026					31/12/2025			
Nota	Carteira Própria	Vinculados a					Recursos Garantidores	Total ⁽²⁾	Total ⁽²⁾	
		Compromissos de Recompra		Prestação de Garantias ⁽¹⁾	Banco Central do Brasil	Empréstimos				
		Sem Livre Movimentação	Livre Movimentação				Nota 10b			
Títulos Públicos		222.864	223.175	55.055	37.030	18.525	-	18.620	575.269	496.409
	Brasil	162.806	209.292	39.147	14.200	18.525	-	18.620	462.590	414.379
	América Latina	43.157	13.883	3.644	10.547	-	-	-	71.231	52.603
	Outros Países	16.901	-	12.264	12.283	-	-	-	41.448	29.427
Títulos Privados		33.823	845	1.963	10.029	-	-	289	46.949	44.664
	Cédula do Produtor Rural	790	-	-	491	-	-	-	1.281	165
	Certificados de Depósito Bancário	397	285	-	-	-	-	-	682	310
	Certificados de Recebíveis Imobiliários	5.070	512	-	-	-	-	-	5.582	5.586
	Debêntures	7.612	48	-	-	-	-	3	7.663	8.947
	Eurobonds e Assemelhados	12.221	-	1.963	9.538	-	-	-	23.722	20.856
	Letras Financeiras	542	-	-	-	-	-	172	714	770
	Notas Promissórias e Comerciais	20	-	-	-	-	-	-	20	19
	Outros	7.171	-	-	-	-	-	114	7.285	8.011
Ações		16.293	-	-	2.004	-	53	6	18.356	22.246
Fundos de Investimentos		27.299	-	-	100	-	-	78	27.477	27.353
Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (PGBL/VGBL)		-	-	-	-	-	-	357.425	357.425	335.480
Total		300.279	224.020	57.018	49.163	18.525	53	376.418	1.025.476	926.152
CA	5b	81.641	43.489	10.324	22.105	4.288	-	6.672	168.519	
VJORA e Designados VJORA	5c	82.018	44.091	21.311	9.296	14.232	-	9.167	180.115	
VJR e Designados VJR	5d	136.620	136.440	25.383	17.762	5	53	360.579	676.842	
Total 31/12/2025		355.614	104.629	45.114	48.170	17.306	23	355.296	926.152	
CA	5b	82.342	3.126	17.775	22.749	4.008	-	6.615	136.615	
VJORA e Designados VJORA	5c	96.934	21.515	10.804	8.978	13.298	-	8.891	160.420	
VJR e Designados VJR	5d	176.338	79.988	16.535	16.443	-	23	339.790	629.117	

1) Representam os Títulos Vinculados a saldos em Benefícios Pós-Emprego (Nota 22b), Bolsas e Câmaras de Liquidação e Custódia.

2) O saldo não contempla perda de crédito esperada.

b) Títulos e Valores Mobiliários ao Custo Amortizado (CA)

	30/06/2026	31/12/2025
	Valor Contábil Bruto	Valor Contábil Bruto
Títulos Públicos	121.567	93.503
Brasil	101.249	72.488
América Latina	4.803	5.974
Outros Países	15.515	15.041
Títulos Privados	27.143	23.778
Certificado de Depósito Bancário	95	63
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.606	4.700
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	15.389	11.983
Letras Financeiras	439	379
Outros	6.614	6.653
Fundos de Investimentos	19.809	19.334
Total	168.519	136.615
Perda de Crédito Esperada	(79)	(154)
Custo Amortizado	168.440	136.461
Circulante	38.424	39.445
Não Circulante	130.016	97.016

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por *Eurobonds* e Assemelhados no valor de R\$ 1.306 (R\$ 0 em 31/12/2025).

c) Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Contábil Bruto	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil Bruto	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo
Títulos Públicos	171.981	(2.725)	169.256	149.831	(1.513)	148.318
Brasil	113.891	(2.543)	111.348	110.710	(1.519)	109.191
América Latina	33.797	(109)	33.688	25.173	(30)	25.143
Outros Países	24.293	(73)	24.220	13.948	36	13.984
Títulos Privados	10.250	(660)	9.590	11.423	(580)	10.843
Cédula do Produtor Rural	1.020	(60)	960	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário	283	3	286	168	(1)	167
Certificado de Recebíveis Imobiliários	230	(9)	221	221	1	222
Debêntures	2.695	(222)	2.473	4.603	(171)	4.432
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	5.912	(347)	5.565	6.301	(410)	5.891
Letras Financeiras	4	-	4	5	-	5
Notas Promissórias e Comerciais	1	-	1	-	-	-
Outros	105	(25)	80	125	1	126
Total	182.231	(3.385)	178.846	161.254	(2.093)	159.161
Ações (Designadas ao VJORA)	1.867	(1.019)	848	1.840	(1.060)	780
Total	184.098	(4.404)	179.694	163.094	(3.153)	159.941
Perda de Crédito Esperada (Resultado)	(421)			(479)		
Ajustes ao Valor Justo (ORA)	(3.983)			(2.674)		
Valor Justo	179.694			159.941		
Circulante			45.550			39.775
Não Circulante			134.144			120.166

Em relação as ações designadas a VJORA, houve recebimento de dividendos no valor de R\$ 7 (R\$ 0 em 01/01 a 30/06/2025) e não houve alienação de ações no período.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por *Eurobonds* e Assemelhados no valor de R\$ 1.398 (R\$ 1.485 em 31/12/2025) e Letras Financeiras no valor de R\$ 33.606 (R\$ 26.097 em 31/12/2025).

d) Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)

	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor Contábil Bruto	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo	Valor Contábil Bruto	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo
Títulos Públicos	258.589	(845)	257.744	233.082	(5)	233.077
Brasil	250.916	(983)	249.933	226.596	65	226.661
América Latina	7.116	138	7.254	6.085	(70)	6.015
Outros Países	557	-	557	401	-	401
Títulos Privados	10.047	(350)	9.697	9.600	(116)	9.484
Cédula do Produtor Rural	337	(17)	320	165	-	165
Certificado de Depósito Bancário	302	(2)	300	80	-	80
Certificado de Recebíveis Imobiliários	783	(37)	746	669	(10)	659
Debêntures	5.257	(277)	4.980	4.422	(117)	4.305
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	2.510	(28)	2.482	2.644	(5)	2.639
Letras Financeiras	269	2	271	382	4	386
Notas Promissórias e Comerciais	19	-	19	19	-	19
Outros	570	9	579	1.219	12	1.231
Ações	19.513	(2.005)	17.508	21.116	350	21.466
Fundos de Investimentos	7.784	(116)	7.668	8.114	(95)	8.019
Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos (PGBL/VGBL)	357.425	-	357.425	335.480	-	335.480
Total	653.358	(3.316)	650.042	607.392	134	607.526
Títulos Públicos (Designados VJR)	26.635	33	26.668	21.455	33	21.488
Total	679.993	(3.283)	676.710	628.847	167	629.014
Perda de Crédito Esperada (Resultado)	(132)			(103)		
Ajuste ao Valor Justo (Resultado)	(3.151)			270		
Valor Justo	676.710			629.014		
Ativos Financeiros não sujeitos à Perda de Crédito Esperada	639.109	(2.808)	636.301	599.761	322	600.083
Ativos Financeiros sujeitos à Perda de Crédito Esperada	40.884	(475)	40.409	29.086	(155)	28.931
Circulante			516.171			425.446
Não Circulante			160.539			203.568

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a carteira é composta por Ações no valor de R\$ 12 (R\$ 12 em 31/12/2025), Cotas de Fundos de Renda Fixa no valor de R\$ 8.238 (R\$ 8.003 em 31/12/2025) e *Eurobonds* e Assemelhados no valor de R\$ 0 (R\$ 1.389 em 31/12/2025).

Nota 6 - Derivativos

A política contábil sobre Derivativos está apresentada na Nota 2c IV.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO negocia derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - São acordos para comprar ou vender instrumentos financeiros ou não financeiros em uma data futura a um preço fixo. Estes contratos podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega física. O valor nominal desses contratos representa o valor de face do instrumento associado.

Termo - São contratos a termo que envolvem a compra ou venda de instrumentos financeiros e não financeiros em uma data futura, a um preço contratado, e são liquidados com ou sem entrega do item subjacente em contrapartida de um valor financeiro. Inclui os contratos de câmbio que são termos de moedas.

Opções - São contratos que permitem ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito de comprar ou vender instrumentos financeiros ou não financeiros, a um preço fixo durante um prazo específico.

Swaps - São contratos para liquidar em dinheiro, em uma ou mais datas, o diferencial entre dois índices financeiros especificados, aplicados sobre um valor referencial de principal.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros que visam a transferência do risco de crédito:

- **Credit Default Swap (CDS):** São contratos cujo valor depende do risco de crédito de um ativo financeiro (entidade de referência), permitindo que o comprador da proteção transfira esse risco ao vendedor da proteção. O vendedor, em troca de um prêmio, assume a obrigação de realizar pagamentos quando ocorre um evento de crédito.

- **Total Return Swap (TRS):** São contratos nos quais as partes trocam o retorno total de um ativo ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos.

Mais informações sobre os parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos, podem ser consultadas na Nota 26.

a) Derivativos por prazo de vencimento e contraparte

Por Valor de Referência	30/06/2026							31/12/2025	
	Futuros	Termo	Opções	Swaps	NDF	Derivativos de Créditos	Outros	Total	Total
Faixas de Vencimento									
0 - 30	323.648	63.689	2.156.060	579.820	202.644	1.587	8.687	3.336.135	2.935.988
31 - 90	226.247	31.192	904.658	547.471	146.020	-	5.455	1.861.043	1.763.119
91 - 365	417.685	64.717	3.543.748	1.787.375	322.379	44.443	4.144	6.184.491	6.276.091
366 - 720	141.006	11.089	73.801	1.109.045	77.555	25.827	4.104	1.442.427	1.094.708
Acima de 720 dias	277.870	4.757	43.953	1.764.917	53.676	46.782	4.232	2.196.187	1.765.793
Total	1.386.456	175.444	6.722.220	5.788.628	802.274	118.639	26.622	15.020.283	13.835.699
Total 31/12/2025	1.316.911	170.359	6.824.202	4.603.623	794.087	115.272	11.245	13.835.699	
Contrapartes									
Bolsa	1.192.902	1.148	4.706.679	3.523.607	42.740	49.501	-	9.516.577	10.844.286
Balcão	193.554	174.296	2.015.541	2.265.021	759.534	69.138	26.622	5.503.706	2.991.413
Instituições Financeiras	5.736	143.910	94.096	1.598.649	445.501	69.138	6.220	2.363.250	2.265.335
Pessoas Jurídicas	187.818	30.222	1.916.629	626.610	311.360	-	20.402	3.093.041	682.800
Pessoas Físicas	-	164	4.816	39.762	2.673	-	-	47.415	43.278
Total	1.386.456	175.444	6.722.220	5.788.628	802.274	118.639	26.622	15.020.283	13.835.699
Total 31/12/2025	1.316.911	170.359	6.824.202	4.603.623	794.087	115.272	11.245	13.835.699	

Por Valor Justo - Ativo	30/06/2026							31/12/2025	
	Futuros	Termo	Opções	Swaps	NDF	Derivativos de Créditos	Outros	Total	Total
Faixas de Vencimento									
0 - 30	-	20.680	635	738	2.196	1	676	24.926	11.248
31 - 90	-	569	1.120	2.297	1.971	-	4	5.961	4.658
91 - 365	-	430	3.210	11.429	5.614	84	4	20.771	13.372
366 - 720	-	480	3.462	7.328	925	82	9	12.286	12.640
Acima de 720 dias	-	52	3.885	30.988	599	231	155	35.910	31.393
Total	-	22.211	12.312	52.780	11.305	398	848	99.854	73.311
Total 31/12/2025	-	4.577	11.669	47.184	8.351	615	915	73.311	
Contrapartes									
Bolsa	-	244	6.734	20.960	1.141	152	699	29.930	30.522
Balcão	-	21.967	5.578	31.820	10.164	246	149	69.924	42.789
Instituições Financeiras	-	21.021	2.933	18.980	5.173	246	147	48.500	29.103
Pessoas Jurídicas	-	945	2.525	12.189	4.938	-	2	20.599	12.873
Pessoas Físicas	-	1	120	651	53	-	-	825	813
Total	-	22.211	12.312	52.780	11.305	398	848	99.854	73.311
Total 31/12/2025	-	4.577	11.669	47.184	8.351	615	915	73.311	

Por Valor Justo - Passivo	30/06/2026							31/12/2025	
	Futuros	Termo	Opções	Swaps	NDF	Derivativos de Créditos	Outros	Total	Total
Faixas de Vencimento									
0 - 30	-	(21.775)	(620)	(1.303)	(2.393)	(6)	-	(26.097)	(11.702)
31 - 90	-	(597)	(948)	(1.028)	(2.135)	-	(20)	(4.728)	(4.413)
91 - 365	-	(368)	(2.593)	(8.596)	(6.616)	(15)	(23)	(18.211)	(12.639)
366 - 720	-	(130)	(1.763)	(7.595)	(1.306)	(27)	(7)	(10.828)	(12.022)
Acima de 720 dias	-	(61)	(2.750)	(28.362)	(846)	(227)	(134)	(32.380)	(29.142)
Total	-	(22.931)	(8.674)	(46.884)	(13.296)	(275)	(184)	(92.244)	(69.918)
Total 31/12/2025	-	(4.382)	(8.252)	(45.760)	(10.929)	(367)	(228)	(69.918)	
Contrapartes									
Bolsa	-	-	(3.071)	(19.601)	(1.740)	(196)	(28)	(24.636)	(25.931)
Balcão	-	(22.931)	(5.603)	(27.283)	(11.556)	(79)	(156)	(67.608)	(43.987)
Instituições Financeiras	-	(21.192)	(2.156)	(16.022)	(6.189)	(79)	(134)	(45.772)	(27.063)
Pessoas Jurídicas	-	(1.678)	(3.379)	(8.267)	(5.318)	-	(22)	(18.664)	(14.197)
Pessoas Físicas	-	(61)	(68)	(2.994)	(49)	-	-	(3.172)	(2.727)
Total	-	(22.931)	(8.674)	(46.884)	(13.296)	(275)	(184)	(92.244)	(69.918)
Total 31/12/2025	-	(4.382)	(8.252)	(45.760)	(10.929)	(367)	(228)	(69.918)	

O Risco de Crédito Próprio (DVA) foi de R\$ 16 (R\$ 19 em 31/12/2025) e é composto por derivativos.

O valor das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING foi de R\$ 16.154 (R\$ 14.190 em 31/12/2025), composto basicamente por recursos em espécie, ações e títulos públicos.

b) Derivativos por Indexador

	30/06/2026							31/12/2025	
	Futuros	Termo	Opções	Swaps	NDF	Derivativos de Crédito	Outros	Total	Total
Ações									
Valor de Referência	25.792	452	1.908.053	3.471	8.649	6.397	-	1.952.814	2.137.273
Valor Justo - Ativo	-	250	7.882	524	166	122	-	8.944	8.362
Valor Justo - Passivo	-	-	(5.778)	(1.296)	(76)	(9)	-	(7.159)	(6.275)
Commodities									
Valor de Referência	14.160	15	13.045	75	8.713	2	-	36.010	43.385
Valor Justo - Ativo	-	15	278	-	432	-	-	725	1.564
Valor Justo - Passivo	-	(11)	(187)	(1)	(251)	-	-	(450)	(1.103)
Juros									
Valor de Referência	1.289.462	20.380	4.626.297	5.742.900	1.192	112.232	6.220	11.798.683	10.455.023
Valor Justo - Ativo	-	20.394	1.152	51.136	36	276	170	73.164	49.336
Valor Justo - Passivo	-	(20.348)	(330)	(45.413)	(52)	(266)	(170)	(66.579)	(47.218)
Moeda Estrangeira									
Valor de Referência	57.042	154.597	174.825	42.182	783.720	8	20.402	1.232.776	1.200.018
Valor Justo - Ativo	-	1.552	3.000	1.120	10.671	-	678	17.021	14.049
Valor Justo - Passivo	-	(2.572)	(2.379)	(174)	(12.917)	-	(14)	(18.056)	(15.322)

c) Derivativos de Crédito

	30/06/2026			31/12/2025		
	Risco Recebido	Risco Transferido	Risco Líquido	Risco Recebido	Risco Transferido	Risco Líquido
Derivativos de Crédito						
CDS	(34.976)	27.572	(7.404)	(34.559)	28.141	(6.418)
TRS	(56.091)	-	(56.091)	(52.573)	-	(52.573)
Total	(91.067)	27.572	(63.495)	(87.132)	28.141	(58.991)

Nota 7 - Hedge Contábil

A política contábil sobre *Hedge* Contábil está apresentada na Nota 2c IV.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui uma estrutura de limites de risco aplicada a cada fator de risco, que tem como objetivo aprimorar o monitoramento e a compreensão dos riscos, além de evitar a sua concentração.

Na contabilidade de *hedge*, os grupos de fatores de risco abrangem:

- Taxa de Juros: Risco de perda nas operações sujeitas às variações de taxas de juros.
- Moeda: Risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial.

As estruturas designadas para os grupos de fatores de risco são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de *hedge* compatíveis. Por decisão da administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de *hedge*.

Os demais fatores de risco protegidos pela instituição são apresentados na Nota 26.

Para proteger os fluxos de caixa e o valor justo dos instrumentos designados como objeto de *hedge*, são utilizados derivativos e ativos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO gerencia o risco através da relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e objetos de *hedge*, esperando que esses instrumentos se movam em sentidos contrários e nas mesmas proporções, a fim de neutralizar os fatores de riscos.

Para as estratégias de portfólio, a relação de cobertura é frequentemente reestabelecida, uma vez que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo, refletindo as diretrizes de gerenciamento de risco aprovadas pela administração.

O índice de cobertura designado é sempre 100% do fator de risco elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*.

a) Resumos por Instrumento e Objeto de *Hedge*, Valor Nominal e Prazo de Vencimento

	30/06/2026			31/12/2025		
	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Ajuste ao Valor Justo	Valor Contábil Bruto	Valor Nominal	Ajuste ao Valor Justo	Valor Contábil Bruto
Hedge de Fluxo de Caixa	280.699	23	281.728	240.699	(112)	240.803
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	2.724	-	2.757	2.609	-	2.590
<i>Hedge</i> de Compromissadas Ativas	20.230	-	21.047	14.039	-	14.459
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em Unidade de Fomento	66.158	(12)	66.158	83.462	(126)	83.462
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	38.821	280	38.821	20.950	78	20.950
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	110.955	-	111.153	85.676	-	85.403
<i>Hedge</i> de Captações	40.910	(332)	40.910	32.753	(63)	32.753
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis ⁽¹⁾	901	87	882	1.210	(1)	1.186
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	29.660	(77)	28.775	29.033	41	27.551
<i>Hedge</i> de Investimento em Operação Líquida no Exterior	29.660	(77)	28.775	29.033	41	27.551
Hedge de Valor Justo	156.066	(525)	161.447	160.161	(665)	161.615
<i>Hedge</i> de Títulos Custo Amortizado	67.210	(618)	72.680	71.035	(778)	72.925
<i>Hedge</i> de Títulos VJORA	22.862	113	22.872	15.422	86	15.073
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	30.459	95	30.460	34.599	71	34.599
<i>Hedge</i> de Captações	35.535	(115)	35.435	39.075	(44)	38.990
<i>Hedge</i> de Compromissos Firmes ⁽¹⁾	-	-	-	30	-	28
Total	466.425	(579)	471.950	429.893	(736)	429.969

1) Referem-se aos valores designados aos objetos de *hedge* registrados *Off Balance*.

30/06/2026								
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
Hedge de Fluxo de Caixa	140.667	66.151	28.085	19.549	23.248	2.999	-	280.699
Hedge de Operações Ativas	-	-	2.162	562	-	-	-	2.724
Hedge de Compromissadas Ativas	-	5.339	7.727	6.418	746	-	-	20.230
Hedge de Ativos Denominados em Unidade de Fomento	47.452	12.529	3.046	-	3.131	-	-	66.158
Hedge de Operações de Crédito	15.694	8.516	1.608	4.458	8.545	-	-	38.821
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	65.476	26.118	11.211	2.109	3.533	2.508	-	110.955
Hedge de Captações	11.144	13.649	2.331	6.002	7.293	491	-	40.910
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis ⁽¹⁾	901	-	-	-	-	-	-	901
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	29.660	-	-	-	-	-	-	29.660
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior ⁽²⁾	29.660	-	-	-	-	-	-	29.660
Hedge de Valor Justo	50.193	34.004	26.196	5.093	17.156	19.470	3.954	156.066
Hedge de Títulos Custo Amortizado	7.626	12.667	11.911	2.496	13.130	16.495	2.885	67.210
Hedge de Títulos VJORA	9.854	5.995	3.323	-	1.066	1.761	863	22.862
Hedge de Operações de Crédito	13.749	7.781	6.071	964	836	1.058	-	30.459
Hedge de Captações	18.964	7.561	4.891	1.633	2.124	156	206	35.535
Total	220.520	100.155	54.281	24.642	40.404	22.469	3.954	466.425

31/12/2025								
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
Hedge de Fluxo de Caixa	151.954	40.224	17.515	11.116	13.883	6.007	-	240.699
Hedge de Operações Ativas	-	-	2.068	-	541	-	-	2.609
Hedge de Compromissadas Ativas	-	-	8.132	5.907	-	-	-	14.039
Hedge de Ativos Denominados em Unidade de Fomento	73.095	10.367	-	-	-	-	-	83.462
Hedge de Operações de Crédito	11.276	2.029	804	1.647	5.194	-	-	20.950
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	51.197	20.191	3.579	2.835	2.032	5.842	-	85.676
Hedge de Captações	15.176	7.637	2.932	727	6.116	165	-	32.753
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis ⁽¹⁾	1.210	-	-	-	-	-	-	1.210
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior	29.033	-	-	-	-	-	-	29.033
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior ⁽²⁾	29.033	-	-	-	-	-	-	29.033
Hedge de Valor Justo	56.922	25.728	27.560	14.035	9.295	21.670	4.951	160.161
Hedge de Títulos Custo Amortizado	10.207	9.412	16.532	6.416	5.369	19.759	3.340	71.035
Hedge de Títulos VJORA	11.438	130	1.390	98	728	688	950	15.422
Hedge de Operações de Crédito	13.600	7.890	5.988	4.507	1.411	882	321	34.599
Hedge de Captações	21.647	8.296	3.650	3.014	1.787	341	340	39.075
Hedge de Compromissos Firmes ⁽¹⁾	30	-	-	-	-	-	-	30
Total	237.909	65.952	45.075	25.151	23.178	27.677	4.951	429.893

1) Referem-se aos valores designados aos objetos de *hedge* registrados *Off Balance*.

2) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

b) *Hedge* de Fluxo de Caixa

Estratégias utilizadas para gerenciar a variação:

- No fluxo de caixa de pagamento de juros utilizando contratos futuros: *Hedge* de Operações Ativas (DI); *Hedge* de Operações Compromissadas Ativas (Selic); *Hedge* de Depósitos a Prazo e Operações Compromissadas (DI).
- No fluxo de caixa de pagamento de juros utilizando contratos de *Swap*: *Hedge* de Ativos Denominados em Unidade de Fomento (UF); *Hedge* de Operações de Crédito (Taxa de Política Monetária -TPM); *Hedge* de Captações (TPM).
- No valor de compromissos assumidos, causado pelas variações nas taxas de câmbio: *Hedge* de Transações Previstas Altamente Prováveis (Moeda Estrangeira), não reconhecidas no Balanço Patrimonial.

		30/06/2026					
Estratégias	Rubrica	Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge			
		Valor Contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Hedge de Operações Ativas	Operações com Característica de Concessão de Crédito	2.757	-	(38)	(47)	2.724	(38)
Hedge de Compromissadas Ativas	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.047	-	(416)	(725)	20.230	(416)
Hedge de Ativos Denominados em Unidade de Fomento	Titulos e Valores Mobiliários	66.158	-	204	204	66.158	204
Hedge de Operações de Crédito	Operações de Crédito, Arrendamento e Outros Créditos	38.821	-	203	236	38.821	203
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Captações no Mercado Aberto e Depósitos	-	111.153	198	321	110.955	198
Hedge de Captações	Depósitos	-	38.505	(174)	(161)	38.505	(174)
Risco Cambial							
Hedge de Captações	Depósitos	-	2.405	(3)	(3)	2.405	(3)
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis ⁽¹⁾		91	791	20	116	901	20
Total		128.874	152.854	(6)	(59)	280.699	(6)

		31/12/2025					
Estratégias	Rubrica	Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge			
		Valor Contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	Valor Nominal	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Hedge de Operações Ativas	Operações com Característica de Concessão de Crédito	2.590	-	9	(5)	2.609	9
Hedge de Compromissadas Ativas	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.459	-	(186)	(875)	14.039	(187)
Hedge de Ativos Denominados em Unidade de Fomento	Titulos e Valores Mobiliários	83.462	-	57	56	83.462	57
Hedge de Operações de Crédito	Operações de Crédito, Arrendamento e Outros Créditos	20.950	-	54	106	20.950	55
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Captações no Mercado Aberto e Depósitos	-	85.403	(273)	(8)	85.676	(273)
Hedge de Captações	Depósitos	-	30.935	(41)	(65)	30.935	(41)
Risco Cambial							
Hedge de Captações	Depósitos	-	1.818	28	28	1.818	28
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis ⁽¹⁾		200	986	20	124	1.210	20
Total		121.661	119.142	(332)	(639)	240.699	(332)

1) Referem-se aos valores designados aos objetos de hedge registados Off Balance.

Os hedges de operações ativas, compromissadas ativas e depósitos e operações compromissadas são estratégias de portfólio.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	30/06/2026						
	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade do <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Futuros	133.909	-	-	(256)	(256)	-	(175)
Termo	59.642	-	11	184	184	-	-
<i>Swaps</i>	83.842	406	177	49	49	-	15
Risco Cambial							
Futuros	672	-	-	19	19	-	(1)
Termo	2.634	90	285	(2)	(2)	-	-
Total	280.699	496	473	(6)	(6)	-	(161)

31/12/2025							
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade do <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Futuros	102.324	-	-	(450)	(450)	-	(152)
Termo	72.802	-	110	50	50	-	(29)
<i>Swaps</i>	62.545	141	69	21	21	-	18
Risco Cambial							
Futuros	834	-	-	23	23	-	(2)
Termo	2.194	-	74	24	24	-	-
Total	240.699	141	253	(332)	(332)	-	(165)

1) Valores registrados na rubrica Derivativos.

c) Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

As estratégias têm como objetivo reduzir a exposição à variação cambial decorrente de investimentos no exterior em moeda estrangeira diferente da moeda funcional da matriz.

Estratégias	30/06/2026					
	Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge			
	Valor Contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos				
Risco Cambial						
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior ⁽¹⁾	28.775	-	(11.816)	(11.816)	29.660	(11.897)
Total	28.775	-	(11.816)	(11.816)	29.660	(11.897)

Estratégias	31/12/2025					
	Objetos de Hedge		Instrumentos de Hedge			
	Valor Contábil		Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira	Valor Nominal	Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do Hedge
	Ativos	Passivos				
Risco Cambial						
Hedge de Investimento em Operação Líquida no Exterior ⁽¹⁾	27.551	-	(13.583)	(13.583)	29.033	(13.660)
Total	27.551	-	(13.583)	(13.583)	29.033	(13.660)

1) Os instrumentos de *hedges* consideram a posição bruta de impostos.

30/06/2026							
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco Cambial							
Futuro	16.141	-	-	(4.122)	(4.081)	(41)	-
Futuro / NDF	8.105	-	52	(6.373)	(6.271)	(102)	-
Futuro / Ativos Financeiros	5.414	-	25	(1.402)	(1.464)	62	-
Total	29.660	-	77	(11.897)	(11.816)	(81)	-

31/12/2025							
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Variação no Valor Reconhecida em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco Cambial							
Futuro	12.285	-	-	(4.807)	(4.766)	(41)	-
Futuro / NDF	9.245	84	-	(6.875)	(6.774)	(101)	-
Futuro / Ativos Financeiros	7.503	-	43	(1.978)	(2.043)	65	-
Total	29.033	84	43	(13.660)	(13.583)	(77)	-

1) Registrado na rubrica Derivativos.

d) *Hedge* de Valor Justo

Estratégias utilizadas para mitigar a exposição à variação de risco de valor justo em recebimentos de juros e às oscilações nas taxas de câmbio futuras, atribuíveis a alterações nas taxas de juros e de câmbio relativas a ativos e passivos reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza contratos de *Swap* de taxa de juros e futuros de moeda para proteger a variação no risco de valor justo no recebimento e pagamento de juros e as exposições de taxa de câmbio futuro.

Os objetos de *hedge* são os ativos e passivos prefixados denominados em unidade de fomento, taxa fixa, em reais e/ou moedas estrangeiras.

Estratégias	30/06/2026					
	Objetos de <i>Hedge</i>					Instrumentos de <i>Hedge</i>
	Valor Contábil ⁽¹⁾		Valor Justo		Variação no Valor Justo Reconhecida no Resultado	Valor Nominal
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>
Risco de Taxa de Juros						
<i>Hedge</i> de Títulos Custo Amortizado	72.680	-	70.892	-	(1.788)	67.210
<i>Hedge</i> de Títulos VJORA	22.872	-	22.675	-	(197)	22.862
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	30.460	-	30.649	-	189	30.459
<i>Hedge</i> de Captações	-	35.435	-	35.447	(12)	35.535
Total	126.012	35.435	124.216	35.447	(1.808)	156.066

Estratégias	31/12/2025					
	Objetos de <i>Hedge</i>					Instrumentos de <i>Hedge</i>
	Valor Contábil ⁽¹⁾		Valor Justo		Variação no Valor Justo Reconhecida no Resultado	Valor Nominal
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>
Risco de Taxa de Juros						
<i>Hedge</i> de Títulos Custo Amortizado	72.925	-	72.954	-	29	71.035
<i>Hedge</i> de Títulos VJORA	15.073	-	15.017	-	(56)	15.422
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	34.599	-	34.858	-	259	34.599
<i>Hedge</i> de Captações	-	38.990	-	39.191	(201)	39.075
Risco Cambial						
<i>Hedge</i> de Compromissos Firmes	-	28	-	38	(10)	30
Total	122.597	39.018	122.829	39.229	21	160.161

1) Valores registrados na rubrica de Depósitos, Títulos e Valores Mobiliários e Operações com Característica de Concessão de Crédito.

Os *Hedges* de Operações de Crédito são estratégias de portfólio.

O valor acumulado remanescente dos ajustes de *hedge* de valor justo para itens que deixaram de ser protegidos é de R\$ 3.050 (R\$ 4.005 em 31/12/2025), com efeito no resultado de R\$ 637 (R\$ 1.491 em 01/01 a 30/06/2025).

30/06/2026					
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Inefetividade do <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
<i>Swaps</i>	106.102	327	852	190	(9)
Futuros	49.964	-	-	1.619	10
Total	156.066	327	852	1.809	1

31/12/2025					
Instrumentos de <i>Hedge</i>	Valor Nominal	Valor Contábil ⁽¹⁾		Variação no Valor Justo Utilizada para Calcular a Inefetividade do <i>Hedge</i>	Inefetividade do <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
<i>Swaps</i>	109.027	385	1.050	(395)	(11)
Futuros	51.104	-	-	356	3
Risco Cambial					
Futuros	30	-	-	10	-
Total	160.161	385	1.050	(29)	(8)

1) Registrado na rubrica Derivativos.

Nota 8 - Operações com Característica de Concessão de Crédito

A política contábil sobre Operações com Característica de Concessão de Crédito, que contempla Operações de Crédito, Arrendamento, Outros Créditos e Títulos e Valores Mobiliários, está apresentada na Nota 2c IV.

a) Composição da Carteira de Operações com Característica de Concessão de Crédito e Arrendamento

Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro, por tipo	30/06/2026	31/12/2025
	Valor Contábil Bruto	Valor Contábil Bruto
Pessoas Físicas	486.190	473.397
Cartão de Crédito	150.432	153.527
Crédito Pessoal	67.208	66.499
Crédito Consignado	81.332	75.319
Veículos	35.055	36.303
Crédito Imobiliário	152.163	141.749
Pessoas Jurídicas	575.821	577.711
Grandes Empresas	325.115	335.095
Micro / Pequenas e Médias Empresas	250.706	242.616
Unidades Externas América Latina	224.693	230.330
Total	1.286.704	1.281.438
Perda de Crédito Esperada	(54.449)	(53.289)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Financeiro, líquido de Perda de Crédito Esperada	1.232.255	1.228.149
Circulante	676.673	677.067
Não circulante	555.582	551.082

A Provisão para Perda de Crédito Esperada contempla R\$ (2.531) (R\$ (1.794) em 31/12/2025) referente a operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar.

No período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO reconheceu R\$ (1.061) (R\$ (5.035) em 01/01 a 30/06/2025) de variação cambial no resultado, sem considerar os efeitos de proteção cambial.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2026	31/12/2025
	Valor Contábil Bruto	Valor Contábil Bruto
Pessoas Físicas	163.012	166.306
Cartão de Crédito	122.323	124.353
Crédito Pessoal	5.693	5.786
Veículos	34.996	36.167
Pessoas Jurídicas	23.364	23.434
Grandes Empresas	464	479
Micro / Pequenas e Médias Empresas	22.900	22.955
Total	186.376	189.740
Perda de Crédito Esperada	(13.819)	(13.812)
Total	172.557	175.928
Circulante	139.706	141.122
Não circulante	32.851	34.806

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a Provisão para Perda de Crédito Esperada contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (320) (R\$ (142) em 31/12/2025).

b) Valor contábil bruto por estágios

Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	410.977	(17.727)	(2.075)	6.531	274	23.413	-	421.393
Pessoas Jurídicas	548.702	(7.170)	(3.336)	1.239	54	2.772	-	542.261
Unidades Externas América Latina	210.992	(5.360)	(502)	2.960	282	(1.847)	-	206.525
Total	1.170.671	(30.257)	(5.913)	10.730	610	24.338	-	1.170.179
Total 01/01 a 31/12/2025	1.098.610	(52.945)	(7.646)	19.288	1.350	112.014	-	1.170.671

Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	34.870	(6.531)	(7.804)	17.727	1.462	(3.534)	-	36.190
Pessoas Jurídicas	14.170	(1.239)	(5.022)	7.170	191	(876)	-	14.394
Unidades Externas América Latina	10.328	(2.960)	(1.808)	5.360	524	(1.409)	-	10.035
Total	59.368	(10.730)	(14.634)	30.257	2.177	(5.819)	-	60.619
Total 01/01 a 31/12/2025	56.770	(19.288)	(24.884)	52.945	4.831	(11.006)	-	59.368

Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	27.550	(274)	(1.462)	2.075	7.804	7.378	(14.464)	28.607
Pessoas Jurídicas	14.839	(54)	(191)	3.336	5.022	(681)	(3.105)	19.166
Unidades Externas América Latina	9.010	(282)	(524)	502	1.808	(553)	(1.828)	8.133
Total	51.399	(610)	(2.177)	5.913	14.634	6.144	(19.397)	55.906
Total 01/01 a 31/12/2025	55.238	(1.350)	(4.831)	7.646	24.884	5.513	(35.701)	51.399

1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

Total dos 3 Estágios	Saldo em 31/12/2025	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	473.397	27.257	(14.464)	486.190
Pessoas Jurídicas	577.711	1.215	(3.105)	575.821
Unidades Externas América Latina	230.330	(3.809)	(1.828)	224.693
Total	1.281.438	24.663	(19.397)	1.286.704
Total 01/01 a 31/12/2025	1.210.618	106.521	(35.701)	1.281.438

Do saldo total dos 3 estágios, R\$ 36.305 (R\$ 35.108 em 31/12/2025) são operações renegociadas das quais 52,2% (52,1% em 31/12/2025) referem-se às operações reestruturadas.

No período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO renegociou R\$ 961 (R\$ 1.559 em 31/12/2025) de ativos financeiros baixados anteriormente, sendo constituído R\$ (961) (R\$ (1.559) em 31/12/2025) de provisão para perda de crédito esperada.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	143.226	(5.655)	(561)	1.966	25	845	-	139.846
Pessoas Jurídicas	22.024	(357)	(106)	154	11	205	-	21.931
Total	165.250	(6.012)	(667)	2.120	36	1.050	-	161.777
Total 01/01 a 31/12/2025	146.082	(12.105)	(1.091)	4.105	78	28.181	-	165.250

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	12.494	(1.966)	(2.031)	5.655	519	(2.255)	-	12.416
Pessoas Jurídicas	708	(154)	(184)	357	10	(126)	-	611
Total	13.202	(2.120)	(2.215)	6.012	529	(2.381)	-	13.027
Total 01/01 a 31/12/2025	12.052	(4.105)	(4.120)	12.105	1.175	(3.905)	-	13.202

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	10.586	(25)	(519)	561	2.031	4.424	(6.308)	10.750
Pessoas Jurídicas	702	(11)	(10)	106	184	108	(257)	822
Total	11.288	(36)	(529)	667	2.215	4.532	(6.565)	11.572
Total 01/01 a 31/12/2025	9.650	(78)	(1.175)	1.091	4.120	9.124	(11.444)	11.288

1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Total dos 3 Estágios	Saldo em 31/12/2025	Aquisição / (Liquidação)	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	166.306	3.014	(6.308)	163.012
Pessoas Jurídicas	23.434	187	(257)	23.364
Total	189.740	3.201	(6.565)	186.376
Total 01/01 a 31/12/2025	167.784	33.400	(11.444)	189.740

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, do saldo total dos 3 estágios, R\$ 6.555 (R\$ 6.716 em 31/12/2025) são operações renegociadas das quais 65% (65% em 31/12/2025) referem-se às operações reestruturadas.

c) Perda de Crédito Esperada por estágios

Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	(6.396)	832	72	(1.095)	(103)	582	-	(6.108)
Pessoas Jurídicas	(1.824)	158	58	(179)	(24)	15	-	(1.796)
Unidades Externas América Latina	(1.845)	203	33	(430)	(98)	447	-	(1.690)
Total	(10.065)	1.193	163	(1.704)	(225)	1.044	-	(9.594)
Total 01/01 a 31/12/2025	(10.295)	2.710	345	(3.304)	(350)	829	-	(10.065)

Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	(Constituição) / Reversão	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	(9.173)	1.095	3.765	(832)	(787)	(3.505)	-	(9.437)
Pessoas Jurídicas	(3.252)	179	1.618	(158)	(142)	(1.213)	-	(2.968)
Unidades Externas América Latina	(1.533)	430	470	(203)	(124)	(535)	-	(1.495)
Total	(13.958)	1.704	5.853	(1.193)	(1.053)	(5.253)	-	(13.900)
Total 01/01 a 31/12/2025	(13.192)	3.304	9.593	(2.710)	(2.300)	(8.653)	-	(13.958)

Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	(Constituição) / Reversão	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	(16.434)	103	787	(72)	(3.765)	(11.951)	14.464	(16.868)
Pessoas Jurídicas	(9.353)	24	142	(58)	(1.618)	(3.171)	3.105	(10.929)
Unidades Externas América Latina	(3.479)	98	124	(33)	(470)	(1.226)	1.828	(3.158)
Total	(29.266)	225	1.053	(163)	(5.853)	(16.348)	19.397	(30.955)
Total 01/01 a 31/12/2025	(31.037)	350	2.300	(345)	(9.593)	(26.642)	35.701	(29.266)

1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

Total dos 3 Estágios	Saldo em 31/12/2025	(Constituição) / Reversão	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	(32.003)	(14.874)	14.464	(32.413)
Pessoas Jurídicas	(14.429)	(4.369)	3.105	(15.693)
Unidades Externas América Latina	(6.857)	(1.314)	1.828	(6.343)
Total	(53.289)	(20.557)	19.397	(54.449)
Total 01/01 a 31/12/2025	(54.524)	(34.466)	35.701	(53.289)

O saldo consolidado dos 3 Estágios contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (2.531) (R\$ (1.794) em 31/12/2025).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3 ⁽¹⁾	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	(2.583)	275	21	(441)	(12)	336	-	(2.404)
Pessoas Jurídicas	(240)	13	3	(33)	(2)	57	-	(202)
Total	(2.823)	288	24	(474)	(14)	393	-	(2.606)
Total 01/01 a 31/12/2025	(2.451)	705	51	(936)	(33)	(159)	-	(2.823)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Constituição/ (Reversão)	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	(3.716)	441	794	(275)	(287)	(659)	-	(3.702)
Pessoas Jurídicas	(181)	33	59	(13)	(8)	(67)	-	(177)
Total	(3.897)	474	853	(288)	(295)	(726)	-	(3.879)
Total 01/01 a 31/12/2025	(3.324)	936	1.468	(705)	(628)	(1.644)	-	(3.897)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Constituição/ (Reversão)	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	(6.662)	12	287	(21)	(794)	(5.994)	6.308	(6.864)
Pessoas Jurídicas	(430)	2	8	(3)	(59)	(245)	257	(470)
Total	(7.092)	14	295	(24)	(853)	(6.239)	6.565	(7.334)
Total 01/01 a 31/12/2025	(5.903)	33	628	(51)	(1.468)	(11.775)	11.444	(7.092)

1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, parte representativa delas passaram antes pelo estágio 2.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING - Total dos 3 Estágios	Saldo em 31/12/2025	Constituição/ (Reversão)	Write Off	Saldo em 30/06/2026
Pessoas Físicas	(12.961)	(6.317)	6.308	(12.970)
Pessoas Jurídicas	(851)	(255)	257	(849)
Total	(13.812)	(6.572)	6.565	(13.819)
Total 01/01 a 31/12/2025	(11.678)	(13.578)	11.444	(13.812)

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o saldo consolidado dos 3 Estágios contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras, Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar de R\$ (320) (R\$ (142) em 31/12/2025).

d) Bens Retomados

A política contábil sobre bens destinados à venda está apresentada na Nota 2c V.

Os bens retomados destinados à venda contêm, principalmente, imóveis e sua venda contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado. O saldo dos bens retomados é de R\$ 598 (R\$ 732 em 31/12/2025).

e) Operações Vinculadas e Transferência de Ativos Financeiros

Vinculadas e Com Coobrigação	30/06/2026		01/01 a 30/06/2026	31/12/2025		01/01 a 30/06/2025
	Valor Contábil Bruto		Resultado	Valor Contábil Bruto		Resultado
	Ativo	Passivo		Ativo	Passivo	
Operações Ativas Vinculadas	10.826	10.863	(13)	9.167	9.191	(10)
Operações de Crédito	10.826	-	(259)	9.167	-	(933)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	10.863	246	-	9.191	923
Transferência de Ativos Financeiros	171	170	-	199	199	-
Total	10.997	11.033	(13)	9.366	9.390	(10)

Sem coobrigação	01/01 a 30/06/2026		Resultado	01/01 a 30/06/2025		Resultado
	Carteira Transferida			Carteira Transferida		
Operações de Crédito e Outros Créditos	3.648		(24)	6.172		26
Operações baixadas (WO)	3.384		95	1.765		66
Total	7.032		71	7.937		92

f) Exigibilidade de Crédito Rural

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza o atendimento da Exigibilidade do Crédito Rural por meio de operações de empréstimos, emissões de títulos e aplicações em instrumentos financeiros, sendo o saldo total dos recursos obrigatórios de R\$ 15.137 (R\$ 15.273 em 31/12/2025) e a exigibilidade de aplicação de R\$ 15.224 (R\$ 14.975 em 31/12/2025), que representa 99% (102% em 31/12/2025). Os custos para atendimento do normativo foram de R\$ 51 (R\$ 182 em 31/12/2025).

g) Operações de Arrendamento - Arrendador

Os arrendamentos estão compostos por veículos, máquinas, equipamentos e imóveis no Brasil e no Exterior. A análise de vencimento da carteira é apresentada abaixo:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Pagamentos a receber	Rendas a Apropriar	Valor Presente	Pagamentos a receber	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	2.556	(645)	1.911	2.618	(612)	2.006
Não Circulante	8.616	(2.453)	6.163	8.799	(2.420)	6.379
De 1 a 2 anos	1.958	(490)	1.468	2.023	(484)	1.539
De 2 a 3 anos	1.503	(377)	1.126	1.495	(371)	1.124
De 3 a 4 anos	1.230	(288)	942	1.254	(288)	966
De 4 a 5 anos	732	(227)	505	755	(223)	532
Acima de 5 anos	3.193	(1.071)	2.122	3.272	(1.054)	2.218
Total	11.172	(3.098)	8.074	11.417	(3.032)	8.385

As receitas de arrendamentos foram de R\$ 399 (R\$ 405 em 01/01 a 30/06/2025).

Nota 9 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Financeiros		68.326	61.614
Negociação e Intermediação de Valores		26.769	24.085
Depósitos em Garantia - Contingências, Provisões e Obrigações Legais	11d	13.886	13.497
Operações sem Características de Concessão de Crédito, líquidas de provisão		13.467	11.683
Rendas a Receber		4.265	4.206
Valores Líquidos a Receber de Reembolso de Provisões	11c	375	387
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros		4.241	3.188
Outros Ativos Financeiros		5.323	4.568
Não Financeiros		20.349	18.232
Diversos no País		6.801	3.817
Diversos no Exterior		695	770
Despesas Antecipadas		5.927	5.740
Ativos Atuariais de Planos de Benefícios Pós-Emprego	22e	246	256
Outros Ativos Não Financeiros		5.360	6.533
Outros		1.320	1.116
Total		88.675	79.846
Circulante		64.112	61.004
Não Circulante		24.563	18.842

b) Outros Passivos

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Financeiros		154.023	135.418
Transações de Pagamento		90.232	88.789
Negociação e Intermediação de Valores		52.298	38.444
Obrigações de Arrendamento		1.038	578
Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	8e	170	199
Recursos a Liberar		7.964	4.185
Outros Passivos		2.321	3.223
Não Financeiros		50.893	39.734
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		11.697	590
Sociais e Estatutárias		12.528	12.221
Diversos no País		5.276	5.830
Diversos no Exterior		4.754	6.373
Provisão de Pessoal		3.520	2.892
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento		3.363	2.455
Provisão para Pagamentos Diversos		2.526	2.572
Passivos de Planos de Benefícios Pós-Emprego	22e	2.203	2.273
Rendas Antecipadas		3.313	3.231
Outros		1.713	1.297
Total		204.916	175.152
Circulante		194.954	167.920
Não Circulante		9.962	7.232

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Outros Passivos são representados, basicamente, por Valores a Pagar a Sociedades Ligadas no montante de R\$ 40.703 (R\$ 39.330 em 31/12/2025).

Nota 10 - Operações de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

A política contábil sobre operações de seguros, previdência privada e capitalização está apresentada na Nota 2c XI.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, as provisões técnicas visam reduzir os riscos envolvidos nos contratos de Seguros, Previdência Privada e Capitalização e são calculadas de acordo com as Notas Técnicas aprovadas pela SUSEP.

I – Seguros e Previdência Privada:

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** - constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*.

- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, quando aplicável. Abrange valores relativos às indenizações e benefícios, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.

- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. Abrange valores relativos a indenizações, benefícios e rendas considerando os montantes referentes às ações judiciais.

- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** - constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro, quando previsto em contrato. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios, contribuições ou fundos, às portabilidades a regularizar, aos prêmios recebidos e não cotizados, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a coberturas por sobrevivência.
- **Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Repartição Simples (PDR) e Provisão de Despesas Relacionadas a Produtos Estruturados em Regime Financeiro de Capitalização ou Repartição de Capitais por Cobertura (PDC)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer, sendo segregadas conforme o regime financeiro do produto.

II – Capitalização:

- **Provisão Matemática para Capitalização (PMC)** - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização.
- **Provisão para Resgate (PR)** - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.
- **Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)** - constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.
- **Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)** - constituída a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.
- **Provisão Complementar de Sorteios (PCS)** - constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar. Utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar.

a) Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Capitalização		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Prêmios não Ganhos (PPNG)	6.353	5.465	10	10	-	-	6.363	5.475
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	18	17	369.941	347.593	-	-	369.959	347.610
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	131	82	796	766	-	-	927	848
Excedente Financeiro (PEF)	-	-	661	669	-	-	661	669
Sinistros a Liquidar (PSL)	544	474	16	13	-	-	560	487
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	401	425	21	24	-	-	422	449
Despesas Relacionadas (PDR/PDC)	30	30	59	61	-	-	89	91
Matemática para Capitalização (PMC) e Resgates (PR)	-	-	-	-	5.015	4.828	5.015	4.828
Sorteios a Pagar (PSP) e a Realizar (PSR)	-	-	-	-	13	10	13	10
Outras Provisões	155	150	-	-	-	-	155	150
Total Provisões Técnicas (a)	7.632	6.643	371.504	349.136	5.028	4.838	384.164	360.617
Circulante	5.148	4.691	828	796	5.028	4.838	11.004	10.325
Não Circulante	2.484	1.952	370.676	348.340	-	-	373.160	350.292

b) Recursos Garantidores das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Capitalização		Total	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.075	1.734	896	755	3.284	2.604	6.255	5.093
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	1.894	2.786	372.229	349.737	2.295	2.773	376.418	355.296
Cotas de Fundos de PGBL / VGBL ⁽¹⁾	-	-	357.425	335.480	-	-	357.425	335.480
Outros Títulos Públicos e Privados	1.894	2.786	14.804	14.257	2.295	2.773	18.993	19.816
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros ⁽²⁾	4.193	3.073	246	102	-	-	4.439	3.175
Direitos Creditórios	3.625	2.722	-	-	-	-	3.625	2.722
Outros Créditos	568	351	246	102	-	-	814	453
Total Recursos Garantidores (b)	8.162	7.593	373.371	350.594	5.579	5.377	387.112	363.564
Total Cobertura Excedente (b-a)	530	950	1.867	1.458	551	539	2.948	2.947

1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Título e Valores Mobiliários - VJR, tendo como contrapartida no Passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência (nota 10a).

2) Registrado em Outros Ativos.

Nota 11 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

A política contábil sobre provisões, ativos e passivos contingentes está apresentada na Nota 2c XII.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são de longo prazo, e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, além dos destacados no decorrer desta nota, que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, apesar de ter observado as regras vigentes à época, figura como réu em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Em relação a essas ações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do BACEN, poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e os poupadores puderam aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses.

Em razão do encerramento desse prazo, as partes assinaram um aditivo ao instrumento de acordo para prorrogar o período de adesão e, assim, contemplar um número maior de poupadores e, conseqüentemente, aumentar o encerramento das ações judiciais. Em maio de 2020, o STF homologou esse aditivo e concedeu o prazo de 30 meses para novas adesões, prorrogado posteriormente por mais 30 meses, condicionado à prestação de contas da quantidade de adesões ao longo do primeiro período.

Em maio de 2025, o STF por unanimidade declarou a constitucionalidade dos planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991) e reafirmou a homologação do acordo coletivo. Em decorrência dessa decisão, foi prorrogado o prazo para adesão por mais 24 meses.

Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros.

Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) cedidos.

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas e Outros Riscos

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros riscos:

	Nota	30/06/2026				31/12/2025
		Cíveis	Trabalhistas	Outros Riscos	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01		3.152	8.846	1.393	13.391	12.486
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	2c XII	(197)	(565)	-	(762)	(840)
Subtotal		2.955	8.281	1.393	12.629	11.646
Atualização / Encargos		77	298	-	375	693
Movimentação do Período Refletida no Resultado		712	1.976	(4)	2.684	4.926
Constituição		984	2.194	1	3.179	6.278
Reversão		(272)	(218)	(5)	(495)	(1.352)
Pagamento / Transferência		(740)	(1.357)	11	(2.086)	(4.636)
Subtotal		3.004	9.198	1.400	13.602	12.629
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	2c XII	197	519	-	716	762
Saldo Final		3.201	9.717	1.400	14.318	13.391
Circulante		1.591	3.184	421	5.196	5.297
Não Circulante		1.610	6.533	979	9.122	8.094

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

As provisões fiscais e previdenciárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos, quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	Nota	30/06/2026			31/12/2025
		Obrigação Legal - Nota 20c	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01		1.942	2.458	4.400	6.723
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	2c XII	-	(87)	(87)	(83)
Subtotal		1.942	2.371	4.313	6.640
Atualização / Encargos ⁽¹⁾		52	73	125	929
Movimentação do Período Refletida no Resultado		(132)	3	(129)	(1.293)
Constituição		-	29	29	579
Reversão		(132)	(26)	(158)	(1.872)
Pagamento		(7)	(47)	(54)	(1.963)
Subtotal		1.855	2.400	4.255	4.313
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	2c XII	-	89	89	87
Saldo Final		1.855	2.489	4.344	4.400
Circulante		-	-	-	-
Não Circulante		1.855	2.489	4.344	4.400

1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Operacionais e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

A principais discussões relacionadas a Ações Fiscais e Previdenciárias estão descritas a seguir:

- ISS sobre receitas de atividade bancária – R\$ 507: Discute-se a exigência, por vários municípios, do ISS sobre diversas receitas decorrentes de atividades bancárias que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

- Remuneração variável de administradores – R\$ 426: Discute-se a dedutibilidade na apuração do lucro real da remuneração variável em espécie dos administradores na apuração do imposto de renda, em razão de restrição indevida da Receita Federal do Brasil. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 498.

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 4.393 (R\$ 4.043 em 31/12/2025), sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em Entidades Controladas em Conjunto.

Para as Ações Trabalhistas de perda possível, o risco estimado é de R\$ 1.208 (R\$ 1.236 em 31/12/2025).

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 42.873 (R\$ 42.145 em 31/12/2025), sendo as principais discussões descritas a seguir:

- ISS – Atividades Bancárias/Estabelecimento Prestador – R\$ 9.651: discute-se a incidência e/ou local do recolhimento de ISS para determinadas receitas bancárias.

- IRPJ e CSLL – Glosa de Prejuízos – R\$ 6.049: autuações lavradas para a cobrança de IRPJ e CSLL por suposta insuficiência de saldos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL compensados na apuração desses tributos, por entender a Receita Federal que diversos processos administrativos e judiciais, que ainda não transitaram em julgado, impactariam os referidos saldos de maneira definitiva.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Despesas de Captação – R\$ 6.019: discute-se a dedutibilidade de despesas de captação (DI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas do grupo.

- IRPJ e CSLL - Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito – R\$ 3.825: autuações lavradas para exigência de IRPJ e de CSLL pela suposta inobservância dos critérios legais para a dedução de perdas no recebimento de créditos.

- CSLL, PIS e COFINS - Estorno da Receita de Superveniência de Depreciação – R\$ 3.792: discute-se o tratamento contábil e fiscal do PIS e da COFINS na liquidação das operações de arrendamento.

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 2.754: Defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas não remuneratórias, participação nos lucros e plano para outorga de opções de ações.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 2.511: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 1.440: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos.

c) Contas a Receber – Reembolso de Provisões

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de provisões totaliza R\$ 375 (R\$ 387 em 31/12/2025) (nota 9a) e decorre, basicamente, da garantia estabelecida em 1997, no processo de privatização do Banco Banerj S.A., quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Provisões Cíveis e Trabalhistas.

d) Garantias de Contingências, Provisões e Obrigações Legais

As garantias relativas a discussões judiciais que envolvem o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são compostas, basicamente por:

	Nota	30/06/2026				31/12/2025
		Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total	Total
Depósitos em Garantia	9a	1.610	2.052	10.224	13.886	13.497
Cotas de Fundos de Investimento		262	42	-	304	322
Fiança		81	15	6.451	6.547	5.510
Seguro Garantia		2.744	2.468	21.342	26.554	25.641
Garantia por Títulos Públicos		-	-	434	434	411
Total		4.697	4.577	38.451	47.725	45.381

Nota 12 - Investimentos

ITAÚ UNIBANCO HOLDING		Saldos em 31/12/2025					Movimentação de 01/01 a 30/06/2026										Resultado de Participações em Controladas de 01/01 a 30/06/2025	
Empresas	Valor Patrimonial			Resultado não Realizado	Ágio	Total	Amortização de Ágio	Dividendos Pagos / Provisionados ⁽²⁾	Resultado de Participações em Controladas				Variação Cambial e Hedge de Investimento - Moeda Funcional Diferente de Real	Ajuste de TVM de Controladas e Outros	Eventos Societários ⁽³⁾	Saldos em 30/06/2026 (4)		
	Patrimônio Líquido	Variação Cambial e Hedge de Investimento - Moeda Funcional Diferente de Real	Ajuste a critério da investidora ⁽¹⁾						Lucro Líquido / (Prejuízo)	Ajuste a critério da investidora ⁽¹⁾	Resultado não Realizado e Outros	Total						
Controladas																		
No País	179.226	1.204	1.871	(2)	-	182.299	-	(16.589)	22.545	367	(566)	22.346	(1.148)	(142)	502	187.268	19.499	
Itaú Unibanco S.A.	156.353	1.206	1.703	1	-	159.263	-	(13.950)	19.760	326	(568)	19.518	(1.130)	(21)	(818)	162.862	17.422	
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	7.693	-	3	(3)	-	7.693	-	-	290	1	-	291	-	(2)	-	7.982	356	
Itaú BBA Assessoria Financeira S.A.	3.031	1	63	-	-	3.095	-	(780)	744	33	-	777	(3)	(52)	-	3.037	-	
Itaú Corretora de Valores S.A.	3.383	-	17	-	-	3.400	-	(250)	324	4	-	328	-	(3)	-	3.475	106	
Itauseg Participações S.A.	3.422	-	-	-	-	3.422	-	(740)	575	-	-	575	(2)	(45)	(1)	3.209	465	
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	1.284	(4)	-	-	-	1.280	-	(80)	72	-	-	72	-	-	-	1.272	58	
Outras Participações	4.060	1	85	-	-	4.146	-	(789)	780	3	2	785	(13)	(19)	1.321	5.431	1.092	
No Exterior	10.753	1.856	-	2	11	12.622	(11)	(461)	1.183	-	1	1.184	(925)	(6)	-	12.403	851	
Banco Itaú Chile	5.016	881	-	-	11	5.908	(11)	(385)	267	-	-	267	(363)	13	-	5.429	205	
Banco Itaú Uruguay S.A.	4.715	677	-	3	-	5.395	-	-	808	-	-	808	(458)	(17)	-	5.728	477	
Outras Participações	1.022	298	-	(1)	-	1.319	-	(76)	108	-	1	109	(104)	(2)	-	1.246	169	
Total	189.979	3.060	1.871	-	11	194.921	(11)	(17.050)	23.728	367	(565)	23.530	(2.073)	(148)	502	199.671	20.350	

1) Ajustes decorrentes de uniformização das demonstrações contábeis da investida às políticas contábeis da investidora.

2) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Rendimentos a Receber.

3) Contemplam eventos societários decorrentes de aquisições, alienações, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital.

4) Os saldos apresentados não consideram a redução de capital em processo de homologação pelo BACEN e eventual oposição dos credores, nos termos do artigo 174 da Lei das S.A.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido / (Prejuízo)	Nº de Ações / Cotas de Propriedade do ITAÚ UNIBANCO HOLDING			Participação no Capital (%) em 30/06/2026	
				Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Votante	Social
No País								
Itaú Unibanco S.A.	76.200	162.861	19.760	3.514.908.377	3.404.188.272	-	100,00%	100,00%
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	23.923	41.208	1.497	348.555.621	-	-	19,37%	19,37%
Itaú BBA Assessoria Financeira S.A.	1.310	3.040	745	283.053.886	566.107.772	-	99,95%	99,95%
Itaú Corretora de Valores S.A.	1.650	3.475	324	32.882.585	970.956	-	100,00%	100,00%
Itauseg Participações S.A.	6.965	12.146	2.175	1.583.854.716	-	-	26,42%	26,42%
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	645	1.272	72	548.954	1.097.907	-	100,00%	100,00%
No Exterior								
Banco Itaú Chile	17.641	20.742	1.016	56.896.856	-	-	26,29%	26,29%
Banco Itaú Uruguay S.A.	559	5.725	808	4.465.133.954	-	-	100,00%	100,00%

O Itaú Unibanco Holding S.A. - Cayman Branch, consolidado nessas Demonstrações Contábeis, tem sua moeda funcional igual à da controladora. A variação cambial desse investimento é de R\$ 133 (R\$ (18) de 01/01 a 30/06/2025) e está alocado na rubrica de Resultado de Títulos e Valores Mobiliários, Derivativos e Outros na Demonstração do Resultado.

No resultado de participações em controladas, a variação cambial dos investimentos indiretos em moeda funcional igual à da controladora corresponde a R\$ (3.982) (R\$ (4.141) de 01/01 a 30/06/2025).

A tabela a seguir apresenta o resumo das informações financeiras dos investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

	30/06/2026			31/12/2025			01/01 a 30/06/2026		01/01 a 30/06/2025	
	Ativos Totais	Passivos Contingentes	Outros Passivos	Ativos Totais	Passivos Contingentes	Outros Passivos	Outros Resultados Abrangentes	Total do Resultado Abrangente	Outros Resultados Abrangentes	Total do Resultado Abrangente
No País										
Itaú Unibanco S.A.	2.315.957	14.944	56.146	2.218.844	13.542	34.683	(1.449)	18.659	(4.974)	12.073
Redecard Instituição de Pagamento S.A.	178.389	134	87.236	159.478	95	84.614	-	1.497	(4)	1.829
Itaú BBA Assessoria Financeira S.A.	3.576	-	340	4.004	-	462	(30)	726	138	637
Itaú Corretora de Valores S.A.	7.590	17	3.751	8.946	18	5.173	-	324	-	104
Itauseg Participações S.A.	13.384	-	-	14.207	-	43	(244)	2.036	1.242	3.058
Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.	1.429	78	1	1.430	76	2	(1)	71	1	58
No Exterior										
Banco Itaú Chile	208.212	52	7.590	209.744	55	9.848	(1.363)	(347)	2.631	3.410
Banco Itaú Uruguay S.A.	52.160	-	767	51.214	-	889	(476)	332	494	971

Nota 13 - Operações de Arrendamento - Arrendatário

A política contábil sobre Operações de Arrendamento – Arrendatário está apresentada na Nota 2c VII.

Durante o período findo em 30/06/2026, a saída de caixa com arrendamentos totalizou R\$ 110 e foram renovados contratos no montante de R\$ 302. Não há contratos de subarrendamento relevantes.

O total de passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados, é apresentado abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Até 3 meses	57	48
3 meses a 1 ano	168	135
1 a 5 anos	741	511
Acima de 5 anos	411	289
Total do Passivo Financeiro	1.377	983

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Receitas de Subarrendamentos	23	17
Despesas de Depreciação	(86)	(15)
Despesas de Juros	(55)	(11)
Despesas de Arrendamentos de Ativos de Baixo Valor	(56)	(48)
Despesas Variáveis Não Incluídas nos Passivos de Arrendamento	(19)	(22)
Total	(193)	(79)

Nos períodos de 01/01 a 30/06/2026 e de 01/01 a 30/06/2025, não houve ajuste de redução ao valor recuperável.

Nota 14 - Imobilizado

As políticas contábeis sobre imobilizado e redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros estão apresentadas nas Notas 2c VIII, 2c X.

Imobilizado	30/06/2026					31/12/2025
	Taxa Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	Redução ao Valor Recuperável	Residual	Residual
Imóveis		10.519	(4.302)	(554)	5.663	5.774
Terrenos		1.889	-	-	1.889	1.912
Edificações e Benfeitorias	4% a 10%	8.630	(4.302)	(554)	3.774	3.862
Outras Imobilizações		17.102	(12.698)	(68)	4.336	3.821
Instalações e Mobiliário	10% a 20%	3.660	(2.829)	(17)	814	840
Sistemas de Processamento de Dados	20% a 50%	9.783	(8.344)	(51)	1.388	1.222
Obras de Arte		153	-	-	153	155
Direito de Uso		1.109	(114)	-	995	561
Outros ⁽¹⁾	10% a 20%	2.397	(1.411)	-	986	1.043
Total		27.621	(17.000)	(622)	9.999	9.595

1) Referem-se às tratativas de Imobilizações em Curso e demais Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte.

Não há compromissos contratuais para compra de Imobilizado no período.

Nota 15 - Ágio e Ativos Intangíveis

As políticas contábeis sobre ágio e ativos intangíveis e redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros estão apresentadas nas Notas 2c IX, 2c X.

	Ágio e Intangível de Incorporação	Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Softwares Adquiridos	Softwares Desenvolvidos Internamente	Outros Ativos Intangíveis ⁽¹⁾	
Taxas Anuais de Amortização	Até 20%	8%	20%	20%	10% a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2025	12.966	2.391	6.673	27.828	8.275	58.133
Aquisições	2.465	-	270	2.411	226	5.372
Distratos / Baixas	(26)	-	(1)	(94)	(192)	(313)
Variação Cambial	(651)	30	(84)	(124)	(82)	(911)
Outros	-	(8)	8	(8)	-	(8)
Saldo em 30/06/2026	14.754	2.413	6.866	30.013	8.227	62.273
Amortização						
Saldo em 31/12/2025	(10.788)	(1.457)	(4.833)	(14.917)	(5.311)	(37.306)
Despesa de Amortização	(338)	(35)	(262)	(1.724)	(632)	(2.991)
Distratos / Baixas	-	-	1	-	192	193
Variação Cambial	536	(5)	47	84	81	743
Outros	31	8	(6)	-	(16)	17
Saldo em 30/06/2026	(10.559)	(1.489)	(5.053)	(16.557)	(5.686)	(39.344)
Redução ao Valor Recuperável						
Saldo em 31/12/2025	(1.329)	(755)	(174)	(1.884)	(100)	(4.242)
Constituição	-	-	-	(22)	-	(22)
Variação Cambial	109	(27)	-	-	-	82
Saldo em 30/06/2026	(1.220)	(782)	(174)	(1.906)	(100)	(4.182)
Valor Contábil						
Saldo em 30/06/2026	2.975	142	1.639	11.550	2.441	18.747
Saldo em 31/12/2025	849	179	1.666	11.027	2.864	16.585

1) Inclui valores pagos para direito de aquisição de folhas de pagamentos, proventos, aposentadorias, pensões e similares.

A Despesa de Amortização do direito de aquisição de folhas de pagamentos e associações, no montante de R\$ (659) (R\$ (1.297) de 01/01 a 31/12/2025), é divulgada na rubrica Despesas de Intermediação Financeira.

Nota 16 - Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

A política contábil sobre Captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas está apresentada na Nota 2c IV.

a) Resumo

		30/06/2026	31/12/2025
	Nota	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Depósitos	16b	1.134.485	1.114.482
Captações no Mercado Aberto	16c	482.856	456.158
Instrumentos de Dívida	16d	423.499	415.630
Obrigações por Empréstimos e Repasses	16e	132.402	147.164
Total		2.173.242	2.133.434
Circulante		1.059.139	1.139.283
Não Circulante		1.114.103	994.151

b) Depósitos

	30/06/2026	31/12/2025
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Depósitos Remunerados	1.004.935	978.478
De Poupança	172.240	177.305
Interfinanceiros	9.743	11.530
A Prazo	822.952	789.643
Depósitos não Remunerados	129.550	136.004
À Vista	127.671	135.383
Outros Depósitos	1.879	621
Total	1.134.485	1.114.482
Circulante	449.002	527.366
Não Circulante	685.483	587.116

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Depósitos são representados basicamente por Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 106.118 (R\$ 99.318 em 31/12/2025).

c) Captações no Mercado Aberto

	30/06/2026	31/12/2025
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Carteira Própria	327.899	201.610
Títulos Públicos	220.139	112.063
Títulos Privados	55.044	56.586
Emissão Própria	2	2
Títulos no Exterior	52.714	32.959
Carteira de Terceiros	75.097	176.043
Carteira Livre Movimentação	79.860	78.505
Total	482.856	456.158
Circulante	404.688	384.859
Não Circulante	78.168	71.299

d) Instrumentos de Dívida

I - Instrumentos de Dívida

	30/06/2026	31/12/2025
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Recursos de Emissões	264.029	265.486
Letras Financeiras	51.138	61.161
Letras de Crédito Imobiliário	80.533	71.121
Letras de Crédito do Agronegócio	57.613	64.644
Letras Imobiliárias Garantidas	70.332	64.438
Debêntures	4.413	4.122
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	78.490	76.420
<i>Brazil Risk Note Programme</i>	12.405	13.171
<i>Structure Note Issued</i>	8.977	10.419
<i>Bonds</i>	39.785	40.282
<i>Fixed Rate Notes</i>	11.024	9.300
<i>Eurobonds</i>	40	79
Outros	6.259	3.169
Certificados de Operações Estruturadas	27.816	25.577
Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação	53.164	48.147
Letras Financeiras	46.110	37.900
<i>Euronotes</i>	-	2.755
<i>Bonds</i>	7.054	7.492
Total	423.499	415.630
Circulante	103.873	108.419
Não Circulante	319.626	307.211

II - Letras Imobiliárias Garantidas

As Letras Imobiliárias Garantidas (LIGs) são títulos de crédito nominativos, transferíveis e de livre negociação, garantidos pela carteira de ativos do próprio emissor, submetida ao regime fiduciário.

O "Termo de emissão registrado", que esclarece as condições por operação de LIG, está disponível no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e relatórios / Documentos regulatórios / Letra imobiliária garantida.

II.I – Composição da Carteira de Ativos

A carteira de ativos vinculada às LIGs corresponde a 2,34% do ativo total do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. Sua composição é apresentada no quadro abaixo. Mais detalhes estão disponíveis no "Demonstrativo de carteira de ativos (mensal)", na seção Resultados e relatórios / Documentos regulatórios / Letra imobiliária garantida.

	30/06/2026	31/12/2025
Créditos Imobiliários	70.569	67.801
Títulos Públicos - Brasil	4.808	4.496
Total da Carteira de Ativos	75.377	72.297
Total da Carteira de Ativos Ajustada	75.377	72.297
Obrigações por Emissão de LIGs	70.332	64.438
Remuneração do Agente Fiduciário	3	3

II.II - Requisitos da Carteira de Ativos

	30/06/2026	31/12/2025
Composição	93,6%	93,8%
Suficiência		
Valor Nominal	107,2%	112,2%
Valor Presente sob Estresse	100,1%	100,8%
Prazo Médio Ponderado		
Da Carteira de Ativos	134,6 meses	137,9 meses
Das LIGs em Circulação	27,7 meses	30,8 meses
Liquidez		
Ativos Líquidos	11.750	10.313

III - Instrumentos de Dívidas com Cláusulas de Subordinação

Nome do Papel / Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	30/06/2026	31/12/2025
Letra Financeira Subordinada - BRL						
	2.146	2019	Perpétua	114% da SELIC	1.424	1.320
	935	2019	Perpétua	SELIC + 1,17% a 1,19%	988	1.064
	106	2020	2030	IPCA + 4,64%	192	181
	5.488	2021	2031	CDI + 2%	10.619	9.843
	1.005	2022	Perpétua	CDI + 2,4%	1.119	1.035
	1.161	2023	2034	102% do CDI	1.218	1.223
	108	2023	2034	CDI + 0,2%	114	115
	122	2023	2034	10,63%	127	127
	700	2023	Perpétua	CDI + 1,9%	772	715
	107	2023	2034	IPCA + 5,48%	123	119
	530	2024	2034	100% do CDI	548	550
	3.100	2024	2034	CDI + 0,65%	3.978	3.711
	1.000	2024	Perpétua	CDI + 0,9%	1.092	1.018
	2.830	2024	Perpétua	CDI + 1,1%	3.042	2.832
	470	2024	2039	102% do CDI	486	488
	4.984	2025	Perpétua	CDI + 1,25%	5.858	5.449
	3.000	2025	Perpétua	CDI + 1,15%	3.340	3.108
	4.415	2025	Perpétua	CDI + 1,35%	4.607	5.002
	3.315	2026	2036	CDI + 0,55%	3.437	-
	3.000	2026	Perpétua	CDI + 1,1%	3.026	-
				Total	46.110	37.900
Euronotes Subordinado - USD						
	501	2021	2031	3,88%	-	2.755
				Total	-	2.755
Bonds Subordinado - CLP						
	180.351	2008	2033	3,50% a 4,92%	1.471	1.573
	97.962	2009	2035	4,75%	1.180	1.256
	1.060.250	2010	2032	4,35%	118	125
	1.060.250	2010	2035	3,90% a 3,96%	273	289
	1.060.250	2010	2036	4,48%	1.301	1.380
	1.060.250	2010	2038	3,93%	948	1.005
	1.060.250	2010	2040	4,15% a 4,29%	730	775
	1.060.250	2010	2042	4,45%	356	378
	57.168	2014	2034	3,80%	453	495
				Total	6.830	7.276
Bonds Subordinado - COP						
	146.000	2013	2028	IPC + 2%	224	216
				Total	224	216
Total					53.164	48.147

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a carteira é composta por Letras Financeiras Subordinadas no montante de R\$ 46.110 (R\$ 37.899 em 31/12/2025) e por *Euronotes* Subordinados no montante de R\$ 0 (R\$ 2.769 em 31/12/2025).

e) Obrigações por Empréstimos e Repasse

	30/06/2026	31/12/2025
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Empréstimos	101.778	116.496
no País	3.748	10.616
no Exterior ⁽¹⁾	98.030	105.880
Repasses - do País - Instituições Oficiais	30.624	30.668
BNDES	12.492	12.908
FINAME	15.601	15.445
Outros	2.531	2.315
Total	132.402	147.164
Circulante	101.578	118.637
Não Circulante	30.824	28.527

1) Os Empréstimos no Exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financiamento à Exportação e financiamentos à Importação.

Nota 17 - Valor Justo

A política contábil sobre valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota 2c IV.

a) Ativos e Passivos Mensurados ao Valor Justo

Os ativos e passivos mensurados ao valor justo de forma recorrente foram classificados conforme abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários e ativos não financeiros com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo e derivativos negociados em bolsa. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, da América Latina e de outros países, ações, debêntures com preço publicado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e outros negociados em mercado ativo.

Nível 2: Títulos e valores mobiliários, derivativos e outros que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos. Os insumos utilizados pelos modelos são capturados diretamente ou construídos a partir de observações de mercados ativos. Neste nível, estão a maior parte dos derivativos, alguns títulos públicos brasileiros, debêntures e outros títulos privados cujo efeito do componente de crédito não é considerado relevante.

Nível 3: Títulos e valores mobiliários e derivativos para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos. Neste nível, estão debêntures e outros títulos privados que não se enquadram na regra do Nível 2 e derivativos com vencimentos superiores aos últimos vértices observáveis das curvas de descontos.

I - Valor Justo de Ativos e Passivos

	30/06/2026				31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativos Financeiros	439.076	416.181	1.147	856.404	422.831	365.715	409	788.955
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	172.554	6.621	519	179.694	156.022	3.666	253	159.941
Títulos Públicos	166.370	2.886	-	169.256	148.318	-	-	148.318
Brasil	111.348	-	-	111.348	109.191	-	-	109.191
América Latina	31.090	2.598	-	33.688	25.143	-	-	25.143
Outros Países	23.932	288	-	24.220	13.984	-	-	13.984
Títulos Privados	5.408	3.678	504	9.590	6.986	3.606	251	10.843
Cédula do Produtor Rural	-	960	-	960	-	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário	-	286	-	286	-	167	-	167
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	221	-	221	-	222	-	222
Debêntures	1.118	891	464	2.473	2.265	1.916	251	4.432
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	4.290	1.275	-	5.565	4.721	1.170	-	5.891
Letras Financeiras	-	4	-	4	-	5	-	5
Notas Promissórias e Comerciais	-	1	-	1	-	-	-	-
Outros	-	40	40	80	-	126	-	126
Ações	776	57	15	848	718	60	2	780
Ao Valor Justo por meio do Resultado	266.522	409.560	628	676.710	266.809	362.049	156	629.014
Títulos Públicos	254.473	29.939	-	284.412	250.624	3.941	-	254.565
Brasil	246.462	3.531	-	249.993	228.766	3.938	-	232.704
América Latina	7.475	25.232	-	32.707	21.457	3	-	21.460
Outros Países	536	1.176	-	1.712	401	-	-	401
Títulos Privados	5.212	4.415	70	9.697	5.988	3.444	52	9.484
Cédula do Produtor Rural	-	320	-	320	-	165	-	165
Certificados de Depósito Bancário	293	7	-	300	-	80	-	80
Certificados de Recebíveis Imobiliários	41	701	4	746	76	583	-	659
Debêntures	2.193	2.730	57	4.980	2.760	1.495	50	4.305
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	2.453	29	-	2.482	2.542	97	-	2.639
Letras Financeiras	-	271	-	271	-	386	-	386
Notas Promissórias e Comerciais	-	19	-	19	-	19	-	19
Outros	232	338	9	579	610	619	2	1.231
Ações	5.136	11.814	558	17.508	8.417	12.945	104	21.466
Fundos de Investimento	1.701	5.967	-	7.668	1.780	6.239	-	8.019
Fundos de Investimento Especialmente Constituídos (PGBL/ VGBL)	-	357.425	-	357.425	-	335.480	-	335.480
Outros Ativos Financeiros	38	2.443	-	2.481	-	3.092	-	3.092
Ativos Não Financeiros	3.246	-	-	3.246	4.139	-	-	4.139
Outros Passivos Financeiros	-	(1.185)	-	(1.185)	-	(1.629)	-	(1.629)

A tabela a seguir apresenta a abertura da hierarquia de valor justo para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	30/06/2026				31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Ativo	244	99.162	448	99.854	21	72.909	381	73.311
Opções	58	12.151	103	12.312	-	11.650	19	11.669
Termo	186	22.010	15	22.211	4	4.556	17	4.577
<i>Swaps</i>	-	52.450	330	52.780	-	46.839	345	47.184
NDF	-	11.305	-	11.305	-	8.351	-	8.351
Derivativos de Crédito	-	398	-	398	-	615	-	615
Outros	-	848	-	848	17	898	-	915
Passivo	(1.051)	(89.474)	(1.719)	(92.244)	(417)	(67.919)	(1.582)	(69.918)
Opções	(37)	(8.496)	(141)	(8.674)	(30)	(8.200)	(22)	(8.252)
Termo	(994)	(21.926)	(11)	(22.931)	(337)	(4.030)	(15)	(4.382)
<i>Swaps</i>	-	(45.317)	(1.567)	(46.884)	-	(44.215)	(1.545)	(45.760)
NDF	-	(13.296)	-	(13.296)	-	(10.929)	-	(10.929)
Derivativos de Crédito	-	(275)	-	(275)	-	(367)	-	(367)
Outros	(20)	(164)	-	(184)	(50)	(178)	-	(228)

II - Resultado de Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos

	01/01 a 30/06/2026				01/01 a 30/06/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Ajuste ao Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Ajuste ao Valor Justo
Ativos Financeiros	(2.321)	(877)	(1.557)	(4.755)	8.365	336	(90)	8.611
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(1.136)	(154)	(21)	(1.311)	1.626	62	(4)	1.684
Títulos Públicos	(1.210)	(3)	-	(1.213)	1.392	-	-	1.392
Brasil	(1.024)	-	-	(1.024)	1.272	-	-	1.272
América Latina	(83)	2	-	(81)	49	-	-	49
Outros Países	(103)	(5)	-	(108)	71	-	-	71
Títulos Privados	32	(152)	(20)	(140)	73	57	(5)	125
Cédula do Produtor Rural	-	(59)	-	(59)	-	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário	-	4	-	4	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	(12)	-	(12)	-	-	-	-
Debêntures	(39)	(29)	(13)	(81)	28	30	(5)	53
Eurobonds e Assemelhados	92	(27)	-	65	45	27	-	72
Letras Financeiras	(21)	(23)	12	(32)	-	-	-	-
Outros	-	(6)	(19)	(25)	-	-	-	-
Ações	42	1	(1)	42	161	5	1	167
Ao Valor Justo por meio do Resultado	(1.185)	(723)	(1.536)	(3.444)	6.739	274	(86)	6.927
Títulos Públicos	(809)	(18)	-	(827)	5.881	60	-	5.941
Brasil	(969)	(79)	-	(1.048)	5.754	60	-	5.814
América Latina	160	63	-	223	70	-	-	70
Outros Países	-	(2)	-	(2)	57	-	-	57
Títulos Privados	(92)	(115)	(35)	(242)	165	134	8	307
Cédula do Produtor Rural	-	(42)	-	(42)	-	1	-	1
Certificados de Depósito Bancário	-	(2)	-	(2)	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	1	(10)	(11)	(20)	(2)	16	-	14
Debêntures	(73)	(66)	(17)	(156)	132	92	7	231
Eurobonds e Assemelhados	(21)	(6)	-	(27)	35	2	1	38
Letras Financeiras	-	(2)	-	(2)	-	(2)	-	(2)
Outros	1	13	(7)	7	-	25	-	25
Ações	(269)	(584)	(1.501)	(2.354)	625	(291)	(94)	240
Fundos de Investimento	(15)	(6)	-	(21)	68	371	-	439
Derivativos - Ativo	331	24.373	89	24.793	321	(15.427)	(214)	(15.320)
Opções	58	479	106	643	-	(1.068)	(27)	(1.095)
Termo	121	15.574	(2)	15.693	324	(3.218)	-	(2.894)
Swaps	-	5.611	(15)	5.596	-	(10.954)	(186)	(11.140)
NDF	-	2.953	-	2.953	-	(102)	-	(102)
Derivativos de Crédito	-	(216)	-	(216)	-	82	(1)	81
Outros	152	(28)	-	124	(3)	(167)	-	(170)
Derivativos Passivo	889	(19.529)	(140)	(18.780)	(45)	10.891	(411)	10.435
Opções	(6)	(293)	(122)	(421)	-	(386)	24	(362)
Termo	890	(15.872)	4	(14.978)	(58)	4.310	(6)	4.246
Swaps	-	(1.102)	(22)	(1.124)	-	6.608	(429)	6.179
NDF	-	(2.367)	-	(2.367)	5	(166)	-	(161)
Derivativos de Crédito	-	92	-	92	-	556	-	556
Outros	5	13	-	18	8	(31)	-	(23)

Governança da Mensuração de Valor Justo Recorrente de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. Os processos diários de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados e títulos privados cujo componente de crédito é relevante. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa.

Movimentações na Hierarquia do Valor Justo

Nos períodos, não existiram transferências materiais entre Nível 1 e Nível 2.

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a *swaps* e opções.

	Valor Justo em 31/12/2025	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado / não Realizado)		Compras	Liquidações	Transferências na Hierarquia	Valor Justo em 30/06/2026	Total de Ganhos ou Perdas (Não Realizado)
		Resultado	Outros Resultados Abrangentes					
Ativos Financeiros	409	(4)	4	195	(2)	545	1.147	(1.700)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	253	(5)	4	175	(2)	94	519	(22)
Títulos Privados	251	(5)	4	175	-	79	504	(22)
Debêntures	251	(5)	4	175	-	39	464	(3)
Outros	-	-	-	-	-	40	40	(19)
Ações	2	-	-	-	(2)	15	15	-
Ao Valor Justo por meio do Resultado	156	1	-	20	-	451	628	(1.678)
Títulos Privados	52	(13)	-	20	-	11	70	(21)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	(1)	-	-	-	5	4	(11)
Debêntures	50	-	-	-	-	7	57	(3)
Outros	2	(12)	-	20	-	(1)	9	(7)
Ações	104	14	-	-	-	440	558	(1.657)
Derivativos - Ativo	381	(272)	-	722	(377)	(6)	448	(16)
Termo	17	(2)	-	-	-	-	15	-
Opções	19	(9)	-	132	(39)	-	103	(14)
Swaps	345	(261)	-	590	(338)	(6)	330	(2)
Derivativos - Passivo	(1.582)	503	-	(2.212)	1.540	32	(1.719)	630
Termo	(15)	4	-	-	-	-	(11)	-
Opções	(22)	(36)	-	(108)	25	-	(141)	(39)
Swaps	(1.545)	535	-	(2.104)	1.515	32	(1.567)	669

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis materiais usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e volatilidade. Variações materiais em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações materiais no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos e em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares, considerando:

Taxa de juros: Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Commodities, Índices e Ações: Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de ativos, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares:

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Sensibilidade - Operações Nível 3		30/06/2026		31/12/2025	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos		Impactos	
		Resultado	Patrimônio	Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(5,0)	(0,2)	(5,6)	(0,1)
	II	(126,3)	(6,6)	(142,1)	(3,2)
	III	(252,4)	(13,1)	(284,7)	(6,4)
Commodities, Índices e Ações	I	(31,1)	-	(5,4)	-
	II	(62,3)	-	(10,8)	-
Não Lineares	I	(60,9)	-	(25,5)	-
	II	(122,3)	-	(40,8)	-

b) Ativos e Passivos Financeiros não Mensurados ao Valor Justo

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado ⁽¹⁾	2.114.687	2.109.842	2.084.466	2.083.607
Disponibilidades	35.351	35.351	37.144	37.144
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	312.547	312.547	340.388	340.388
Títulos e Valores Mobiliários	168.440	166.569	136.461	135.883
Relações Interfinanceiras e Interdependências	297.718	297.718	282.008	282.008
Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.234.786	1.231.812	1.229.943	1.229.662
Outros Ativos Financeiros	65.845	65.845	58.522	58.522
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	2.439.902	2.436.070	2.377.184	2.380.433
Depósitos	1.134.485	1.134.419	1.114.482	1.114.530
Captações no Mercado Aberto	482.856	482.856	456.158	456.158
Instrumentos de Dívida	423.499	419.554	415.630	419.130
Obrigações por Empréstimos e Repasses	132.402	132.581	147.164	146.865
Outros Passivos Financeiros	152.838	152.838	133.789	133.789
Relações Interfinanceiras e Interdependências	113.822	113.822	109.961	109.961

1) Montantes apresentados líquidos da provisão para perda de crédito esperada.

Os métodos utilizados para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo são:

- **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez** - O valor contábil das Aplicações no Mercado Aberto se aproxima de seu valor justo e o valor justo das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros é calculado descontando os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.

- **Títulos e Valores Mobiliários** - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos desses instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem

liquidez ou cotações e, nesses casos, são precificados por modelos convencionais ou internos, com insumos capturados diretamente, construídos a partir de observações de mercados ativos ou, ainda, gerados por modelos estatísticos e matemáticos.

- **Operações com Característica de Concessão de Crédito** - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil é considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamentos de curso normal é calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento. O valor justo das operações de crédito e arrendamentos de curso anormal é baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador. Para os títulos e valores mobiliários com característica de concessão de crédito, sob condições normais, são utilizados os preços cotados de mercado e para os que não possuem liquidez ou cotação, são precificados por modelos convencionais ou internos.

- **Depósitos, Instrumentos de Dívida e Obrigações por Empréstimos e Repasses** - São calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.

- **Captações no Mercado Aberto** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

- **Outros Ativos / Passivos Financeiros** - Basicamente compostos por recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de contingências, provisões e obrigações legais e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos materiais de mercado, de crédito e de liquidez.

Nota 18 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social está representado por 11.026.869.192 ações escriturais sem valor nominal, sendo 5.617.742.977 ações ordinárias e 5.409.126.215 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, em eventual alienação de controle, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

A composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado no início e no fim do período são demonstradas abaixo:

		30/06/2026			
		Quantidade			Valor
		Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País	31/12/2025	5.567.132.399	1.333.956.149	6.901.088.548	85.684
Residentes no Exterior	31/12/2025	50.610.578	4.075.170.066	4.125.780.644	51.226
Ações Representativas do Capital Social	31/12/2025	5.617.742.977	5.409.126.215	11.026.869.192	136.910
Ações Representativas do Capital Social	30/06/2026	5.617.742.977	5.409.126.215	11.026.869.192	136.910
Residentes no País	30/06/2026	5.510.336.692	1.520.441.602	7.030.778.294	87.294
Residentes no Exterior	30/06/2026	107.406.285	3.888.684.613	3.996.090.898	49.616
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	31/12/2025	-	344.662	344.662	(13)
Aquisição de Ações em Tesouraria		-	36.555.258	36.555.258	(1.760)
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria		-	(31.903.270)	(31.903.270)	1.533
Ações em Tesouraria ⁽¹⁾	30/06/2026	-	4.996.650	4.996.650	(240)
Número total de Ações no final do período ⁽²⁾	30/06/2026	5.617.742.977	5.404.129.565	11.021.872.542	
Número total de Ações no final do período ⁽²⁾	31/12/2025	5.617.742.977	5.408.781.553	11.026.524.530	

1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

2) Ações representativas do capital social líquidas das ações em tesouraria.

Abaixo, são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das ações em tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	30/06/2026		31/12/2025	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	45,38	-	32,81
Médio ponderado	-	48,11	-	37,91
Máximo	-	49,65	-	41,36
Ações em Tesouraria				
Custo médio	-	48,06	-	36,94
Valor de Mercado no último dia útil da data base	44,27	42,18	36,35	39,23

b) Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social. As ações ordinárias e preferenciais participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ações ordinárias, dividendo igual ao prioritário mínimo anual a ser pago às ações preferenciais (R\$ 0,022 por ação não cumulativo).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING antecipa mensalmente o dividendo mínimo obrigatório, utilizando a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I - Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Lucro Líquido Individual Estatutário	23.205	22.251
Ajustes:		
(-) Reserva Legal - 5%	(1.160)	(1.113)
Base de Cálculo do Dividendo	22.045	21.138
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	5.511	5.285
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados / Destacados	7.455	7.320

II - Remuneração aos Acionistas

	Valor por Ação (R\$)	Valor	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados		1.002	(175)	827
Juros sobre o Capital Próprio - 5 parcelas mensais pagas de fevereiro a junho de 2026	0,0150	1.002	(175)	827
Provisionados (registrados em Outros Passivos - Sociais e Estatutárias)		8.034	(1.406)	6.628
Juros sobre o Capital Próprio - 1 parcela mensal paga em 01/07/2026	0,0150	200	(35)	165
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 26/02/2026 a serem pagos até 31/08/2026	0,2878	3.845	(673)	3.172
Juros sobre o Capital Próprio - creditados em 28/05/2026 a serem pagos até 31/08/2026	0,2986	3.989	(698)	3.291
Total - 01/01 a 30/06/2026		9.036	(1.581)	7.455
Total - 01/01 a 30/06/2025		8.612	(1.292)	7.320

c) Reservas de Capital e de Lucros - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

	30/06/2026	31/12/2025
Reservas de Capital	2.008	2.873
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Pagamento Baseado em Ações	1.723	2.588
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
Reservas de Lucros ⁽¹⁾	71.411	57.107
Legal ⁽²⁾	18.792	17.632
Estatutárias ⁽³⁾	52.619	39.475

1) Eventual excesso de Reservas de Lucros em relação ao Capital Social será distribuído ou capitalizado conforme determinação da próxima Assembleia Geral Ordinária/Assembleia Geral Extraordinária.

2) Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, compensar prejuízo ou aumentar capital.

3) Tem por finalidade principal assegurar o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido (nota 2c I)

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025	30/06/2026	31/12/2025
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	23.205	22.251	207.648	195.980
Amortização de Ágios	(1)	(1)	-	1
Hedge de Operações no Exterior	(95)	276	(1.067)	(835)
Outros	1.010	(353)	1.931	1.000
ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO	24.119	22.173	208.512	196.146

e) Participação de Acionistas Não Controladores

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2026	31/12/2025	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Banco Itaú Chile	6.745	7.314	(331)	(254)
Itaú Colombia S.A.	24	22	(1)	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	660	692	(98)	(102)
Luizacred S.A. Soc. de Crédito, Financiamento e Investimento	1.122	1.062	(109)	(89)
Outras	662	394	(23)	(39)
Total	9.213	9.484	(562)	(484)

f) Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas possuem planos de Pagamentos Baseados em Ações para seus colaboradores e administradores, visando engajá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

As outorgas desses benefícios ocorrem somente em exercícios em que os lucros são suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório, limitando a diluição até 0,5% da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do encerramento do exercício. A liquidação desses planos é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

As despesas com os planos de pagamento baseado em ações são demonstradas no quadro abaixo:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Programas de Sócios	(260)	(231)
Plano de Remuneração Variável	(337)	(295)
Total	(597)	(526)

I - Programa de Sócios

Este programa permite que colaboradores e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING invistam um percentual de seu bônus na aquisição de ações e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 a 5 anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito a receber uma contrapartida em ações, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em tais ações é fixado semestralmente e equivale à média da cotação das ações nos 30 dias anteriores à apuração, que é realizada no 7º dia útil anterior à data da outorgada remuneração.

O valor justo da contrapartida em ações é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

Movimentação do Programa de Sócios

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
	Quantidade	Quantidade ⁽¹⁾
Saldo Inicial	102.020.356	84.186.167
Novos	22.965.261	33.444.044
Entregues	(15.573.032)	(14.531.958)
Cancelados	(1.781.972)	(579.102)
Saldo Final	107.630.613	102.519.151
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,43	2,69
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	33,02	22,53

1) Para fins de comparabilidade, as informações contemplam os efeitos das bonificações de ações deliberadas e efetivamente emitidas ao longo do exercício de 2025, conforme as respectivas datas de emissão.

II - Remuneração Variável

Neste plano, parte da remuneração variável dos administradores é paga em dinheiro e parte em ações pelo prazo de 3 anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo um terço por ano, mediante o cumprimento das condições previstas em regulamento interno. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

Os administradores tornam-se elegíveis ao recebimento desses benefícios conforme seu desempenho individual, do negócio ou ambos. O montante do benefício é definido de acordo com as atividades de cada administrador, que deve atender, no mínimo, os requisitos de desempenho e conduta.

O valor justo das ações é o preço de mercado cotado na data de sua outorga, descontado da expectativa de dividendos.

Movimentação da Remuneração Variável em Ações

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
	Quantidade	Quantidade ⁽¹⁾
Saldo inicial	49.801.714	47.813.732
Novos	16.961.800	26.271.288
Entregues	(22.949.264)	(23.964.257)
Cancelados	(621.983)	(440.945)
Saldo Final	43.192.267	49.679.818
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,32	1,40
Valor de Mercado Médio Ponderado (R\$)	39,69	26,46

1) Para fins de comparabilidade, as informações contemplam os efeitos das bonificações de ações deliberadas e efetivamente emitidas ao longo do exercício de 2025, conforme as respectivas datas de emissão.

Nota 19 - Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas e fundos de investimentos, incluídas na consolidação (nota 2c I), foram eliminadas, e não representam efeitos nas demonstrações consolidadas.

As principais partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Controladoras: IUPAR, a E. JOHNSTON e a ITAÚSA.
- Coligadas e Controladas em Conjunto: Dos quais destacam-se: Avenue Holding Cayman Ltd., esta até 31/12/2025 (nota 3); Biomas Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.; BSF Holding S.A.; Conectar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.; Kinea Private Equity Investimentos S.A.; Olímpia Promoção e Serviços S.A.; Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.; Pravalier S.A. e Tecnologia Bancária S.A.
- Outras Partes Relacionadas:
 - Participações diretas e indiretas da ITAÚSA, destacando-se: Aegea Saneamento e Participações S.A.; Águas do Rio 1 SPE S.A., Águas do Rio 4 SPE S.A.; Alpargatas S.A.; Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.; Concessionária Rota Sorocabana S.A.; Copa Energia Distribuidora de Gás S.A. e Dexco S.A.
 - Previdências, destacando-se: Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar e FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar, que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, criados exclusivamente para seus colaboradores.

- Associações, destacando-se: Associação Cubo Coworking Itaú e Associação Itaú Viver Mais.
- Fundações e Institutos, destacando-se: Fundação Saúde Itaú; Instituto Itaú Ciência, Tecnologia e Inovação e Instituto Unibanco.

a) Transações com Partes Relacionadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO	30/06/2026				31/12/2025
	Controladoras	Coligadas e Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas	Total	Total
Ativo					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	1.961	-	1.961	1.328
Operações de Crédito	-	279	421	700	640
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos (Posição Ativa e Passiva) ⁽¹⁾	-	819	4.704	5.523	4.175
Outros Ativos	-	560	285	845	707
Total do Ativo	-	3.619	5.410	9.029	6.850
Passivo					
Depósitos	(50)	(107)	(1.221)	(1.378)	(1.286)
Captações no Mercado Aberto	-	(22)	(526)	(548)	(1.080)
Instrumentos de Dívida	-	(20)	(183)	(203)	(297)
Relações Interfinanceiras e Interdependências (Posição Ativa e Passiva)	-	(348)	-	(348)	(290)
Outros Passivos	-	(350)	(4.080)	(4.430)	(4.463)
Total do Passivo	(50)	(847)	(6.010)	(6.907)	(7.416)
Demonstração do Resultado					
	01/01 a 30/06/2026				01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira	-	194	270	464	169
Despesas da Intermediação Financeira	(2)	(9)	(117)	(128)	(397)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	3	85	(266)	(178)	(453)
Resultado	1	270	(113)	158	(681)

1) Contempla Títulos e Valores Mobiliários com Característica de Concessão de Crédito.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	30/06/2026					31/12/2025
	Controladoras	Controladas ⁽¹⁾	Coligadas e Controladas em Conjunto	Outras Partes Relacionadas	Total	Total
Ativo						
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	43.878	-	-	43.878	31.305
Operações de Crédito	-	12	2	3	17	14
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos (Posição Ativa e Passiva)	-	42.796	-	12	42.808	35.117
Outros Ativos	-	133	-	-	133	116
Total do Ativo	-	86.819	2	15	86.836	66.552
Passivo						
Depósitos	-	(106.118)	-	-	(106.118)	(99.318)
Instrumentos de Dívida	-	(21)	-	-	(21)	(81)
Relações Interfinanceiras e Interdependências (Posição Ativa e Passiva)	-	(610)	(348)	-	(958)	(1.213)
Outros Passivos	-	(40.799)	-	(130)	(40.929)	(39.579)
Total do Passivo	-	(147.548)	(348)	(130)	(148.026)	(140.191)
Demonstração do Resultado						
	01/01 a 30/06/2026					01/01 a 30/06/2025
Receitas da Intermediação Financeira	-	5.515	-	-	5.515	4.671
Despesas da Intermediação Financeira	-	(6.800)	-	-	(6.800)	(6.177)
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	-	(2.000)	-	7	(1.993)	(1.715)
Resultado	-	(3.285)	-	7	(3.278)	(3.221)

1) Empresas relacionadas na Nota 2c I.

As operações com o Pessoal-Chave da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apresentam Ativos de R\$ 245, Passivos de R\$ (11.416) e Resultado de R\$ (26) (R\$ 213, R\$ (11.290) em 31/12/2025 e R\$ (49) de 01/01 a 30/06/2025, respectivamente).

b) Remunerações e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores, membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no período correspondem a:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Honorários	(427)	(404)
Participações no Lucro	(264)	(266)
Benefícios Pós-Emprego	(8)	(7)
Plano de Pagamento Baseado em Ações	(176)	(163)
Total	(875)	(840)

Os valores totais referentes a planos de pagamento baseado em ações, despesas de pessoal e benefícios pós-emprego, encontram-se detalhados nas notas 25, 18f e 22, respectivamente.

Nota 20 - Tributos

A política contábil sobre imposto de renda e contribuição social está apresentada na Nota 2c XIII.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas controladas apuram separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS ⁽²⁾	0,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS ⁽²⁾	4,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ⁽¹⁾	20,00%	ISS até	5,00%

1) A partir de 1º de abril de 2026, a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) passou a ser de 17,5% para as controladas de capitalização e para as sociedades de crédito, financiamento e investimento, e de 12% para as instituições de pagamento. Permanecem vigentes as alíquotas de 15% aplicáveis às seguradoras e às demais instituições financeiras, enquanto, para as demais empresas não financeiras, mantém-se a alíquota de 9%.

2) Para as controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS é de 1,65% e da COFINS é de 7,60%.

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	28.955	25.247
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(13.030)	(11.361)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Participações em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	918	862
Juros sobre o Capital Próprio	2.541	3.583
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis ⁽¹⁾	2.790	91
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.781)	(6.825)
Referentes a Diferenças Temporárias		
Constituição / (Reversão) do Período	2.739	4.501
(Despesas) / Receitas de Tributos Diferidos	2.739	4.501
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.042)	(2.324)

1) Contempla (inclusões) e exclusões temporárias.

II - Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
PIS e COFINS	(4.465)	(4.470)
ISS	(857)	(824)
Outros	(530)	(429)
Total	(5.852)	(5.723)

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Despesas Tributárias totalizam R\$ (1.055) (R\$ (1.168) em 01/01 a 30/06/2025) e são compostas basicamente por PIS, COFINS e ISS.

III - Efeitos Fiscais sobre a Administração Cambial dos Investimentos no Exterior

De forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos investimentos no exterior, líquida dos respectivos efeitos fiscais, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza operações de derivativos em moeda estrangeira (*hedge*), conforme observado na Nota 27b.

O resultado dessas operações é computado na apuração das bases de impostos, de acordo com a sua natureza e a legislação fiscal vigente, assim como a variação cambial da parcela dos investimentos no exterior com cobertura de risco (*hedge*), conforme regras estabelecidas pela Lei nº 14.031, de 28 de julho de 2020.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	Ativos Fiscais Diferidos			
	31/12/2025	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2026
Refletido no Resultado	71.196	(17.204)	18.602	72.594
Provisão para Perda de Crédito Esperada	53.055	(9.707)	7.404	50.752
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa	95	(36)	1.738	1.797
Provisão para Participação nos Lucros	3.623	(3.623)	2.648	2.648
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado e Derivativos	226	(226)	287	287
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	-	-	324	324
Ágio na Aquisição do Investimento	15	(1)	245	259
Provisões	<u>5.864</u>	<u>(959)</u>	<u>1.369</u>	<u>6.274</u>
Ações Cíveis	1.215	(341)	307	1.181
Ações Trabalhistas	3.543	(585)	1.015	3.973
Fiscais e Previdenciárias	1.106	(33)	47	1.120
Obrigações Legais	380	(227)	2	155
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	426	(27)	25	424
Outras Provisões Indedutíveis	7.512	(2.398)	4.560	9.674
Refletido no Patrimônio Líquido	3.129	(799)	1.158	3.488
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	1.791	(591)	1.124	2.324
Hedge de Fluxo de Caixa	422	(208)	-	214
Benefícios Pós-Emprego	916	-	8	924
Outros	-	-	26	26
Total ⁽¹⁾	74.325	(18.003)	19.760	76.082

1) Os Ativos Fiscais Diferidos são classificados em sua totalidade como Não Circulante.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Ativos Fiscais Diferidos totalizam R\$ 18.233 (R\$ 18.928 em 31/12/2025) e estão representados basicamente por Prejuízo Fiscal e Base Negativa de R\$ 17 (R\$ 17 em 31/12/2025), Provisão para Perda de Crédito Esperada de R\$ 16.066 (R\$ 16.660 em 31/12/2025), Provisões Administrativas de R\$ 181 (R\$ 203 em 31/12/2025), Provisões relativas a Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias de R\$ 280 (R\$ 434 em 31/12/2025), cuja expectativa de realização depende da evolução processual do litígio, Ajustes ao Valor Justo de Títulos Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes de R\$ 3 (R\$ 2 em 31/12/2025), e Provisão para Programa de Recompensa de R\$ 950 (R\$ 741 em 31/12/2025).

II - O saldo das Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2025	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2026
Refletido no Resultado	8.357	(5.026)	3.672	7.003
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Financeiro	98	(2)	-	96
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões	1.698	(270)	267	1.695
Benefícios Pós-Emprego	257	(71)	97	283
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	194	(194)	-	-
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	4.180	(4.180)	2.771	2.771
Outros	1.930	(309)	537	2.158
Refletido no Patrimônio Líquido	257	(174)	14	97
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	250	(174)	14	90
Benefícios Pós-Emprego	7	-	-	7
Total	8.614	(5.200)	3.686	7.100

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Obrigações Fiscais Diferidas totalizam R\$ 1.099 (R\$ 918 em 31/12/2025) e estão representadas basicamente por Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões de R\$ 439 (R\$ 393 em 31/12/2025), Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes de R\$ 156 (R\$ 111 em 31/12/2025), Superveniência de Depreciação de Arrendamento de R\$ 94 (R\$ 95 em 31/12/2025), e Ajustes Temporais sobre Diferenças entre Práticas Contábeis em Participação no Exterior de R\$ 251 (R\$ 176 em 31/12/2025).

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos e das Obrigações Fiscais Diferidas são:

Ano de Realização	Ativos Fiscais Diferidos						Obrigações Fiscais Diferidas	%	Tributos Diferidos Líquidos	%
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%				
2026	14.040	18,9%	1.767	98,2%	15.807	20,8%	(616)	8,7%	15.191	22,0%
2027	13.284	17,9%	19	1,1%	13.303	17,5%	(428)	6,0%	12.875	18,7%
2028	8.591	11,6%	3	0,2%	8.594	11,3%	(358)	5,0%	8.236	11,9%
2029	5.955	8,0%	3	0,2%	5.958	7,8%	(434)	6,1%	5.524	8,0%
2030	5.434	7,3%	4	0,2%	5.438	7,1%	(474)	6,7%	4.964	7,2%
Acima de 2030	26.981	36,3%	1	0,1%	26.982	35,5%	(4.790)	67,5%	22.192	32,2%
Total	74.285	100,0%	1.797	100,0%	76.082	100,0%	(7.100)	100,0%	68.982	100,0%
Valor Presente ⁽¹⁾	59.055		1.688		60.743		(5.042)		55.701	

1) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

IV - Ativos Fiscais diferidos não contabilizados

Em 30/06/2026, os ativos fiscais diferidos não contabilizados correspondem a R\$ 422 (R\$ 586 em 31/12/2025) e decorrem da avaliação da Administração sobre suas perspectivas de realização no longo prazo.

c) Obrigações Fiscais Correntes

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar		7.043	9.228
Demais Impostos e Contribuições a Pagar		5.407	4.157
Obrigações Legais	11b II	1.855	1.942
Total		14.305	15.327
Circulante		12.287	12.521
Não Circulante		2.018	2.806

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Obrigações Fiscais Correntes totalizam R\$ 2.282 (R\$ 999 em 31/12/2025) e estão representadas por Obrigações Legais de R\$ 304 (R\$ 296 em 31/12/2025) e Impostos e Contribuições sobre Lucros e Demais Impostos e Contribuições a Pagar de R\$ 1.978 (R\$ 703 em 31/12/2025).

Nota 21 - Lucro por Ação

a) Lucro por Ação Básico

O lucro líquido atribuível aos acionistas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é dividido pelo número médio de ações em circulação no período, excluindo-se as ações em tesouraria.

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025 ⁽¹⁾
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	24.119	22.173
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(119)	(121)
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(124)	(124)
Lucro Acumulado a ser Distribuído, em bases proporcionais aos Detentores de Ações:	23.876	21.928
Ordinárias	12.169	11.101
Preferenciais	11.707	10.827
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações:		
Ordinárias	12.293	11.225
Preferenciais	11.826	10.948
Média ponderada das Ações em Circulação		
Ordinárias	5.617.742.977	5.617.742.977
Preferenciais	5.404.681.975	5.479.027.349
Lucro por Ação Básico - R\$		
Ordinárias	2,19	2,00
Preferenciais	2,19	2,00

1) Para fins de comparabilidade, as informações contemplam os efeitos das bonificações de ações deliberadas e efetivamente emitidas ao longo do exercício de 2025, conforme as respectivas datas de emissão.

b) Lucro por Ação Diluído

Calculado de forma similar ao lucro por ação básico, no entanto, inclui a conversão de todas as ações preferenciais potencialmente diluíveis no denominador.

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025 ⁽¹⁾
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	11.826	10.948
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	111	101
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	11.937	11.049
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	12.293	11.225
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(111)	(101)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias após efeitos da Diluição	12.182	11.124
Média Ponderada Ajustada de Ações		
Ordinárias	5.617.742.977	5.617.742.977
Preferenciais	5.504.786.141	5.579.857.433
Preferenciais	5.404.681.975	5.479.027.349
Incrementais conforme Planos de Pagamento Baseado em Ações	100.104.166	100.830.084
Lucro por Ação Diluído - R\$		
Ordinárias	2,17	1,98
Preferenciais	2,17	1,98

1) Para fins de comparabilidade, as informações contemplam os efeitos das bonificações de ações deliberadas e efetivamente emitidas ao longo do exercício de 2025, conforme as respectivas datas de emissão.

Não houve efeito potencialmente antidilutivos das ações dos Planos de Pagamento Baseado em Ações.

Nota 22 - Benefícios Pós-Emprego

A política contábil sobre benefícios pós-emprego está apresentada na Nota 2c XIV.

Os planos de aposentadoria são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e encontram-se fechados à novas adesões. As entidades possuem estrutura independente e administram os planos conforme as características de seus regulamentos.

Existem três modalidades de planos de aposentadoria:

- **Planos de Benefício Definido (BD):** são planos cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, baseados nos salários e/ou tempo de serviço dos colaboradores, sendo o custeio determinado atuarialmente. Os planos classificados nessa categoria são: Plano de Aposentadoria Complementar; Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia; Plano de Benefício Franprev; Plano de Benefício 002; Plano de Benefícios Prebeg; Plano BD UBB PREV; Plano de Benefícios II; Plano Básico Itaulam; Plano BD Itaucard; Plano de Aposentadoria Principal Itaú Unibanco administrados pela Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar (FIU); e Plano de Benefícios I, administrado pelo Fundo de Pensão Multipatrocinado (FUNBEP).

- **Planos de Contribuição Definida (CD):** são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo dos investimentos, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Os planos de aposentadoria na modalidade Contribuição Definida possuem fundos previdenciários compostos pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes por perda da elegibilidade ao benefício, bem como por recursos oriundos dos processos de migração de planos de aposentadoria na modalidade benefício definido. Os fundos são utilizados para aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios. Os planos classificados nessa categoria são: Plano Itaubanco CD; Plano de Aposentadoria Itaubank; Plano de Previdência REDECARD administrados pela FIU.

- **Planos de Contribuição Variável (CV):** nesta modalidade, os benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, sendo o benefício determinado atuarialmente com base no saldo dos investimentos acumulados pelo participante na data da aposentadoria. Os planos classificados nessa categoria são: Plano de Previdência Unibanco Futuro Inteligente; Plano Suplementar Itaulam; Plano CV Itaucard; Plano de Aposentadoria Suplementar Itaú Unibanco administrados pela FIU e Plano de Benefícios II administrado pelo FUNBEP.

a) Principais Premissas Atuariais

A tabela abaixo demonstra as premissas atuariais de natureza demográficas e financeiras utilizadas para o cálculo da obrigação do benefício definido:

Tipo	Premissa	30/06/2026	30/06/2025
Demográfica	Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Financeira	Taxa Nominal de Desconto ⁽²⁾	11,70% a.a.	11,59% a.a.
Financeira	Inflação ⁽³⁾	4,00% a.a.	4,00% a.a.

1) Correspondem àquelas divulgadas pela SOA - *Society of Actuaries*, aplicando-se, em geral, um aumento de 10% de acordo com a aderência à população do plano, nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

2) Considera as taxas de juros de Títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações, compatível com o cenário econômico observado na data-base do encerramento do balanço, conforme volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

3) Inflação de longo prazo projetada.

Os planos de aposentadoria patrocinados por controladas no exterior - Banco Itaú (Suisse) S.A., Itaú Colombia S.A. e PROSERV - Promociones y Servicios S.A. de C.V. - são estruturados na modalidade Benefício Definido e adotam premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico de cada país.

b) Gerenciamento de Riscos

As EFPCs patrocinadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pela PREVIC, dispõem de Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Os benefícios oferecidos possuem características de longa duração e os principais fatores envolvidos no gerenciamento e mensuração de seus riscos são risco financeiro, risco de inflação e risco biométrico.

- **Risco Financeiro** - o passivo atuarial do plano é calculado adotando uma taxa de desconto, que pode diferir das taxas auferidas nos investimentos. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá acarretar um déficit. Para mitigar esse risco e assegurar a capacidade de pagar os benefícios no longo prazo, os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar volatilidade e risco de descasamento entre ativos e passivos. Adicionalmente, são realizados testes de aderência nas premissas financeiras para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

- **Risco de Inflação** - grande parte das obrigações estão vinculadas a índices de inflação, tornando o passivo atuarial sensível à alta dos índices. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

- **Risco Biométrico** - planos que possuem alguma obrigação avaliada atuarialmente estão expostos ao risco biométrico. Caso as tábuas de mortalidade utilizadas não se mostrem aderentes à massa de participantes dos planos, é possível o surgimento de déficit ou superávit na avaliação atuarial. Para mitigar esse risco, são realizados testes de aderência das premissas biométricas para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

Para efeito de registro no balanço das EFPCs que os administram, o passivo atuarial dos planos utiliza taxa de desconto aderente às suas carteiras de ativos e fluxos de receitas e despesas, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial independente. O método atuarial utilizado é o método agregado, pelo qual o custeio do plano é definido pela diferença entre o seu patrimônio de cobertura e o valor atual de suas obrigações futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

Quando verifica-se déficit no período de concessão acima dos limites definidos legalmente, são realizados contratos de dívida com a patrocinadora conforme políticas de custeamento, os quais afetam as contribuições futuras do plano, sendo definido um plano de equacionamento para tal déficit, respeitando as garantias estipuladas pela legislação vigente. Os planos que se encontram nesta situação são equacionados através de contribuições extraordinárias que sensibilizam os valores de contribuição futura do plano.

c) Gestão dos Ativos

A gestão dos recursos tem como objetivo o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

A seguir quadro com a alocação dos ativos por categoria, segmentado em Cotado em Mercado Ativo e Não Cotado em Mercado Ativo:

Categorias	Valor Justo		% de Alocação	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Títulos de Renda Fixa	22.672	22.144	97,2%	96,5%
Cotados em Mercado Ativo	21.970	21.481	94,2%	93,6%
Não Cotados em Mercado Ativo	702	663	3,0%	2,9%
Títulos de Renda Variável	3	2	-	-
Cotados em Mercado Ativo	3	2	-	-
Investimentos Estruturados	123	125	0,5%	0,5%
Não Cotados em Mercado Ativo	123	125	0,5%	0,5%
Imóveis	467	575	2,0%	2,6%
Empréstimos a Participantes	49	91	0,3%	0,4%
Total	23.314	22.937	100,0%	100,0%

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 3 (R\$ 2 em 31/12/2025), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 441 (R\$ 508 em 31/12/2025).

d) Outros Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO não possui obrigações adicionais referentes a benefícios pós-emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisições ocorridas ao longo dos anos, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial nos prazos e condições estabelecidos, em que há o patrocínio total ou parcial dos planos de saúde para massa específica de ex-colaboradores e seus beneficiários. Seu custeio é determinado atuarialmente de forma a assegurar a manutenção da cobertura. Estes planos estão fechados a novas adesões.

As premissas para a taxa de desconto, inflação, tábuas de mortalidade e método atuarial são as mesmas utilizadas para os planos de aposentadoria. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utilizou o percentual de 4% a.a. para a inflação médica, considerando adicionalmente, também inflação de 4% a.a.

Particularmente nos outros benefícios pós-emprego, há o risco de inflação médica associado ao crescimento dos custos médicos acima do esperado. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

e) Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

O montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial é limitado pela restrição do ativo e é apurado com base nas contribuições futuras estimadas a serem realizadas pela patrocinadora, de forma que representa o valor máximo de redução nas contribuições a serem efetuadas.

30/06/2026									
Nota	Planos BD e CV				Planos CD			Outros Benefícios Pós-Emprego	Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	22.937	(19.641)	(5.030)	(1.734)	339	(96)	243	(526)	(2.017)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)	1.275	(1.092)	(286)	(103)	(6)	(5)	(11)	(30)	(144)
1 - Custo Serviço Corrente	-	(12)	-	(12)	-	-	-	-	(12)
2 - Custo Serviço Passado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Juros Líquidos	1.275	(1.080)	(286)	(91)	23	(5)	18	(30)	(103)
4 - Outras Receitas e Despesas ⁽¹⁾	-	-	-	-	(29)	-	(29)	-	(29)
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (5+6+7)	(13)	9	(18)	(22)	-	-	-	-	(22)
5 - Efeito na Restrição do Ativo	-	-	(18)	(18)	-	-	-	-	(18)
6 - Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de premissas demográficas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de premissas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Experiência do plano ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-
7 - Variação Cambial	(13)	9	-	(4)	-	-	-	-	(4)
Outros (8+9+10)	(885)	1.065	-	180	-	-	-	46	226
8 - Recebimento por Destinação de Recursos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 - Benefícios Pagos	(1.066)	1.065	-	(1)	-	-	-	46	45
10 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	181	-	-	181	-	-	-	-	181
Valor Final do Período	23.314	(19.659)	(5.334)	(1.679)	333	(101)	232	(510)	(1.957)
Valor Reconhecido no Ativo	9a			14			232	-	246
Valor Reconhecido no Passivo	9b			(1.693)			-	(510)	(2.203)

31/12/2025									
Nota	Planos BD e CV				Planos CD			Outros Benefícios Pós-Emprego	Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Passivo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	21.490	(19.035)	(4.237)	(1.782)	365	(81)	284	(562)	(2.060)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)	2.393	(2.108)	(493)	(208)	(16)	(10)	(26)	(61)	(295)
1 - Custo Serviço Corrente	-	(24)	-	(24)	-	-	-	-	(24)
2 - Custo Serviço Passado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Juros Líquidos	2.393	(2.084)	(493)	(184)	50	(10)	40	(61)	(205)
4 - Outras Receitas e Despesas ⁽¹⁾	-	-	-	-	(66)	-	(66)	-	(66)
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (5+6+7)	749	(445)	(300)	4	(10)	(5)	(15)	14	3
5 - Efeito na Restrição do Ativo	-	-	(300)	(300)	-	(5)	(5)	-	(305)
6 - Remensurações	762	(451)	-	311	(10)	-	(10)	14	315
Alterações de premissas demográficas	-	151	-	151	-	-	-	-	151
Alterações de premissas financeiras	-	(384)	-	(384)	-	-	-	4	(380)
Experiência do plano ⁽²⁾	762	(218)	-	544	(10)	-	(10)	10	544
7 - Variação Cambial	(13)	6	-	(7)	-	-	-	-	(7)
Outros (8+9+10)	(1.695)	1.947	-	252	-	-	-	83	335
8 - Recebimento por Destinação de Recursos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9 - Benefícios Pagos	(1.947)	1.947	-	-	-	-	-	83	83
10 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	252	-	-	252	-	-	-	-	252
Valor Final do Período	22.937	(19.641)	(5.030)	(1.734)	339	(96)	243	(526)	(2.017)
Valor Reconhecido no Ativo	9a			13			243	-	256
Valor Reconhecido no Passivo	9b			(1.747)			-	(526)	(2.273)

1) Corresponde basicamente aos valores de utilização de ativos alocados em fundos previdenciais dos planos CD.

2) Corresponde aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado e contemplam as contribuições realizadas pelos participantes.

Os Juros Líquidos correspondem ao valor calculado em 01/01/2026 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 11,70% a.a. (Em 01/01/2025 utilizou-se a taxa de desconto de 11,59% a.a.).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING patrocina um Plano BD. O montante reconhecido no passivo é de R\$ 47 (R\$ 47 em 31/12/2025), em Outros Resultados Abrangentes é de R\$ 15 (R\$ 15 em 31/12/2025) e em receita/(despesa) de R\$ (4) (R\$ 3 de 01/01 a 30/06/2025).

f) Contribuições de Benefício Definido

	Contribuições Estimadas	Contribuições Efetuadas	
	2026	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Planos de Aposentadoria - FIU	21	25	26
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	129	137	142
Total ⁽¹⁾	150	162	168

1) Incluem contribuições extraordinárias acordadas nos planos de equacionamento de déficit.

g) Perfil de Vencimento das Obrigações de Benefício Definido

	Duration ⁽¹⁾	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a	2035
Planos de Aposentadoria - FIU	7,95	1.219	1.263	1.305	1.345	1.383		7.381
Planos de Aposentadoria - FUNBEP	7,38	740	757	774	789	803		4.169
Outros Benefícios Pós-Emprego	7,42	91	72	45	47	49		265
Total		2.050	2.092	2.124	2.181	2.235		11.815

1) Duration média do passivo atuarial dos planos.

h) Análise de Sensibilidade

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas, anualmente são realizados testes de sensibilidade nas obrigações atuariais. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando alterando apenas uma variável de interesse e mantendo inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

Principais Premissas	Planos BD e CV			Outros Benefícios Pós-Emprego		
	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) ⁽¹⁾	Valor Presente da Obrigação	Resultado	Patrimônio Líquido (Outros Resultados Abrangentes) ⁽¹⁾
Taxa de Desconto						
Acréscimo de 0,5 p.p.	(669)	-	236	(17)	-	17
Decréscimo de 0,5 p.p.	716	-	(252)	19	-	(19)
Tábua de Mortalidade						
Acréscimo de 5%	(234)	-	79	(9)	-	9
Decréscimo de 5%	245	-	(82)	10	-	(10)
Inflação Médica						
Acréscimo de 1 p.p.	-	-	-	40	-	(40)
Decréscimo de 1 p.p.	-	-	-	(35)	-	35

1) Efeito líquido da restrição do ativo.

Nota 23 - Receitas e Despesas da Intermediação Financeira e Resultado de Perda de Crédito Esperada

	01/01 a 30/06/2026				01/01 a 30/06/2025			
	Receitas da Intermediação Financeira	Despesas da Intermediação Financeira	Resultado da Perda de Crédito Esperada	Resultado Bruto da Intermediação Financeira	Receitas da Intermediação Financeira	Despesas da Intermediação Financeira	Provisão para Perda de Crédito Esperada	Resultado Bruto da Intermediação Financeira
CA	128.971	(104.585)	(18.266)	6.120	104.431	(90.318)	(15.347)	(1.234)
VJORA	11.448	-	(18)	11.430	5.909	-	(563)	5.346
VJR	46.295	(4.347)	2	41.950	44.461	(9)	7	44.459
Outros	(2.246)	(16.672)	208	(18.710)	5.954	(15.001)	349	(8.698)
Total	184.468	(125.604)	(18.074)	40.790	160.755	(105.328)	(15.554)	39.873

Nota 24 - Receitas de Prestação de Serviço e Tarifas Bancárias

A política contábil sobre receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias está apresentada na Nota 2c XV.

Os principais serviços prestados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO são:

- **Cartões de Crédito e Débito:** referem-se, principalmente, às taxas cobradas pelos emissores de cartão e às anuidades cobradas pela disponibilização e administração do cartão de crédito.
- **Serviços de Conta Corrente:** estão substancialmente compostos por tarifas de manutenção de contas correntes, conforme cada pacote de serviço concedido ao cliente, saques de conta depósito à vista e ordem de pagamento.
- **Administração de Recursos:** referem-se às taxas cobradas pela administração e desempenho de fundos de investimento e administração de consórcios.
- **Pagamentos e Recebimentos:** referem-se, principalmente, às taxas cobradas pelos adquirentes pelo processamento das operações realizadas com cartões, ao aluguel de máquinas da Rede e às transferências realizadas por meio do PIX em pacotes de pessoa jurídica.
- **Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem:** referem-se, principalmente, aos serviços de estruturação de operações financeiras, colocação de títulos e valores mobiliários e intermediação de operações em bolsas.

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Cartões de Crédito e Débito	8.687	8.131
Serviços de Conta Corrente	1.437	1.820
Administração de Recursos	4.599	4.363
Fundos	3.506	3.469
Consórcios	1.093	894
Operações de Crédito e Garantias Financeiras	1.287	1.334
Operações de Crédito	409	455
Garantias Financeiras	878	879
Pagamentos e Recebimentos	3.189	3.412
Assessoria Econômica, Financeira e Corretagem	2.586	2.188
Serviços de Custódia	491	422
Outras	2.759	1.996
Total	25.035	23.666

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias são representadas, basicamente, por Cartões de Crédito e Débito no montante de R\$ 6.130 (R\$ 5.445 de 01/01 a 30/06/2025).

Nota 25 - Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Remuneração, Encargos, Benefícios Sociais, Desligamentos e Treinamento	(12.781)	(12.524)
Participação dos Empregados nos Lucros e Pagamento Baseado em Ações	(4.462)	(3.962)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança, Transportes e Viagens	(4.063)	(4.150)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.190)	(2.847)
Instalações e Materiais	(1.692)	(1.721)
Depreciação e Amortização	(2.938)	(2.930)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(897)	(882)
Comercialização - Cartões de Crédito	(3.123)	(2.581)
Amortização de Ágios	(279)	(202)
Perdas com Sinistros	(283)	(271)
Outras	(2.350)	(2.680)
Total	(36.058)	(34.750)

Nota 26 - Gerenciamento de Riscos, Capital e Limites de Imobilização

a) Governança Corporativa

Assumir e gerenciar riscos é uma das atividades do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e, para isso, a instituição deve ter bem estabelecidos os objetivos para a gestão de riscos. Nesse contexto, o *Apetite de Risco* articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição, e a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO investe em processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que são a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios e para maximizar a criação de valor para o acionista.

Dentre os processos para o adequado gerenciamento de riscos e capital, destacam-se a implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, do arcabouço de *Apetite de Risco*, que é composto pela Declaração de *Apetite de Riscos* (RAS, do inglês *Risk Appetite Statement*) do CA, pela política de *Apetite de Risco* e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos, do programa de teste de estresse, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação, perante o BACEN, do diretor para gerenciamento de riscos (CRO, do inglês *Chief Risk Officer*), com atribuição de papéis, responsabilidades e requisitos de independência.

Estes processos estão alinhados às diretrizes do Conselho de Administração e dos Executivos que, por meio de órgãos colegiados, definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

Os princípios que ditam os fundamentos do gerenciamento de riscos, do *Apetite de Riscos* e as diretrizes para a forma de atuação dos colaboradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO no dia a dia para a tomada de decisão são:

- **Sustentabilidade e satisfação de clientes:** a visão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes, por isso preocupa-se em gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade do negócio. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO preocupa-se em fazer negócios que sejam bons para o cliente e para a instituição.

- **Cultura de risco:** a cultura de risco da instituição vai além de políticas, procedimentos e processos, e busca fortalecer a responsabilidade individual e coletiva de todos os colaboradores, para que façam a coisa certa, no momento certo e de maneira correta, respeitando a forma ética de fazer negócios. Está pautada em quatro princípios (a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e responsabilidade

de todos pela gestão de risco), os quais incentivam que o risco seja entendido e discutido abertamente, mantendo-se dentro dos níveis determinados pelo Apetite de Risco, e para que cada colaborador, independentemente de sua posição, área ou função, também assuma a responsabilidade pela gestão dos riscos do seu negócio.

- **Apreçamento do risco:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO atua e assume riscos em negócios conhecidos e entendidos, evitando riscos sobre os quais não se tem conhecimento ou nos quais não há vantagem competitiva, avaliando cuidadosamente a relação de risco e retorno.

- **Diversificação:** a instituição tem baixo apetite por volatilidade nos resultados e por isso atua em uma base diversificada de clientes, produtos e negócios, buscando a diferenciação dos riscos, além de priorizar negócios de menos arriscados.

- **Excelência operacional:** o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO quer ser um banco ágil, com infraestrutura robusta e estável, para oferecer serviços de alta qualidade.

- **Ética e respeito à regulação:** para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ética é inegociável, por isso a instituição promove um ambiente institucional íntegro, orientando todos os colaboradores a cultivar a ética nos relacionamentos e nos negócios e o respeito às normas, zelando pela reputação da instituição.

O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para a gestão de riscos e capital. Por sua vez, o Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) é responsável por apoiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Já no nível executivo, são estabelecidos órgãos colegiados presididos pelo *Chief Executive Officer* (CEO) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, que são responsáveis pela gestão de riscos e capital exercendo responsabilidades delegadas nestes temas e cujas decisões são acompanhadas no âmbito do CGRC.

Para dar suporte a essa estrutura, a Área de Riscos possui diretorias especializadas que tem o objetivo de assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos e o capital da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está em conformidade com as regulamentações vigentes no Brasil e no exterior. Localmente, o Banco segue as normas estabelecidas pelo BACEN, com destaque para a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), dentre outros reguladores e normas aplicáveis. No âmbito internacional, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO segue os padrões definidos pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) dos Estados Unidos e pelas regulamentações locais dos países onde está presente. Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO adere a diretrizes como a *Foreign Account Tax Compliance Act* (FATCA), aos *Principles for Responsible Banking* (PRB) da *United Nations Environment Programme - Finance Initiative* e às Diretrizes para Empresas Multinacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), destacando alguns exemplos representativos. O Banco também adota práticas alinhadas às normas da *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e às melhores práticas de governança corporativa reconhecidas globalmente.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO também conta com governança de identificação e monitoramento de riscos emergentes, que são aqueles recém identificados com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado.

As responsabilidades sobre o gerenciamento de risco no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de governança, a saber:

- 1ª linha de governança: áreas de negócios e áreas corporativas de suporte são responsáveis diretos por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos por elas originados.

- 2ª linha de governança: área de riscos, tem como objetivo assegurar, de forma independente e centralizada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos, definindo parâmetros para o processo de gestão de riscos e para sua supervisão. Tal controle provê ao CA e aos executivos uma visão global das exposições do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

- 3ª linha de governança: auditoria interna, que está ligada ao Conselho de Administração e promove a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza sistemas automatizados e robustos para atendimento aos regulamentos de capital, bem como para mensuração de riscos, seguindo as determinações e modelos regulatórios vigentes. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelos reguladores para observação do capital mínimo exigido e monitoramento dos riscos.

Visando fortalecer os valores e alinhar o comportamento dos colaboradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com as diretrizes estabelecidas para gestão de risco, a instituição adota diversas iniciativas para disseminar e fortalecer uma cultura de risco baseada em quatro princípios: a tomada consciente de riscos, a discussão e a ação sobre os riscos da instituição e a responsabilidade de todos pela gestão de risco. Esses princípios articulam as diretrizes do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO auxiliando os colaboradores a entender, identificar, mensurar, gerenciar e mitigar os riscos de maneira consciente.

Outras informações sobre gerenciamento de Riscos e Capital podem ser visualizadas no site www.itaou.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e relatórios, Documentos regulatórios, Pilar 3.

b) Gerenciamento de Riscos

Apetite de Risco

O Apetite de Risco articula o conjunto de diretrizes do Conselho de Administração (CA) sobre estratégia e assunção de riscos, definindo a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a organização e considerando a capacidade de gerenciamento de forma efetiva e prudente, os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório.

O arcabouço de Apetite de Risco é composto pela Declaração de Apetite de Riscos (RAS - *Risk Appetite Statement*) do CA, pela política de Apetite de Risco e pelo conjunto de métricas para monitoramento dos principais riscos conforme os limites definidos.

Considerando as diretrizes estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, o Apetite de Risco e suas dimensões são fundamentados na seguinte Declaração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

De forma a tangibilizar a RAS, o Apetite de Risco foi segmentado em seis dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, para obter uma visão abrangente das nossas exposições sobre os tipos e níveis de risco aceitáveis:

- Capitalização: reflete o nível de proteção do Banco contra perdas significativas que poderiam levar ao descumprimento regulatório ou insolvência. Estabelece que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada por meio do acompanhamento dos índices de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, em situação normal e em estresse, e dos *ratings* de emissão de dívidas da instituição.

- **Liquidez:** reflete o nível de proteção do Banco contra um período prolongado de estresse de *funding* que poderia levar à falta de liquidez e eventual falência. Estabelece que a liquidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez.

- **Composição dos resultados:** tem por objetivo garantir a estabilidade e sustentabilidade dos resultados, restringindo a volatilidade excessiva e evitando concentrações em portfólios e desvios significativos na precificação e nas provisões. Define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Para tanto, monitora indicadores de risco de Crédito, incluindo dimensões sociais, ambientais e climáticas, de Mercado e IRRBB, de Subscrição e de Negócios & Rentabilidade. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.

- **Risco operacional:** aborda os riscos operacionais que possam comprometer os negócios e a operação do Banco, focando no controle de eventos que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação.

- **Reputação:** aborda riscos que possam impactar o valor da nossa marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito por meio de comportamento ético e observância conservadora das normas regulatórias.

- **Clientes:** aborda riscos que possam impactar a satisfação e experiência dos clientes, sendo monitorada por meio do acompanhamento da satisfação dos clientes, eventos com impactos diretos em clientes e indicadores de *suitability*.

As métricas traduzem a RAS e as dimensões em indicadores monitoráveis, que capturam os principais riscos incorridos pela instituição. Elas são monitoradas periodicamente e reportadas ao nível executivo, ao Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e ao CA, que orientam a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

O Conselho de Administração é o responsável pelo estabelecimento e aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do CGRC e do *Chief Risk Officer* (CRO). A governança do Apetite de Risco está registrada em política interna, estabelecida, revisada e aprovada também pelo CA.

I - Risco de Crédito

Risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

A política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO baseia-se em critérios internos como: classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, público considerado como varejo, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO já tem uma relação).

Para público de atacado e agro, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, incluindo a avaliação do risco socioambiental, de acordo com as diretrizes da Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e de manuais e procedimentos específicos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

Os modelos de *rating* para grandes empresas incorporam o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) por meio de um questionário, que considera:

- Social: eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum, como condições de trabalho inadequadas e impactos negativos em comunidades locais. A gestão prioriza a proteção dos direitos humanos e a promoção do bem-estar social.
- Ambiental: eventos relacionados à degradação do meio ambiente, biodiversidade e uso excessivo de recursos naturais, como desmatamento, poluição e esgotamento de recursos hídricos. A abordagem busca a conservação ambiental, uso sustentável dos recursos e promoção de práticas ecológicas.
- Climática: engloba (i) a transição para uma economia de baixo carbono, visando à redução ou compensação das emissões de gases de efeito estufa e à preservação de mecanismos naturais de captura desses gases, e (ii) a adaptação a eventos climáticos extremos e alterações ambientais de longo prazo, como tempestades severas, secas prolongadas e elevação do nível do mar.

Com base nessas definições, os clientes são classificados em uma escala de risco socioambiental que varia de Baixo a Muito Alto. Essa classificação é utilizada para eventuais penalizações no *rating*.

Essas informações atuam como suporte ao processo de *rating*, não impactando diretamente o cálculo, exceto nos casos de penalização.

Atendendo a Resolução CMN nº 4.557/17, o documento “Relatório de Acesso Público - Política de Gestão e Controle de Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança corporativa, Políticas, Relatórios.

I.I - Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações expostas ao risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Gerencialmente, para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Em complemento à política de mitigação do risco de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza, nas operações garantidas por imóveis rurais e urbanos, análises específicas quanto aos requisitos ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança) para cada tipo de garantia.

Para garantias rurais, são considerados laudos com critérios socioambientais detalhados, incluindo a verificação de conformidade do imóvel com legislações ambientais, *status* do Cadastro Ambiental Rural, existência de passivos ambientais, sobreposições com áreas protegidas, territórios indígenas, quilombolas, assentamentos, sítios

arqueológicos, áreas de mineração, além da análise do uso do solo e histórico ambiental. O laudo contempla ainda informações sobre georreferenciamento, regularidade fundiária e indicadores de risco climático, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis e a mitigação de riscos socioambientais.

Para garantias urbanas, o laudo de avaliação inclui vistoria técnica e levantamento de indícios de contaminação, análise do entorno quanto à existência de atividades potencialmente poluidoras (indústrias, postos de combustíveis, oficinas, depósitos de resíduos, entre outros), além da consulta a listas públicas oficiais de áreas contaminadas. O laudo ambiental urbano considera ainda o uso atual e pretérito do imóvel, infraestrutura disponível, e diagnóstico de mercado, assegurando que o imóvel não apresenta riscos ambientais relevantes e está em conformidade com as normas urbanísticas e ambientais vigentes.

Esse processo reforça o compromisso do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO com a adoção de práticas responsáveis e alinhadas aos princípios ESG, contribuindo para a sustentabilidade das operações e para a mitigação dos riscos de crédito.

I.II - Governança e mensuração da perda de crédito esperada

A área de risco de crédito e a área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda de crédito esperada e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por negócio, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, na PD (Probabilidade de descumprimento) ou na LGD (Perda no momento do descumprimento), no qual o descumprimento é o momento em que o contrato se torna um ativo problemático.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO calcula a perda de crédito esperada para as carteiras de negócios do Varejo e do Atacado multiplicando a PD, a LGD e o EAD (Exposição ao descumprimento), considerando as informações macroeconômicas prospectivas na PD e LGD.

I.III - Classificação dos Estágios de Deterioração de Crédito

A política contábil sobre Perda de Crédito Esperada está apresentada na Nota 2c IV.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO considera informações internas de clientes, modelos estatísticos, dias de atraso e análises qualitativas para fins de determinação do risco de crédito dos instrumentos financeiros.

As regras de mudança de estágio consideram, para os segmentos do Varejo e Atacado:

- **Estágio 1 para estágio 2:** atraso ou avaliação dos *triggers* de probabilidade de *default* (PD).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO migra os contratos com atraso superior a 30 dias para o estágio 2, exceto empréstimos imobiliários (60 dias de atraso), devido ao risco da operação.

Independente do atraso, a migração para o estágio 2 ocorre se a PD da operação ou o *rating* do subgrupo econômico, conforme definido para o Varejo e Atacado, respectivamente, ultrapassar o apetite de risco aprovado pela Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

- **Estágio 3:** são considerados indicativos de que o cliente não honrará com as condições contratadas (Ativo problemático), sendo os principais: 90 dias de atraso no pagamento de principal e encargos, reestruturação de dívida, medidas judiciais, dentre outros. O instrumento financeiro, em qualquer estágio, pode migrar para o estágio 3 quando apresentar os indicativos de ativos problemáticos.

Para modelos que não são massificados caso um instrumento financeiro seja alocado no estágio 3, todos os instrumentos financeiros do mesmo subgrupo econômico/da mesma contraparte são classificados para o estágio 3, salvo aqueles que sua natureza e finalidade não indicam que o cliente não honrará com as condições contratadas.

A partir das classificações em estágios, são utilizadas regras de mensuração de perda de crédito esperada determinadas, conforme descrito na Nota 2c IV.

I.IV - Exposição Máxima dos Instrumentos Financeiros ao Risco de Crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros	2.672.031	2.569.058
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	312.547	340.388
Aplicações no Mercado Aberto	237.046	269.780
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	69.268	65.544
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	6.255	5.093
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(22)	(29)
Títulos e Valores Mobiliários	1.024.844	925.416
Carteira Própria	300.279	355.614
Vinculados	348.779	215.242
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas	376.418	355.296
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(632)	(736)
Derivativos	99.854	73.311
Operações com Característica de Concessão de Crédito	1.234.786	1.229.943
Operações de Crédito, Arrendamentos e Outros Créditos	1.082.375	1.084.014
Títulos e Valores Mobiliários	204.329	197.424
(Provisão para Perda de Crédito Esperada)	(51.918)	(51.495)
Relações Interfinanceiras e Interdependências	297.718	282.008
Outros Ativos Financeiros	68.326	61.614
Off Balance	743.014	715.869
Garantias Financeiras	142.418	134.105
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	600.596	581.764
Total	3.781.089	3.628.549

Os valores de exposição ao risco de crédito apresentados são baseados em valores contábeis brutos e não consideram qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Os valores contratuais de garantias financeiras, compromisso de crédito e créditos a liberar representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos de crédito (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacada. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

I.V - Carteira Homogênea de Risco

O Segmento Varejo inclui os negócios de Banco Pessoa Física, Consignado, Cartões e Financeiras, Veículos Pessoa Física, Imobiliário, Empresas Varejo e Veículos Pessoa Jurídica.

No Varejo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui 130 (130 em 31/12/2025) Grupos Homogêneos: 87 no Estágio 1 (86 em 31/12/2025), 28 no Estágio 2 (29 em 31/12/2025) e 15 no Estágio 3 (15 em 31/12/2025). A concentração média de risco das operações de crédito por grupos homogêneos é de 0,8% (0,8% em 31/12/2025).

A abertura do valor contábil bruto das Operações com Característica de Concessão de Crédito por vencimento está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Vencidas a partir de 1 dia	26.554	24.241
A vencer até 3 meses	277.978	279.902
A vencer de 3 a 12 meses	271.228	284.732
A vencer acima de um ano	710.944	692.563
Total	1.286.704	1.281.438

II - Risco de Mercado

É a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), conforme estabelecido pelo CMN. Os índices de preços também são tratados como um grupo de fator de risco.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/17 e Resolução BCB nº 111/21 e alterações posteriores. A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira bancária caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- **Valor em Risco (VaR - Value at Risk):** medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.
- **Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse):** técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).
- **Stop Loss/Max Drawdown:** métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor.
- **Concentração:** exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM – Mark to Market*").
- **VaR Estressado:** métrica estatística derivada do cálculo de VaR, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária IRRBB (Interest Rate Risk in the Banking Book) é realizada com base nas seguintes métricas:

- **Δ EVE (Delta Economic Value of Equity):** diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- **Δ NI (Delta Net Interest Income):** diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- **Análise de Descasamentos (GAPS):** exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento.
- **Sensibilidade (DV01- Delta Variation):** impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.
- **Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS):** derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O consumo dos limites de risco de mercado é monitorado e divulgado diariamente através de mapas de exposição e sensibilidade. A área de risco de mercado analisa e controla a aderência destas exposições aos limites e alertas e os reporta tempestivamente para as mesas da Tesouraria e demais estruturas previstas na governança.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambientes com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

II.1 - VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

É calculado por Simulação Histórica, isto é, a distribuição esperada para os ganhos e perdas de uma carteira ao longo de tempo pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado desta carteira. O VaR é calculado com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de 4 anos (1.000 dias úteis) e um horizonte de manutenção de um dia. Ainda, em uma abordagem conservadora, o VaR é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o VaR final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

	VaR Total (Simulação Histórica) ⁽¹⁾							
	30/06/2026				31/12/2025			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
VaR por Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	1.692	1.316	2.185	1.669	1.303	1.028	1.974	1.376
Moedas	54	31	99	72	40	22	97	51
Ações	43	35	55	47	45	36	89	46
Commodities	40	17	65	31	30	10	67	40
Efeito de Diversificação	-	-	-	(216)	-	-	-	(385)
Risco Total	1.492	1.076	1.997	1.603	1.085	777	1.744	1.128

1) O VaR por Grupo de Fatores de risco considera as informações das unidades externas.

O documento "Relatório de Acesso Público – Política de Gestão e Controle de Risco de Mercado e IRRBB" que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança corporativa, Políticas, Relatórios.

II.II - Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira Bancária)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO realizou análise de sensibilidade avaliada pelos fatores de risco de mercado considerados relevantes, conforme cenários abaixo:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas taxas de juros prefixado, cupom de moedas, inflação e índice de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações.

Cenário II: Aplicação de choques de 25% nas taxas das curvas de juros prefixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, considerando as maiores perdas por fator de risco.

Cenário III: Aplicação de choques de 50% nas taxas das curvas de juros prefixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, considerando as maiores perdas por fator de risco.

As maiores perdas por fator de risco, em cada cenário, foram apresentadas com impacto no resultado, líquidas de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade das Carteiras de Negociação e Bancária são estáticas e não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que identifica uma situação de perda ou risco elevado, minimizando a possibilidade de perdas materiais. Adicionalmente, o estudo tem fins exclusivos de divulgar a exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Carteira de Negociação		Exposições	30/06/2026		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:		Cenários ⁽¹⁾		
			I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais		(0,7)	(87,1)	(177,9)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras		(0,3)	(162,0)	(320,3)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio		(9,1)	(556,1)	(1.565,6)
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação		(1,0)	(149,9)	(274,0)
TR	Taxas de cupom de TR		-	-	-
Ações	Preços de ações		2,7	261,5	478,3
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores		1,5	9,1	62,9
Total			(6,9)	(684,5)	(1.796,6)

1) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Carteira de Negociação e Bancária		Exposições	30/06/2026		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:		Cenários ⁽¹⁾		
			I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais		(19,2)	(6.211,5)	(11.838,0)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras		(4,7)	(718,8)	(1.404,3)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio		(7,0)	(478,4)	(1.538,3)
Índices de Preços	Taxas de cupons de inflação		(4,4)	(676,2)	(1.257,6)
TR	Taxas de cupom de TR		(1,0)	(270,5)	(516,0)
Ações	Preços de ações		5,5	232,9	426,1
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores		1,5	8,8	62,5
Total			(29,3)	(8.113,7)	(16.065,6)

1) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

III - Risco de Liquidez

É definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, estimar o fluxo de caixa e a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo e monitorar limites mínimos para absorver perdas em cenários de estresse para cada país onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO opera. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos e nas definições da alta administração. Estes cenários são revistos periodicamente, por meio da análise das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO efetua diariamente a gestão e o controle do risco de liquidez através de governança aprovada em comitês superiores, que prevê, entre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez, suficientes para absorver possíveis perdas de caixa em cenários de estresse, mensurados através de metodologias internas e, também, por metodologia regulatória.

Dentre os principais indicadores regulatórios de liquidez destacam-se:

Indicador de liquidez de curto prazo (LCR): pode ser definido como um índice de suficiência no horizonte de 30 dias, medindo o montante disponível de ativos disponíveis para honrar potenciais saídas líquidas em um cenário de estresse.

Indicador de liquidez de longo prazo (NSFR): pode ser definido como uma análise de *funding* disponível para financiamento dos ativos de longo prazo.

Ambas as métricas são geridas pela área de risco de liquidez e possuem limites aprovados em comitês superiores, bem como governança de planos de ação em eventuais cenários de estresse de liquidez.

Sob a métrica do LCR o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui Ativos de Alta Liquidez (HQLA), compostos principalmente por títulos soberanos, reservas em bancos centrais e dinheiro em espécie. Já as saídas líquidas de caixa são compostas principalmente por captações, requerimentos adicionais, obrigações contratuais e contingentes, compensadas por entradas de caixa por empréstimos e outras entradas de caixa previstas.

Quando o LCR do período é acima do limite de 100% significa que possui recursos estáveis disponíveis suficientes para suportar as perdas no cenário de estresse padronizado para o LCR.

Já sob a ótica do NSFR o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui Recursos Estáveis Disponíveis (ASF) compostos principalmente por capital, captações. Já os Recursos Estáveis Requeridos (RSF) são compostos principalmente pelos empréstimos e financiamentos concedidos a clientes.

Assim como para o LCR, quando o NSFR é acima do limite de 100%, os recursos estáveis disponíveis são suficientes para suportar os recursos estáveis requeridos no longo prazo.

As Captações de Recursos de acordo com os vencimentos são apresentados abaixo:

	30/06/2026		31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros Instrumentos de Dívida	103.873	319.626	108.419	307.211
Recursos de Emissões	90.820	173.209	96.925	168.561
Letras Financeiras	21.031	30.107	28.359	32.802
Letras de Crédito Imobiliário	23.720	56.813	30.005	41.116
Letras de Crédito do Agronegócio	25.605	32.008	29.641	35.003
Letras Imobiliárias Garantidas	20.464	49.868	8.920	55.518
Debêntures	-	4.413	-	4.122
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	11.194	67.296	8.736	67.684
Brazil Risk Note Programme	509	11.896	423	12.748
Structure Note Issued	2.084	6.893	2.789	7.630
Bonds	5.304	34.481	5.067	35.215
Fixed Rate Notes	475	10.549	-	9.300
Eurobonds	23	17	56	23
Outros	2.799	3.460	401	2.768
Certificados de Operações Estruturadas	1.859	25.957	2.758	22.819
Instrumentos de Dívida com Cláusulas de Subordinação	-	53.164	-	48.147
Letras Financeiras	-	46.110	-	37.900
Euronotes	-	-	-	2.755
Bonds	-	7.054	-	7.492
Obrigações por Empréstimos e Repasses	101.578	30.824	118.637	28.527
Empréstimos	88.501	13.277	104.328	12.168
Repasses - do País - Instituições Oficiais	13.077	17.547	14.309	16.359
Total	205.451	350.450	227.056	335.738

No período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO detém R\$ 170.495 (R\$ 167.275 em 31/12/2025) em Depósitos no Banco Central do Brasil compreendido na rubrica Relações Interfinanceiras e Interdependências do Balanço Patrimonial.

O “Pilar 3” que detalha os Indicadores de Liquidez, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e relatórios, Documentos regulatórios, Pilar 3.

O documento “Relatório de Acesso Público – Gestão e Controle de Risco de Liquidez”, que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, e não faz parte das demonstrações

contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança corporativa, Políticas, Relatórios.

IV - Risco Operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Os gestores das áreas executivas utilizam-se de metodologias corporativas construídas e disponibilizadas pela área de *Compliance* e Risco Operacional.

Dentro da governança do processo de gerenciamento de riscos, periodicamente, são apresentados os reportes consolidados do monitoramento de riscos, controles, planos de ação e perdas operacionais aos executivos das áreas de negócio.

Em linha com os princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, o documento “Relatório de Acesso Público – Política de Gerenciamento Integrado de Risco Operacional e Controles Internos”, versão resumida do normativo institucional de gerenciamento de risco operacional, pode ser acessado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança corporativa, Políticas, Relatórios.

V - Riscos de Seguros, Previdência Privada e Capitalização

Além dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros relacionados às carteiras de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, as operações realizadas no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO ocasionam exposição ao risco de subscrição.

O risco de subscrição é o risco de desvios significativos nas metodologias e/ou premissas utilizadas para precificação ou provisão dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado:

- (i) Seguro: resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas da precificação.
- (ii) Previdência Privada: é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas.
- (iii) Capitalização: o pagamento de prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas e/ou despesas administrativas maiores do que as esperadas podem materializar este risco.

A mensuração da exposição ao risco de subscrição se baseia na análise das premissas atuariais utilizadas na constituição dos passivos e na precificação dos produtos por meio de: i) monitoramento da evolução do patrimônio necessário para mitigar o risco de insolvência ou liquidez; ii) acompanhamento das carteiras, produtos e coberturas, sob as óticas de resultado, aderências às taxas esperadas e ao comportamento esperado da sinistralidade.

A exposição ao risco de subscrição é gerenciada e monitorada de acordo com os níveis de apetite ao risco aprovados pela Administração e é controlada por meio de indicadores que permitam a criação de cenários e simulações de estresse da carteira.

VI - Riscos Emergentes

São aqueles recém identificados e com impacto, a médio e longo prazo, potencialmente material sobre os negócios, mas para os quais ainda não há elementos suficientes para sua completa avaliação, devido à quantidade de fatores e impactos ainda não totalmente conhecidos, uma vez que não possuem precedentes e, por isso, nunca foram tratados no passado. Suas causas podem ser originadas por eventos externos e resultarem no surgimento de novos riscos ou na intensificação de riscos já acompanhados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Uma vez identificados tais riscos passam a ser monitorados e reavaliados anualmente ou sob demanda, até o momento em que deixem de representar um risco ou até que possam ser adequadamente mensurados, sendo que neste caso passam então a seguir as demais etapas do gerenciamento de riscos.

Este processo é assegurado pela governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, permitindo que estes riscos também sejam incorporados aos procedimentos de gestão de riscos. Podem ser citados como exemplo os riscos Geopolítico, Climático e Cibernético, que tem ou já tiveram aspectos considerados como riscos emergentes.

VII - Riscos Social, Ambiental e Climático

Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos são a possibilidade de ocorrência de perdas em função da exposição a eventos de origem social, ambiental e/ou climático relacionados às atividades desenvolvidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, podendo impactar a perenidade dos nossos negócios, a resiliência dos nossos ativos e a geração de valor no curto, médio e longo prazos.

A Política de Riscos Social, Ambiental e Climático (Política de Riscos SAC) estabelece as diretrizes e os princípios fundamentais para a gestão dos riscos social, ambiental e climático, abordando os riscos mais relevantes para a operação da instituição por meio de procedimentos específicos, em alinhamento às políticas corporativas aplicáveis.

Para mitigação dos Riscos Social, Ambiental e Climático são efetuadas ações de mapeamentos de processos, riscos e controles, acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e registro das ocorrências em sistemas internos. Além da identificação, as etapas de priorização, resposta ao risco, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos avaliados complementam o gerenciamento destes riscos no ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

Na gestão dos Riscos Social, Ambiental e Climático as áreas de primeira linha, representadas pelos negócios, realizam a gestão do risco em suas atividades diárias, seguindo as diretrizes da Política de Riscos SAC e processos específicos, contando com avaliação especializada de equipes técnicas dedicadas como no time de Crédito. Além disso, áreas de apoio aos negócios como Sustentabilidade e Jurídico Institucional também contam com times especializados, que atuam de forma integrada na gestão de todas as dimensões dos Riscos Social, Ambiental e Climático atreladas às atividades do conglomerado. As áreas de segunda linha, como Riscos SAC e Controles Internos dão suporte e asseguram a adequada governança das atividades das áreas de negócios e de crédito. Na terceira linha, a Auditoria Interna atua de maneira independente, realizando avaliações da gestão dos riscos, controles e governança. A instituição conta com procedimentos específicos para a gestão dos riscos SAC em sua própria operação (patrimônio, infraestrutura de agências, tecnologia e fornecedores), nos riscos tradicionais como crédito, investimentos e controladas chave. Esses procedimentos foram desenvolvidos e implementados com base nos princípios de relevância e proporcionalidade e incluem desde a verificação de informações em bases públicas aplicáveis para clientes e fornecedores até a análise individualizada aprofundada para alguns clientes, a depender do segmento ou tipo de produto.

A governança conta, ainda, com o Comitê de Riscos Social, Ambiental e Climático, que tem como principal competência avaliar e deliberar sobre assuntos institucionais e estratégicos, bem como sobre produtos, operações e serviços que envolvam o tema de Riscos Social, Ambiental e Climático.

Considerando a relevância do risco climático, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO apoia a Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (Task Force on Climate-related Financial Disclosures - TCFD) e está comprometido em manter um processo de evolução e melhoria contínua alinhado às suas recomendações.

Além disso, a instituição mensura a sensibilidade do seu portfólio de crédito aos riscos climáticos aplicando a Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos, que categoriza clientes e setores considerando tanto os riscos físicos (decorrentes de mudanças nos padrões climáticos, como aumento das chuvas, da temperatura e eventos climáticos extremos) quanto os de transição (resultantes de mudanças na economia, em consequência de ações climáticas, como precificação do carbono, regulamentação climática, riscos de mercado e riscos de reputação).

c) Gerenciamento de Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está sujeito à regulamentação do BACEN, que determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis, e exige que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital.

Além disso, o CNSP e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam as operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

As notas explicativas de capital foram preparadas de acordo com exigências regulatórias do BACEN, alinhado aos requerimentos mínimos internacionalmente vigentes nos termos do *Bank for International Settlements* (BIS).

I - Composição e Suficiência do Capital

O Conselho de Administração é o órgão responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital), que visa a avaliar a adequação do capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO.

O resultado do último ICAAP, que engloba os testes de estresse – realizado para data-base dezembro de 2025 – apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

Visando a garantir a solidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

	30/06/2026	31/12/2025
Capital regulamentar		
Capital Principal	194.742	185.595
Nível I	220.973	208.161
Patrimônio de Referência (PR)	242.885	228.589
Ativos ponderados pelo risco (RWA)		
RWA total	1.581.951	1.505.475
Capital regulamentar como proporção do RWA		
Índice de Capital Principal (ICP)	12,3%	12,3%
Índice de Nível I (%) ⁽¹⁾	14,0%	13,8%
Índice de Basileia	15,4%	15,2%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA		
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP Conservação (%)	2,5%	2,5%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP Contracíclico (%)	0,1%	0,1%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP Sistêmico (%)	1,0%	1,0%
ACP total (%)	3,6%	3,6%

1) O Nível I segue as instruções do BACEN e não está limitado ao percentual de 1,5% da Resolução CMN nº 4.958. Caso fosse limitado, o Índice de Nível I seria 13,8%.

Em 30/06/2026, o montante de dívidas subordinadas perpétuas que compõe o capital de Nível I é de R\$ 25.267 (R\$ 21.543 em 31/12/2025) e o montante de dívidas subordinadas que compõe o capital de Nível II é de R\$ 20.805 (R\$ 19.034 em 31/12/2025).

O Índice de Basileia atingiu 15,4% em 30/06/2026, aumento de 0,2 p.p. em relação ao apurado em 31/12/2025. O crescimento do índice reflete principalmente o resultado do período e a emissão de dívidas subordinadas perpétuas, efeitos parcialmente compensados pelo pagamento de juros sobre o capital próprio e pelo crescimento do RWA.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO possui folga em relação ao Patrimônio de Referência mínimo requerido no montante de R\$ 116.329 (R\$ 108.151 em 31/12/2025), superior ao ACP de R\$ 56.285 (R\$ 53.686 em 31/12/2025), amplamente coberto pelo capital disponível.

O Índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR ajustado com o ativo permanente ajustado. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO está enquadrado no limite máximo de 50% do PR ajustado, fixado pelo BACEN. Em 30/06/2026, o Índice de Imobilização atingiu 18,2% (19,4% em 31/12/2025) apresentando uma folga de R\$ 77.195 (R\$ 69.887 em 31/12/2025).

Mais detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e os indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem

ser visualizados no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Resultados e relatórios, Documentos regulatórios, Pilar 3 e Índice de Importância Sistêmica Global.

II - Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Para o cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, que é obtido pela soma das seguintes parcelas:

- RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{CIRB} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo sistemas internos de classificação de risco de crédito (abordagens IRB - *Internal Ratings-Based*), autorizados pelo BACEN.
- RWA_{MPAD} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagem padronizada.
- RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, calculada segundo abordagens do modelo interno, autorizadas pelo BACEN.
- RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

	RWA	
	30/06/2026	31/12/2025
Risco de crédito em sentido estrito	1.211.897	1.199.103
Do qual: apurado por meio da abordagem padronizada	1.135.652	1.119.760
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB básica	-	-
Do qual: apurado por meio da abordagem IRB avançada	76.245	79.343
Risco de crédito de contraparte (CCR)	37.727	29.789
Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	26.461	20.340
Do qual: mediante demais abordagens	11.266	9.449
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	5.677	6.433
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	-	-
Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	734	1.109
Exposições de securitização contabilizadas na carteira bancária	14.567	12.838
Risco de mercado	56.563	50.248
Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD})	69.388	61.438
Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA_{MINT})	39.518	30.685
Risco operacional	181.754	143.006
Risco de pagamentos (RWA_{sp})	NA	NA
Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	73.032	62.949
Total	1.581.951	1.505.475

III - Plano de Recuperação

Em resposta às últimas crises internacionais, o Banco Central publicou a Resolução CMN nº 5.187/24, que requer o desenvolvimento de um Plano de Recuperação e Saída Organizada (PRSO) pelas instituições financeiras enquadradas no Segmento 1, cuja exposição total em relação ao PIB seja superior a 10%. Este plano tem como objetivo restabelecer níveis adequados de capital e liquidez, acima dos limites operacionais regulatórios, diante de choques severos de estresse de natureza sistêmica ou idiossincrática.

Já o Plano de Saída Organizada é composto por um conjunto de medidas adotadas ou determinadas pelo BACEN quando constatada a inviabilidade ou a perspectiva de inviabilidade da instituição, com o objetivo de mitigar danos à estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Pagamentos Brasileiro ou à economia real decorrentes da sua descontinuidade.

IV - Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados, liquidez e capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO. A instituição realiza este teste com o objetivo

de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

A estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. A elaboração dos cenários de estresse considera a análise qualitativa da conjuntura brasileira e mundial, elementos históricos e hipotéticos, riscos de curto e de longo prazo entre outros aspectos, conforme definido na Resolução CMN nº 4.557/17.

Neste processo, são avaliados os principais riscos potenciais para a economia com base no julgamento da equipe de economistas do banco, referendados pelo Economista Chefe do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e com aprovação em Conselho de Administração. As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros, taxas de câmbio e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, spread e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Em seguida, os cenários de estresse adotados são utilizados para sensibilizar o resultado e o balanço orçados. Além da metodologia de análise de cenários, também são empregadas análises de sensibilidade e Teste de Estresse Reverso.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO utiliza as simulações para a gestão de riscos de seu portfólio, considerando Brasil (segregado em atacado e varejo) e Unidades Externas, dos quais decorrem os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez em cada cenário.

O teste de estresse é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital e liquidez, não impactando a sustentabilidade de suas atividades.

As informações geradas permitem a identificação de potenciais ofensores aos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, os processos orçamentários e de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumos para métricas de apetite de risco da instituição.

V - Razão de Alavancagem

A razão de alavancagem é definida como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748, cujo requerimento mínimo é 3%. O objetivo da razão é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco ou mitigações.

Nota 27 - Informações Suplementares

a) Política de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, apesar de possuir reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

b) Moedas Estrangeiras

Saldos patrimoniais, em reais, vinculados a moedas estrangeiras:

	30/06/2026	31/12/2025
Investimentos Permanentes no Exterior	111.729	107.907
Saldo Líquido dos Demais Ativos e Passivos Indexados em Moeda Estrangeira, Inclusive Derivativos	(94.109)	(80.861)
Posição Cambial Líquida	17.620	27.046

A posição cambial líquida, considerados os efeitos fiscais sobre os resultados do saldo líquido dos demais ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, reflete a baixa exposição às flutuações cambiais.

c) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

d) Resultado não Recorrente Regulatório

Apresentação do Resultado não Recorrente Regulatório do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, líquido dos efeitos fiscais, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	01/01 a 30/06/2026	01/01 a 30/06/2025
Resultado não Recorrente Regulatório	(220)	(87)
Reestruturação	(783)	(556)
Eventos Tributários e Cíveis	617	507
Impairment de Softwares Desenvolvidos Internamente	(12)	-
Eventos Societários	(5)	-
Outros	(37)	(38)

e) Reforma Tributária do Consumo no Brasil

As Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026 instituíram o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), bem como estabeleceram as regras gerais aplicáveis à sua administração, fiscalização, arrecadação e repartição das respectivas receitas.

O IBS e a CBS substituirão, de forma gradual, os seguintes tributos: Imposto Programa de Integração Social (PIS/Pasep), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto sobre Operações Financeiras – Seguros (IOF-Seguros), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esses tributos serão descontinuados ao longo do período de implementação da Reforma Tributária.

O novo sistema de tributação do consumo estrutura-se em três regimes de incidência: Regime Geral, Regime Específico e Regime Diferenciado. Entre os principais avanços da nova legislação destacam-se a adoção da não cumulatividade plena, o creditamento ao longo de toda a cadeia de consumo, a racionalização das alíquotas e a definição da base de incidência a partir do preço líquido de tributos.

Os serviços financeiros enquadram-se no Regime Específico e estarão sujeitos à incidência do IBS e da CBS a partir de 1º de janeiro de 2027, com alíquota inicial estimada em 10,85%, e previsão de elevação gradual até atingir 12,50% em 2033.

Os potenciais impactos decorrentes da implementação da nova sistemática tributária encontram-se em fase de avaliação e deverão ser concluídos até a data de entrada em vigor da legislação.

f) Eventos Subsequentes

Licitação para a gestão de folha de pagamentos de Minas Gerais

Em 01 de julho de 2026, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO celebrou o contrato decorrente da nova licitação promovida pelo Governo do Estado de Minas Gerais para a prestação de serviços de pagamento a servidores estaduais e fornecedores pessoas jurídicas do Estado, com vigência de 5 anos, a partir de 22 de dezembro de 2026. O montante pago foi de R\$ 2.188 pela gestão da folha de pagamento, que será registrado como intangível e o reconhecimento diferido no resultado.

Recompra de Letras Financeiras Subordinadas Nível 1

Em 15 de julho de 2026, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO exerceu a opção de recompra da totalidade das Letras Financeiras Subordinadas Nível 1 perpétuas emitidas entre 08 de janeiro e 16 de janeiro de 2019, no valor de R\$ 1.400. As letras financeiras eram parte do Capital Complementar do Patrimônio de Referência do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO e a recompra teve impacto de (0,1) p.p. no seu índice de capitalização Nível 1.

Venda da Carteira de Varejo na Colômbia e Panamá

Em 31 de julho de 2026, após o recebimento de aprovações regulatórias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio do Itaú Colômbia S.A. e do Itaú (Panamá) S.A., alienou parte da Carteira de Varejo (Crédito e Depósitos) para o Banco de Bogotá S.A e Banco de Bogotá (Panamá) S.A., por aproximadamente R\$ 2,5 bilhões.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA **DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário que reporta ao Conselho de Administração ("Conselho") e atua de acordo com o estabelecido em seu Regulamento (<https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores/regimentos-internos/>). Atualmente, é composto por seis membros efetivos e independentes, sendo um integrante do Conselho, eleitos observados os critérios constantes da regulamentação do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), da Lei Sarbanes-Oxley ("SOX") e das normas da *New York Stock Exchange* ("NYSE"), nesses dois últimos casos no que for aplicável aos emissores estrangeiros, *Foreign Private Issuers* ("FPIs").

O Comitê é único para as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") e para as sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), que fazem parte do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco.

O Comitê cumpre as normas do CMN, CNSP, Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), BACEN e SUSEP, assim como as normas pertinentes às FPIs e atribuições previstas nos regulamentos e políticas do Conglomerado.

O Comitê é o órgão responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de gestão de riscos; das atividades da Auditoria Interna ("AI"); das atividades das empresas de auditoria independente do Conglomerado, pela recomendação da contratação e da destituição dos auditores independentes ao Conselho de Administração e pela revisão das Demonstrações Financeiras, anuais e semestrais, e pela recomendação de suas aprovações pelo Conselho de Administração.

A elaboração das demonstrações contábeis do Conglomerado é de responsabilidade da Administração, cabendo-lhe estabelecer os procedimentos necessários para assegurar a qualidade dos processos dos quais se originam as informações utilizadas na preparação das demonstrações e na geração dos relatórios. A Administração também é responsável pelas atividades de controle e monitoramento de riscos, pela supervisão das atividades corporativas de controles internos e por zelar pela conformidade com as normas legais e regulamentares.

A AI tem como missão aferir a qualidade e a aderência dos sistemas de controles internos, de gerenciamento de riscos e de capital e o cumprimento das políticas e procedimentos definidos, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") é a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Itaú Unibanco Holding ("IUH"), devendo atestar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Conglomerado, e o desempenho individual e consolidado das operações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), sendo também de sua responsabilidade, neste exercício e nos dois anos anteriores, auditar as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, o Relato Integrado e o Relatório Prudencial Consolidado, itens pautados nas reuniões do Comitê de abril/26. Os mesmos auditores devem, ainda, emitir anualmente opinião sobre a qualidade e a eficácia dos controles internos vinculados aos relatórios financeiros, conforme norma da *Securities and Exchange Commission* ("SEC").

A Ernst & Young Auditores Independentes ("EY") é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis das empresas de Consórcio do Conglomerado e das empresas supervisionadas pela SUSEP (Seguros, Previdência, Capitalização e Corretoras de Seguros), todas preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em reunião realizada com a PwC em julho/26 e no período até a divulgação das demonstrações financeiras, o Comitê foi informado que não foram identificadas deficiências significativas a serem reportadas no relatório dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e descumprimentos de dispositivos legais e regulamentares, elaborado em conexão com o exame das demonstrações contábeis do IUH, data-base 30 de junho de 2026.

Também como parte das atribuições do Comitê estabelecidas em seu Regulamento, e em consonância com as exigências da Resolução CMN 4.910/2021 e da Resolução CNSP 432/2021, neste período foi efetuado o processo anual de avaliação da auditoria independente para o ano findo em 31/12/2025. Na aplicação desses procedimentos, o Comitê não identificou situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes.

No período não houve divergências significativas entre a Administração, Auditoria Independente e o Comitê de Auditoria relacionadas às demonstrações contábeis.

Atividades do Comitê

O planejamento anual de trabalhos do Comitê é realizado ao final do exercício do ano anterior ao vigente, considerando os principais produtos e processos referentes aos negócios e áreas de suporte do Conglomerado, bem como seus possíveis impactos nas demonstrações contábeis e no sistema de controles internos e de administração de riscos, sendo revisado periodicamente à medida da evolução de suas atividades.

O processo de supervisão efetuado pelo Comitê baseia-se nas informações recebidas da Administração, nas apresentações efetuadas pelas diversas diretorias das áreas de negócios e de suporte, no resultado dos trabalhos dos auditores independentes, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de capital, por controles internos e compliance, assim como em suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Para realização das atividades e execução dos procedimentos acima descritos, o Comitê reuniu-se 30 dias no período, totalizando 149 reuniões, devidamente formalizadas em atas.

Em acréscimo às reuniões acima, foram realizadas 07 reuniões com participação exclusiva dos membros do Comitê, as quais trataram, entre outros assuntos, do planejamento dos trabalhos, avaliação das empresas de auditoria independente, Auditoria Interna e Áreas de Riscos, preparação dos relatórios requeridos pelos órgãos reguladores, revisões e aprovações de Políticas e Relatórios Corporativos, definição de pauta para reuniões internas e externas, discussão de temas relevantes e outras atividades administrativas.

No período, o Comitê apresentou relatos trimestrais de suas atividades ao Conselho, realizou reuniões periódicas com os Copresidentes do Conselho e Diretor Presidente do IUH e reuniões trimestrais somente com o Diretor Presidente do IUH, ocasiões em que o Comitê teve a oportunidade de apresentar recomendações sobre os sistemas de controles internos, a política de conformidade (compliance), as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital e outros temas abrangidos no escopo de sua atuação, observadas no exercício de suas funções, bem como acompanhar os principais riscos e fragilidades do Conglomerado.

O Comitê emitiu recomendações à Administração e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades. As recomendações, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Comitê.

O Comitê manteve ainda reuniões trimestrais com os membros do Conselho Fiscal; revisou determinadas Políticas Corporativas; e efetuou reuniões semestrais com supervisores do Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central ("DESUP") e do Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central ("DECON"), quando foram discutidas as preocupações trazidas pelos reguladores e os principais assuntos em acompanhamento pelo Comitê.

Nas reuniões, realizadas principalmente com periodicidade bimestral, trimestral e semestral, com diversas diretorias e áreas de risco do Conglomerado são discutidos aspectos relevantes relacionados a: qualidade e efetividade dos controles internos, gestão de riscos, gestão dos negócios, risco de capital, risco de mercado, liquidez, jurídico, tesouraria, monitoramento do apetite de risco, contencioso, risco de crédito, risco de modelos, segurança da informação / cyber, finanças e contábeis, prevenção à fraude, prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo, compliance e risco operacional, atuação da Ouvidoria e Ombudsman, riscos socioambientais e climáticos, integridade e ética, fundos de investimentos, marketing, além de temas regulatórios e tecnológicos.

Entre as atividades destacam-se o monitoramento de projetos estratégicos, o acompanhamento de iniciativas regulatórias (reforma tributária, International Sustainability Standards Board - IFRS S1 e IFRS S2 e Own Risk Solvency Assessment – ORSA), do uso de inteligência artificial e computação quântica, e dos trabalhos das auditorias, bem como a participação em fóruns de governança.

Em relação às Unidades Internacionais (“UIs”), o Comitê realizou reuniões com *Chief Executive Officer* (“CEO”), Chief Risk Officer (“CRO”), *Head* da Auditoria Interna e membros dos Comitês de Auditoria das diversas unidades internacionais, bem como com os responsáveis por esses negócios na matriz, para discutir as operações, gestão de riscos e controles internos, com foco especial naqueles que podem ter maior impacto para o Conglomerado.

O Comitê foi informado, pela Diretoria de Prevenção a Fraudes (“DPF”), que no período não houve casos de erros e fraudes perpetradas pelos administradores, que sejam enquadráveis no critério de materialidade definido em política interna. O Comitê também não tomou conhecimento da ocorrência de fraudes ou de descumprimento de normas legais e regulamentares ou de erros de controles internos, contabilidade e auditoria que pudessem colocar em risco a continuidade do Conglomerado.

Conclusões

Ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do alcance da sua atuação, e com base nas atividades que desenvolveu no período, o Comitê conclui que durante o ano e semestre findo em 30/06/2026:

- os sistemas de controles internos, a política de conformidade (compliance) e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital são adequados ao porte e complexidade do Conglomerado e ao apetite de riscos aprovado, tendo sido acompanhado o cumprimento do disposto na regulamentação vigente, com evidenciação das deficiências detectadas e das ações adotadas para sua remediação;
- a cobertura e a qualidade dos trabalhos da AI são satisfatórias, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dos regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas, e atuando com adequada independência;
- as práticas contábeis relevantes adotadas pelo Conglomerado estão alinhadas com as adotadas no Brasil, incluindo o cumprimento das normas emanadas do CMN e do BACEN, bem como com as normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB; e
- as informações fornecidas pela PwC são adequadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares e dos regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas, nas quais o Comitê apoia sua recomendação sobre as demonstrações contábeis, não sendo identificada qualquer situação que pudesse prejudicar a objetividade e independência do Auditor Independente.

Com base nos trabalhos e avaliações realizadas e considerando o contexto e a limitação de suas atribuições, o Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração, das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., para o semestre findo em 30/06/2026.

São Paulo, 04 de agosto de 2026.

Comitê de Auditoria Itaú Unibanco Holding

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana - Presidente

Alexandre de Barros

Antonio Francisco de Lima Neto

Fernando Barçante Tostes Malta

Luciana Pires Dias

Maria Elena Cardoso Figueira - Especialista Financeira



Itaú Unibanco Holding S.A.

**Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
30 de junho de 2026
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

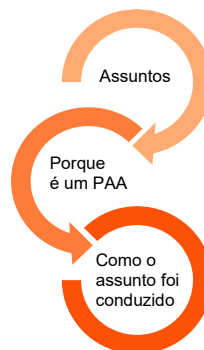
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

www.pwc.com.br

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º,
São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para perda de crédito esperada (Notas 2 (c) IV.III e 8) A provisão para perda de crédito esperada continuou como área de foco em nossa auditoria, uma vez que a mensuração requer a aplicação de premissas significativas e uso de modelos quantitativos. A administração exerce julgamento na avaliação dos resultados produzidos pelos modelos e na determinação dos ajustes considerados necessários. Os principais julgamentos exercidos pela administração no cálculo da perda esperada são: (i) seleção de modelos quantitativos para avaliação da perda de crédito esperada; (ii) determinação dos gatilhos (<i>triggers</i>) para o aumento ou redução significativa no risco de crédito; (iii) identificação e agrupamento das carteiras com características de risco de crédito semelhante; (iv) definição do período contratual máximo dos ativos sem vencimento determinado; (v) determinação das informações prospectivas, dos cenários macroeconômicos e dos cenários ponderados pela probabilidade. As principais considerações para nossa determinação de que a execução de procedimentos relacionados a apuração da provisão para perda de crédito esperada é um principal assunto de auditoria são: (i) o julgamento significativo usado pela administração na determinação das premissas apropriadas utilizadas que, por sua vez, levou a um alto grau de julgamento e subjetividade do auditor na execução de procedimentos relacionados às premissas utilizadas; (ii) o julgamento significativo na avaliação das	A abordagem do assunto envolveu a execução de procedimentos e a avaliação de evidências de auditoria relacionadas à formação de nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Esses procedimentos incluíram, dentre outros: (i) testes sobre a efetividade dos controles relacionados à mensuração, pela administração, da provisão para perda esperada, incluindo controles relacionados à definição e aplicação das principais premissas utilizadas; (ii) teste da razoabilidade das premissas significativas e testes sobre a integridade e consistência dos dados utilizados no cálculo da provisão para perda esperada, incluindo o processo de aprovação e validação pela administração; e (iii) avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação à mensuração da provisão para perda esperada. Profissionais com habilidades e conhecimentos especializados auxiliaram na avaliação da razoabilidade das premissas significativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perda esperada, conforme divulgado em notas explicativas, são

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
evidências de auditoria obtidas relacionadas às premissas; e (iii) o esforço de auditoria envolveu o uso de profissionais com habilidades e conhecimentos especializados.	consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Instrumentos financeiros mensurados por modelos internos que utilizam dados não observáveis (Notas 2 (c) IV.III e 17)	
O Banco e suas controladas possuíam instrumentos financeiros mensurados por modelos internos que utilizam dados não observáveis, tais como ações e certificados de recebíveis imobiliários no Nível 2 e derivativos e debêntures no Nível 3. A mensuração desses instrumentos financeiros é determinada usando técnicas de precificação baseadas em premissas que consideram informações e condições de mercado. As principais premissas e julgamentos considerados na estimativa do valor justo são: (i) base de dados históricos, (ii) informações de transações similares, (iii) taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros, e (iv) determinação do modelo utilizado mediante seleção de inputs específicos e, em alguns casos, aplicação de ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. As principais considerações para nossa determinação de que os procedimentos relacionados a esses instrumentos financeiros representam um principal assunto de auditoria decorrem dos julgamentos significativos aplicados pela administração na escolha das técnicas de precificação e das premissas para determinar o seu valor justo, que envolveu aplicação de um alto grau de julgamento, esforço e subjetividade do auditor na execução de procedimentos, incluindo o envolvimento de profissionais com habilidades e conhecimentos especializados.	A abordagem do assunto envolveu a execução de procedimentos e a avaliação de evidências de auditoria relacionadas à formação de nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Esses procedimentos incluíram, dentre outros: (i) avaliação da adequação da técnica de precificação utilizada para mensurar esses instrumentos financeiros ao valor justo e as premissas utilizadas pela administração, comparando-as com técnicas de precificação independentes e premissas comumente utilizadas no mercado; (ii) teste sobre a efetividade dos controles em relação às técnicas de precificação, incluindo testes sobre a integridade e consistência dos dados relevantes utilizados na execução desses controles; (iii) com a assistência de profissionais com habilidades e conhecimentos especializados, cálculo, em base amostral, de estimativa independente do valor justo destes instrumentos financeiros e comparação com a estimativa da administração; e (iv) avaliação da adequação das divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em relação à mensuração desses instrumentos financeiros. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração desses instrumentos financeiros, e divulgados em notas explicativas, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de Tecnologia da Informação

O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas e, nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazos em sistemas e processos de Tecnologia da Informação.

Nesse contexto, a estrutura de tecnologia, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e cibersegurança. Dessa forma, essa área continuou como foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Adicionalmente, executamos procedimentos que envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles, bem como testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, gestão de mudanças sistêmicas e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.

Os procedimentos de auditoria aplicados resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Provisões e passivos contingentes (Notas 2(c) XII e 11)

O Banco e suas controladas contabilizam passivos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas relacionados a provisões cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias, quando a administração avalia que uma perda é provável e o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Nenhum passivo relacionado é provisionado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas quando, após avaliar as informações disponíveis: (i) a administração conclui que não é provável que uma perda possa ser incorrida em qualquer dos processos pendentes; ou (ii) a administração concluir que não é possível estimar a obrigação. O Banco e suas controladas também divulgam os passivos contingentes nas circunstâncias em que a administração conclui que nenhuma perda é

A abordagem do assunto envolveu a execução de procedimentos e a avaliação de evidências de auditoria relacionadas à formação de nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Esses procedimentos incluíram o teste do desenho e da efetividade dos controles relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação das provisões e passivos contingentes, incluindo a avaliação da integridade e a precisão dos dados utilizados.

Nossos procedimentos também incluíram teste dos modelos utilizados para mensurar processos judiciais de natureza civil e trabalhista, considerados de forma coletiva, bem como a execução de procedimentos de confirmação com

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
provável, mas é razoavelmente possível que uma perda possa ocorrer.	advogados externos responsáveis pelos processos.
Considerando que há um julgamento significativo feito pela administração ao avaliar a probabilidade de ocorrência de uma perda e ao determinar uma estimativa razoável da obrigação, o que, por sua vez, leva a um alto grau de julgamento e esforço do auditor na avaliação da estimativa da administração sobre as perdas associadas às demandas judiciais, continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria.	Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e constituição da provisão para processos judiciais e administrativos, bem como informações divulgadas em notas explicativas são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e a Análise Gerencial da Operação, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

Itaú Unibanco Holding S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de agosto de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5



Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Concluído o exame das Demonstrações Financeiras referentes ao período de janeiro a junho de 2026 e considerando o relatório sem ressalvas da *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes, os membros efetivos do Conselho Fiscal do **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.** são da opinião de que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela sociedade no período e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo (SP), 04 de agosto de 2026.

EDUARDO HIROYUKI MIYAKI
Presidente

CLÁUDIO JOSÉ COUTINHO ARROMATTE
Conselheiro

MARCELO MAIA TAVARES DE ARAUJO
Conselheiro



Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100,
Parque Jabaquara, CEP 04344-902,
São Paulo/SP - Brasil

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE 35300010230

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis em BRGAAP relativas a 30/06/2026.

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, da Instrução CVM Nº 80/2022 e no artigo 45, §3º, inciso V, da Resolução BCB nº 2/2020, declaram que: a) são responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; b) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações contábeis; c) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia e d) são responsáveis pelo estabelecimento e a manutenção da adequada estrutura de controles internos e avaliação da efetividade dessas estruturas para a elaboração das demonstrações contábeis.

As demonstrações referidas foram divulgadas em 04/08/2026 no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de Relações com Investidores desta instituição (<https://www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores>).

Este arquivo contém:

- . Relatório da Administração;
- . Balanço Patrimonial;
- . Demonstração do Resultado;
- . Demonstração do Resultado Abrangente;
- . Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- . Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- . Demonstração do Valor Adicionado;
- . Notas Explicativas;
- . Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria;
- . Relatório do Auditor Independente;
- . Parecer do Conselho Fiscal.

Milton Maluhy Filho
Diretor Presidente

Gabriel Amado de Moura
Diretor

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana
Presidente do Comitê de Auditoria

Fabiana Palazzo Barbosa
Contadora